

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 94ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.2 – Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.3 – 33ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura – Destinada a homenagear a Associação Sindical dos Trabalhadores em Hospitais de Minas Gerais – Asthemg – pelos 23 anos de sua fundação
- 1.4 – Reuniões de Comissões

2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 – Plenário
- 2.2 – Comissão

3 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

4 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 – ERRATAS



ATAS

ATA DA 94ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/11/2017

Presidência dos Deputados Lafayette de Andrada e Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofício nº 2/2017, do vice-governador do Estado; Propostas de Ação Legislativa nºs 150 a 221/2017; ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 4.780, 4.781, 4.783 e 4.784/2017; Requerimentos nºs 9.323 a 9.327, 9.329 a 9.332, 9.334 a 9.336, 9.341 a 9.359 e 9.361/2017; Requerimentos Ordinários nºs 3.074, 3.092 e 3.093/2017 – Proposições Não Recebidas: Projeto de Lei nº 4.782/2017 e Requerimentos nºs 9.328, 9.333 e 9.337 a 9.340/2017 – Comunicações: Comunicações da Comissão de Administração Pública e dos deputados Gil Pereira, Gustavo Santana e Adalclever Lopes – Questão de Ordem; Homenagem Póstuma – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Sargento Rodrigues, Paulo Guedes e Arlen Santiago – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Decisões da Presidência (2) – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimentos Ordinários nºs 3.074 e 3.092/2017; deferimento – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Santana – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Vítor Xavier – Léo Portela – Mário Henrique

Caixa – Paulo Guedes – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado Lafayette de Andrada) – Às 14h1min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Fábio Cherem, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Bosco, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIO Nº 2/2017

Do Sr. Antônio Andrade, vice-governador do Estado, comunicando sua ausência do Estado no período de 12 a 16/11/2017.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 150/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 99 – Preservação do Patrimônio Cultural –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Andrette Ferraz Bizerra (Associação da Criança e do Adolescente), Jardel Mendes Ferreira, Cristina Gonçalves de Aguiar (Associação da Criança e do Adolescente), Geomario Soares de Aguiar (Câmara Municipal de Fronteira dos Vales), Jorge Armando Soares Ribeiro, Miguel Canguçu Alves (Câmara Municipal de Fronteira dos Vales), Lusiene Alves Lopes (Associação Papa João XXIII), Amanda Araujo Sacchetto Martins Jacoe, Pedro Roberto da Silveira (Prefeitura Municipal de Monte Santo de Minas), Marcos Roberto do Nascimento, Tais Teonilia Ferreira.

Proposta 3:

Fazer o registro do Festivale com o objetivo de torná-lo patrimônio cultural imaterial do Estado de Minas Gerais, a fim de garantir recursos financeiros no orçamento do Estado para sua realização anual, devido a sua grande importância para a preservação e manutenção da cultura popular do Vale do Jequitinhonha.

Proposta 154:

Na Ação 1051 – Acréscimo do território “Sudoeste”, com meta física “1” e financeira de R\$ 200.000,00 em 2018, para a reforma do telhado e do prédio da Estação Ferroviária de Monte Santo de Minas, CEP 37968-000.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 154: A estação foi fundada em 1913 e desativada há 41 anos. Encontra-se tombada (municipal e estadual) com a finalidade de ser transformada em equipamento cultural. É um dos primeiros prédios construídos da linha férrea da

região e, após ser revitalizado o espaço, poderão ser desenvolvidas ações culturais significativas, como oficinas, biblioteca, museu da estação e encontro de grupos folclóricos, atendendo à população do entorno.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 151/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 140 – Fomento e Incentivo à Cultura –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Andrette Ferraz Bizerra (Associação da Criança e do Adolescente), Cristina Gonçalves de Aguiar (Associação da Criança e do Adolescente), Jardel Mendes Ferreira, Geomario Soares de Aguiar (Câmara Municipal de Fronteira dos Vales), Miguel Canguçu Alves (Câmara Municipal de Fronteira dos Vales), Lusiene Alves Lopes (Associação Papa João XXIII), Jorge Armando Soares Ribeiro, José Romário Rodrigues da Silva, Klaiton de Sousa Silva, Kennedy de Souza Costa (Grupo de Teatro Jovens Cênicos), Cleuvis Emanuel F. D., Davi Cesário Tadeu, José Geraldo de Almeida (Secretaria Municipal de Cultura), Júnia Torres, Juliana de Conte Macedo (Associação Cultural Pequeno Príncipe), Geraldo Luís Andrade (Câmara Municipal de Viçosa), Monica Rodrigues Teixeira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Nassim Pereira Guerra (Grupo Teatral Amador Sol), Adyr Assis D Assumpção Júnior, Gilmar de Souza Oliveira (Escola Família Agrícola Paulo Freire), Rozana Soares dos Santos (Instituto Cultural Valemais), Vilmar Oliveira de Jesus (Instituto Cultural Valemais), Natalice Vieira da Silva (Mãos de Minas), Daniel Ramos, Gustavo Ferreira Silva, Geraldo Ângelo Octaviano de Alvarenga, Ivani Maria de Souza, Jaqueline Ferreira Freitas, Guilherme Augusto de Lima (Associação do Circuito Montanhas Cajueiras), Vanessa Sousa de Paula (Associação do Circuito Montanhas Cajueiras), Rogério Gomes dos Santos (Cóccix Companhia Teatral), Patrícia Fonseca Alencar (Central Única das Favelas Minas), Marcos Túlio Damascena (Borrachaloteca de Sabará), João Camilo Campos de Oliveira Torres (Câmara Mineira do Livro), Cibelle Almeida Viana (Câmara Municipal de Carlos Chagas), Erlandio Nunes da Silva, Angela Fonseca Pego, Alessandro Rodrigues dos Santos (Prefeitura Municipal de Carlos Chagas), Zeloar Soares de Oliveira, Vinicius Jose Neves (Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Mucuri), Sinara Caroline Teles Rodrigues (Cóccix Companhia Teatral), Brenda Campos de Oliveira Freire (Insensata Cia de Teatro), Clécio Lima de Oliveira (Teatro Negro e Atitude), Bruno Tripoloni Batista (Associação do Circuito Montanhas Cajueiras).

Proposta 5:

Ação 4356 – Acréscimo de R\$ 100.000,00 à meta financeira para realização do 11º Festival de Teatro do Vale do Jequitinhonha.

Proposta 156:

Criação de ação

Nome: Apoio à realização da II Caravana Sociocultural e Agroecológica da Bacia do Rio Doce

Produto: Caravana realizada

Público: Comunidades ribeirinhas

Finalidade: promover intercâmbios das diversas vivências bioculturais da Bacia do Rio Doce.

Exercício: 2018

Território: Multiterritorial

Meta física: 1

Meta financeira: R\$ 200.000,00

Proposta 236:

Criação de ação

Nome: Apoio à realização da II Caravana Sociocultural e Agroecológica da Bacia do Rio Doce

Produto: Caravana realizada

Público: Comunidades ribeirinhas

Finalidade: promover intercâmbios das diversas vivências bioculturais da Bacia do Rio Doce.

Exercício: 2018

Território: Multiterritorial

Meta física: 1

Meta financeira: R\$ 200.000,00

Proposta 251:

Na Ação 4348 – Alteração da meta financeira para R\$ 260.000,00.

Proposta 252:

Na Ação 4364 – Meta financeira: acrescentar R\$ 250.000,00 para a realização da “IV Festa Literária de Sabará”.

Proposta 253:

Na Ação 4366 – Meta financeira: acrescentar R\$ 350.000,00 para a realização da “6ª Edição do Dia das Favelas”.

Proposta 257:

Na Ação 4360 – Inserção do território “Mucuri” na regionalização, e destinação de R\$ 350.000,00 para a criação do circuito das culturas quilombolas do Mucuri.

Proposta 258:

Na Ação 4364 – Acréscimo de R\$ 300.000,00 à meta financeira para realização do 35º Festival.

Proposta 259:

Na Ação 4364 – Acréscimo de R\$ 100.000,00 à meta financeira para realização do 1º Festival da Cultura da Infância do Vale do Jequitinhonha.

Proposta 261:

Na Ação 4360 – Inclusão do território Norte com meta física 5 e meta financeira R\$ 50.000,00 para atendimento de grupos e comunidades tradicionais de Montes Claros, Porteirinha, Januária, Janaúba e Serranópolis de Minas incluindo território Norte com meta física 5 e meta financeira R\$ 50.000,00.

Inclusão do território Norte com meta física 5 e meta financeira R\$ 50.000,00 para atendimento de grupos e comunidades tradicionais de Montes Claros, Porteirinha, Januária, Janaúba e Serranópolis de Minas.

Proposta 291:

Na Ação 4360 – Acréscimo de 10 apoios concedidos na meta física e de R\$100.000,00 na meta financeira com objetivo de viabilizar apoio a grupos e culturas populares do Norte de Minas.

Acréscimo de 10 apoios concedidos na meta física e de R\$100.000,00 na meta financeira

Acréscimo de R\$100.000,00 na meta financeira com objetivo de viabilizar apoio a grupos e culturas populares do Norte de Minas.

Proposta 237:

Na Ação 4360 – Acréscimo no território “Multiterritorial” de 22 unidades na meta física e de R\$ 480.000,00 na meta financeira para a realização dos Festivais Regionais Socioculturais dos Povos e Comunidades Tradicionais e Quilombolas na área de abrangência de cada uma das 22 EFAs de Minas Gerais.

Proposta 248:

Na Ação 4364 – Aumento das metas física e financeira do território metropolitano para a realização de evento cultural denominado “Mostra Puxadinho”, em Belo Horizonte.

Acréscimo meta física: 1

Acréscimo meta financeira: R\$ 200.000,00

Proposta 238:

Na Ação 4353 – Acréscimo de uma 1 unidade na meta física e de R\$ 1.000.000,00 na meta financeira, no Território “Multiterritorial”, para a execução do Prêmio Exibe Minas.

Proposta 249:

Na Ação 4364 – Aumento das metas física e financeira do território metropolitano para realização de evento cultural, denominado “II Mostra In Minas de Teatro”, em Pará de Minas e Sete Lagoas

Acréscimo meta física: 1

Acréscimo meta financeira: R\$ 250.000,00

Proposta 239:

Na Ação 4356 – Solicitação à SEC de elaboração de edital específico para grupos de teatro amador.

Proposta 250:

Na Ação 4360 – Aumento das metas física e financeira do território Mucuri para realização do IV Mucuriarte.

Acréscimo meta física: 1

Acréscimo meta financeira: R\$ 420.000,00

Proposta 240:

Na Ação 4356 – Apoio a realização do “Minas In'Dança” no Município de Araguari, Triângulo Norte, no valor de 150 mil (acréscimo do território Triângulo Norte, com meta física "1" e meta financeira de R\$ 150.000,00).

Proposta 254:

Na Ação 4364 – Aumento das metas física e financeira do território metropolitano para realização do Festival Estadual de Arte e cultura da Reforma Agrária 2018, em Belo Horizonte.

Acréscimo meta física: 1

Acréscimo meta financeira: R\$ 800.000,00

Proposta 241:

Na Ação 4360 – Inclusão dos territórios “Mucuri”, “Médio e Baixo Jequitinhonha” e “Alto Jequitinhonha”.

Meta física: aumentar para 50

Meta financeira: aumentar para R\$ 607.500,00

Finalidade: acrescentar “o apoio à manutenção de adereços, figurinos e instrumentos musicais,” após a expressão “fomento a festas, encontros”.

Proposta 255:

Na Ação 4364 – Aumento das metas física e financeira do território Sudoeste para realização do festival regional de arte, cultura, música e gastronomia das “Montanhas Cafeeiras”.

Acréscimo meta física: 1

Acréscimo meta financeira: R\$ 250.000,00

Proposta 242:

Na Ação 4361 – Incluir os territórios “Médio e Baixo Jequitinhonha” e “Alto Jequitinhonha”

Meta física de 2 unidades para o primeiro e 1 unidade para o segundo.

Meta financeira de R\$ 180.000,00 para o primeiro e de R\$ 90.000,00 para o segundo.

Finalidade: alterar para “Fortalecer a economia criativa, principalmente o setor de artesanato promovendo três feiras em diversas cidades do território do Jequitinhonha”.

Público-alvo: alterar para associações de artesãs e artesãos”.

Proposta 243:

Na Ação 4366 – Meta financeira: acréscimo de R\$ 350.000,00 para a realização da II Edição do Prêmio de Cultura Urbana de Periferia – Canela Viva.

Proposta 244:

Na Ação 4360 – Meta financeira: acréscimo de R\$ 500.000,00 para estímulo e apoio às culturas populares e afrodescendente.

Proposta 294:

Na Ação 4364 – Acréscimo de 3 apoios concedidos na meta física e de R\$220.000,00 na meta financeira, sendo especificado o valor de R\$ 20.000,00 para realização do 32º Salão Nacional de Poesia PSIU Poético em Montes Claros, e R\$200.000,00 para patrocínio do 4º sarau poético “Cá entre Nós” em Porteirinha.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 5: O evento é realizado pela Associação dos Grupos Teatrais do Vale do Jequitinhonha e agrega 17 grupos e coletivos culturais que, durante uma semana, promovem cursos de formação na área cênica e exibem apresentações teatrais para a comunidade local. O evento tem a participação de grupos teatrais do Baixo, Médio e Alto Jequitinhonha, sendo os seguintes municípios: Felisburgo, Almenara, Joáima, Jequitinhonha, Pedra Azul, Divisópolis, Medina, Padre Paraíso, Ponto dos Volantes, Itinga, Santa Cruz de Salinas, Araçuaí, Taiobeiras, Capelinha.

Proposta 156: Valorizar e reconhecer as territorialidades da Bacia do Rio Doce como instrumento de mobilização e envolvimento das diferentes gerações, grupos, organizações, comunidades e lideranças culturais na defesa, resistência e promoção da identidade e da vida da Bacia, tendo a cultura popular e a juventude como protagonistas.

Proposta 236: Valorizar e reconhecer as territorialidades da Bacia do Rio Doce como instrumento de mobilização e envolvimento das diferentes gerações, grupos, organizações, comunidades e lideranças culturais na defesa, resistência e promoção da identidade e da vida da Bacia, tendo a cultura popular e a juventude como protagonistas.

Proposta 251: Garantir recursos para que a premiação seja realizada anualmente, com data fixa, integrando o calendário nacional de premiações do segmento.

Proposta 252: Realização da IV Festa Literária de Sabará, único evento dessa natureza realizado por uma biblioteca comunitária. Em 2017 foram contempladas mais de 20 escolas públicas. Tivemos oficinas, encontro com autores, shows, enfim, valorização dos agentes culturais do município. Queremos ampliar essas ações em 2018.

Proposta 253: Realização de ações de visibilidade à produção cultural das favelas e periferias de MG de forma a contribuir efetivamente na formação do público. A Cufa Minas propõe a realização da 6ª edição comemorativa do dia das favelas como forma de elevar o debater e a produção cultural oriunda ou com forte vínculo com estes territórios, favelas e periferias.

Proposta 257: O circuito a ser criado justifica-se na demanda de fortalecimento das identidades quilombolas no Mucuri, sendo concebido no apoio à criação e apoio às festividades e encontros das culturas quilombolas no território. A primeira edição do circuito consistiria na realização do I Encontro das Culturas Quilombolas, em Bertópolis, do II Celebrando a Consciência Negra na Comunidade Quilombola dos Manques, em Carlos Chagas, do IV Festival da Cultura Quilombola de São Julião, em Teófilo Otoni, e no XIII Encontro de Comunidades Quilombolas de Ouro Verde de Minas, com a culminância no II Encontro das Culturas Quilombolas do Mucuri, a ser realizado em Ouro Verde de Minas.

Proposta 258: Realização do 35º Festivale, evento itinerante que ocorre há 34 anos em cidades do Vale do Jequitinhonha com o objetivo de fortalecimento e difusão da cultura popular. As ações realizadas pelo Festivale são: festival da canção, noite literária, feira de artesanato, mostra de cultura popular, mostra de teatro, oficinas, debates.

Proposta 259: Partindo do pressuposto de que existem atualmente 17 organizações parceiras do Child Fund Brasil que trabalham com a cultura da infância e do brincar por meio do programa Casinha da Cultura. É preciso fortalecer, formar e divulgar as ações desenvolvidas neste programa que, por mais de 50 anos, vem resgatando as expressões culturais locais. As ações que serão desenvolvidas nesse encontro: oficinas, palestras, apresentações culturais.

Proposta 237: Promover vivências, intercâmbios e trocas de experiências entre as gerações/saberes e demais manifestações artísticas junto às comunidades escolares/grupo entre outras forças locais e regionais.

Proposta 248: A Mostra Puxadinho é uma mostra multicultural realizada em Venda Nova, BH. As atividades ocorrem por meio de ocupações artísticas itinerantes. Defendemos essa mostra pelos impactos positivos já identificados nos bairros da região. Para a Mostra Puxadinho 2018, desejamos ampliar o raio de ação nos bairros de Venda Nova, impactando as 5 microrregiões, totalizando 20 bairros.

Proposta 238: Recursos para o Edital do Prêmio Exibe Minas, que integra o Programa de Desenvolvimento do Audiovisual Mineiro. O referido prêmio teve sua primeira edição realizada em 2016. Embora a cadeia produtiva do audiovisual não seja contemplada por editais ou programas de fomento, o Exibe Minas, gerido e divulgado pela SEC permitiu a continuidade de 10 mostras e festivais e de 5 cineclubes, fundamentais para a cultura em nosso Estado. Solicita ainda a ampliação dos recursos destinados ao prêmio, tal como previsto em sua concepção original, em que haveria progressiva atualização dos valores à real demanda dos eventos a serem fomentados, para que alcancem suas finalidades de relevância pública e social.

Proposta 249: Mostra In Minas de Teatro é realizada pelo Coletivo In Minas, que reúne 32 grupos de teatro. Em 2015 esse coletivo realizou em BH a Mostra In Minas, que reuniu esses grupos, representantes do poder público e da sociedade civil e importantes escolas de teatro (UFMG, Cefart e Arena da Cultura) para promover um debate sobre a atual situação política do teatro mineiro. O evento contou com 31 espetáculos, seminários e debates.

Para 2018 é prevista a realização de dois fóruns a serem realizados em Pará de Minas e Sete Lagoas, proporcionando a circulação dos grupos envolvidos e seus espetáculos, oficinas e palestras, e posteriormente, a criação de uma Cooperativa de Teatro em MG. O valor pleiteado custeará os gastos com cachês, transporte, alimentação e hospedagem.

Proposta 239: Edital específico de teatro amador: incluir ação dos grupos de teatro amador do interior do Estado, já reunidos em coletivo que engloba aproximadamente 100 grupos em todos o Estado, em 16 festivais que funcionam como

entretenimento cultural para a população e como meio de formação e intercâmbio para os grupos e seus integrantes. Tais festivais, anuais ou bienais, ocorrem em diversas regiões de MG e contam com apresentações culturais, oficinas, workshops e outras atividades congêneres, além de fomentar o fazer cênico. Solicitamos edital específico da SEC para que os grupos ou coletivos de grupos teatrais do interior possam pleitear recursos para o financiamento e padronização dos festivais em rede.

Registram os seguintes festivais ativos no Estado

XVIII Face Conselheiro Lafaiete

VI Festa Araguari

X Festival de Rio Espera

XI Festa de Governador Valadares

II Feti de Teófilo Otôni

XIII Nepopó de São João Nepomuceno

VII Fetubá – Ubá

II Festival de teatro comunitário de Mariana

III Feteg – Guaranésia

VIII Festiva Tramas e Dramas de Guaxupé

II Festival Nacional de Passos

IV Festival de teatro de Peçanha

III Festival de teatro de Muzambinho

III Festival de teatro de Uberaba

Proposta 250: Está prevista a 4ª edição do Mucuriarte para 2018, com o envolvimento de oficinairos, artesãos, músicos, poetas, trocando experiências com grupos tradicionais, jovens, mulheres, visando o despertar e o desenvolvimento artístico e cultural, proporcionando, além do gosto, a capacitação e a criação de oportunidades de criar trabalho e renda, conforme suas habilidades. Manter técnicas tradicionais, com o uso de matéria-prima de baixo custo e de fácil acesso, inserindo nelas um olhar ampliado. Fortalecimento e integração das comunidades quilombolas da região e indígenas, especialmente maxacali.

Proposta 254: A realização é importante para sociabilizar e valorizar a produção dos sujeitos dos acompanhamentos e assentamentos tanto dos produtos da terra quanto dos trabalhos artísticos por eles produzidos. Essas produções são muitas vezes invisibilizadas e desconhecidas. Por isso importante trazer para a cidade a produção do campo para a valorização desses territórios e sua desestigmatização. Já realizamos duas edições: festival nacional em 2016 e festival estadual em 2017.

Proposta 241: Manutenção de figurinos, adereços e instrumentos musicais dos grupos de cultura popular: o avanço tecnológico está favorecendo o esquecimento e o abandono do patrimônio imaterial. É necessário o investimento, apoio e manutenção de figurinos, adereços e instrumentos musicais dos grupos de cultura popular.

Proposta 255: A rica cultura de nossa região muitas vezes não é valorizada e divulgada. Anda, apresenta-se uma nova visão para contribuir para a valorização destas manifestações populares que são patrimônios de nossa gente e que não podem acabar. Já ocorreram duas edições desse estival que contribuíram grandiosamente para a promoção dessas manifestações em nossa região, mudando o cenário de nossas cidades, na área gastronômica, cultural e artística.

Proposta 242: Fomento ao artesanato no Jequitinhonha e Mucuri: Em 2017 foi realizada em Almenara a 1ª Feira de Artesanato do Vale do Jequitinhonha com a presença de mais de 70 artesãos, representando mais de 30 associações e cidades. A feira

foi sucesso de público e venda, o que fez com que os artesãos solicitassem a permanência dessa feira e sua realização em outras cidades do Vale.

Proposta 243: Dar continuidade ao prêmio Canela Fina, cujo objetivo é difundir, aprimorar, desenvolver e consolidar a noção de cultura urbana da periferia, que se refere aos movimentos culturais realizados por grupos ligados ao hip hop, que vêm redimensionando tanto suas identidades étnicas quanto as representações sobre o próprio contexto onde vivem.

Proposta 244: Estímulo às culturas populares e afrodescendentes: faz-se necessária a preservação da cultura imaterial do nosso Estado. O apoio financeiro permite a valorização e difusão das manifestações culturais populares e afrodescendente, além de sua sobrevivência, uma vez que por meio dele os grupos podem dar continuidade às suas tradições, seja por meio da aquisição de instrumentos, custeio de suas atividades, manutenção de seus espaços, entre outros.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 152/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 29 – Minas Mais Resiliente –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Rubens Balbino de Araújo (Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG), Nayara Ferreira Assunção Genelhú (Prefeitura Municipal de Fernandes Tourinho), Vanda de Sousa Viana (Câmara Municipal de Fernandes Tourinho), Cláudio Moreira de Souza (Câmara Municipal de Fernandes Tourinho), José Júlio Nascimento, Juliano Daniel Groppo (Universidade do Vale do Rio Doce), Santos Batista de Oliveira (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Fernando Agostinho Barbosa, Clayton Rodrigues Ramalho, Marcos Antonio Souza Otoni (Prefeitura Municipal de Araçuaí), Santos Alves Amorim (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Adivalson Pereira da Costa (Câmara Municipal de Rio do Prado), Francisco de Oliveira Carvalho (Gerência Regional de Saúde – Secretaria de Estado de Saúde), Eva Gomes Nascimento, Lindson Rodrigues de Oliveira (Câmara Municipal de Rio do Prado), Paulo Afonso Garcia, Jaqueline Ferreira Freitas, Tiago Miranda Mendes (Instituto Francisca Veras), Jefferson Bispo Pereira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Janeleide Lima de Matos (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Enzo Marques Rezende (Escola Família Agrícola Vida Comunitária), Monica Rodrigues Teixeira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Deyse Magalhães Silveira (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Leonardo Ferreira Souza, Manuela Pereira de Almeida Pinto (Escola Família Agrícola Serra do Brigadeiro), Cláudio Francisco Soier (Associação Comunitária de Promoção e Incentivo aos Grupos de Produção de Minas Novas), Daniel Costa Sousa, Cristiana Marques Fernandes, Cleide Cristina Pereira dos Santos (Escola Família Agrícola Renascer), Sammer Iêgo Lemos, Arnaldo Gomes de Oliveira Filho, Isabella Barbosa Anghinetti, Felipe Lopes Vieira Vasconcelos, Junior José da Silva, Daniella Rodrigues Caldas leite (Polícia Civil de Minas Gerais), Carlos Eduardo Lopes (Polícia Militar de Minas Gerais), Gabriella Boechat Mattos, Daniela Tiffany Prado de Carvalho (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Flávia Augusto Gomes (Polícia Militar de Minas Gerais).

Proposta 6:

Ação 4055

Aquisição e fornecimento de caminhão-pipa aos municípios para distribuição de água potável.

Proposta 7:

Ação 4055

Capacitar os municípios dos territórios Alto Jequitinhonha e Médio e Baixo Jequitinhonha em ações de proteção e defesa civil visando aumentar o número de servidores dos municípios, sociedade civil e iniciativa privada capacitados sobre os recursos que o Estado dispõe para atender as comunidades atingidas pela seca e estiagem.

Proposta 8:

Ação 4055

Atendimento com distribuição de água potável por meio de caminhão-pipa ou aquisição e fornecimento do caminhão-pipa aos municípios.

Proposta 107:

Recomendação: É importante fomentar a continuidade da meta para estruturação das coordenadorias municipais de proteção e defesa civil para que seja realizado o monitoramento do risco de desastres, considerando avaliar a possibilidade da estruturação em Consórcios de Municípios dentro de um macroterritório.

Proposta 168:

Alteração das metas física e financeira da Ação 4055 – Gestão do risco de desastres nos anos de 2018 e 2019.

1. para investimentos nos órgãos de coordenação e controle pela aquisição de caminhões-pipa e caminhonetes, para a Defesa Civil.

Meta financeira 2018: R\$ 1.200.000,00.

Meta física 2018: 30 municípios atendidos.

2. para realização de investimentos na estrutura de tecnologia da informação da Defesa Civil.

Meta financeira 2018: R\$ 300.000,00.

Meta física 2018: 1 aplicativo em uso.

3. para investimentos na estruturação de coordenadorias municipais de proteção e defesa civil (Compdecs)

Meta física: 40 municípios com Compdecs estruturados (2018 e 2019)

Meta financeira: R\$ 4.400.000,00 (2018 e 2019)

Territorialização a definir, após estudos da Defesa Civil.

Proposta 178:

Alteração da meta financeira e do território da Ação 4287, denominada Bombeiros nas Escolas.

Meta financeira: de R\$ 2.000,00 para R\$60.000,00 em cada ano (2018 a 2021)

Regionalização: multiterritorial.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 6: Vários municípios têm dificuldade na distribuição de água potável por ausência de sistemas públicos implantados. Ocorre que, em muitos casos, o processo para a solução é de médio ou longo prazos. Para uma parte desses municípios o fornecimento de um caminhão-pipa ajudaria a minimizar o problema, uma vez que existe o recurso hídrico e mão de obra disponíveis, mas não há o caminhão para distribuir a água. É uma solução emergencial enquanto os processos para a solução definitiva estiverem em andamento.

Proposta 7:

Os municípios não acessam recursos disponibilizados pelo Estado por falta de informação e capacitação.

Proposta 8:

Vários municípios têm dificuldade na distribuição de água potável por ausência de sistemas públicos implantados. Ocorre que, em muitos casos, o processo para a solução é de médio ou longo prazos. Para uma parte desses municípios a distribuição de água potável por meio de caminhões-pipa ajudaria a mitigar o problema.

Proposta 107:

Riscos de desastres, não raras vezes, ultrapassam os limites municipais.

Proposta 168:

Estruturar os órgãos do Sistema de Proteção e Defesa Civil e os municípios para possibilitar a preparação para desastres e mitigação dos seus efeitos.

Proposta 178:

Com o recurso anual de R\$60.000,00, é possível formar 10 turmas de 35 alunos de acordo com a finalidade da ação.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 153/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 169 – Regularização Ambiental –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Nayara Ferreira Assunção Genelhú (Prefeitura Municipal de Fernandes Tourinho), Rubens Balbino de Araújo (Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG), Vanda de Sousa Viana (Câmara Municipal de Fernandes Tourinho), Cláudio Moreira de Souza (Câmara Municipal de Fernandes Tourinho), José Júlio Nascimento, Juliano Daniel Groppo (Universidade do Vale do Rio Doce), Santos Batista de Oliveira (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Tiago Miranda Mendes (Instituto Francisca Veras), Guilherme Gonçalves Rabelo (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Paula Suely de Matos Prates (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Aurora Dutra Ferreira Soares (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Janeclide Lima de Matos (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Enzo Marques Rezende (Escola Família Agrícola Vida Comunitária), Leonardo Ferreira Souza, Cristiana Marques Fernandes, Cláudio Francisco Soier (Associação Comunitária de Promoção e Incentivo aos Grupos de Produção de Minas Novas), Cleide Cristina Pereira dos Santos (Escola Família Agrícola Renascer), Sammer Iêgo Lemos.

Proposta 9:

Na Ação 4426: Alteração da norma de outorga de água para limitar a capacidade das bombas de retirada de água de poços tubulares ao volume máximo permitido.

Proposta 103

Na Ação 4011: Alterar a meta financeira para 500.000,00.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 9: O comércio disponibiliza bombas com volumes variados para a retirada de água. O proponente deseja que as bombas sejam certificadas para retirada somente do volume outorgado pelo órgão.

Proposta 103: Disponibilizar mais recursos para os municípios que aderirem ao licenciamento ambiental, para conseguirem com mais agilidade as licenças ambientais de suas atividades. Assim, incentivaria produzir em consonância ao meio ambiente e gerar renda para o município.

A solicitação do aumento da meta financeira se justifica na necessidade de se atender os 70 municípios de forma minimamente adequada.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 154/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 120 – Gestão e Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Nayara Ferreira Assunção Genelhú (Prefeitura Municipal de Fernandes Tourinho), Rubens Balbino de Araújo (Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG), Vanda de Sousa Viana (Câmara Municipal de Fernandes Tourinho), Cláudio Moreira de Souza (Câmara Municipal de Fernandes Tourinho), Santos Batista de Oliveira (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), José Júlio Nascimento, Juliano Daniel Groppo (Universidade do Vale do Rio Doce), Haila Michelly R. Monção (Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene), Cândido Philipe Almeida (Idene), Monique Ellen Ferreira Ramos (Idene), Cícero Neiva Melo Crisóstomo (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Cláudio Francisco Soier (Associação Comunitária de Promoção e Incentivo aos Grupos de Produção de Minas Novas), Guilherme Gonçalves Rabelo (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), João Batista Alves de Souza (Associação Escola Família Agroecológica de Araçuaí), Cleide Cristina Pereira dos Santos (Escola Família Agrícola Renascer), Paula Suely de Matos Prates (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Enzo Marques Rezende (Escola Família Agrícola Vida Comunitária), Daniel Costa Sousa, Leonardo Ferreira Souza, Sammer Iêgo Lemos, Jaqueline Ferreira Freitas, Daniel Costa Sousa, Cláudio Francisco Soier (Associação Comunitária de Promoção e Incentivo aos Grupos de Produção de Minas Novas), Sammer Iêgo Lemos, Gilmar de Souza Oliveira (Escola Família Agrícola Paulo Freire), Cleide Cristina Pereira dos Santos (Escola Família Agrícola Renascer), Paula Suely de Matos Prates (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Tiago Miranda Mendes (Instituto Francisca Veras), Guilherme Gonçalves Rabelo (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Aurora Dutra Ferreira Soares (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Leonardo Ferreira Souza, Jaqueline Ferreira Freitas, Jacqueline Alves Alamino (Centro de Referência de Assistência Social), Jefferson Bispo Pereira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Monica Rodrigues Teixeira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Janeleide Lima de Matos (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Maria Dirce Primo Soares (Prefeitura Municipal de Minas Novas), Mateus Fernandes de Sousa (Prefeitura Municipal de Minas Novas), Willer Durval Lemos Coelho (Câmara Municipal de Minas Novas), Joubert Fernandes dos Santos (Prefeitura Municipal de Minas Novas), Luís Ricardo de Souza Corrêa (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM – Instituto de Ciência, Engenharia e Tecnologia), Neilton Carlos Antunes Bahia (Cemig Distribuição), Silvano André Pereira, Natalino Alves Caldeira (Câmara Municipal de José Gonçalves de Minas), Dauvande Pereira dos Santos (Câmara Municipal de Rio do Prado), Vanusa Pereira dos Santos, Welder das Graças Coelho Ramos (Prefeitura Municipal de Setubinha), Raul César Ferreira Durães (Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG), Eder Portella Loyola (Copasa-MG), José Maria Martins de Jesus, Luís Ricardo de Souza Corrêa (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM – Instituto de Ciência, Engenharia e Tecnologia), Neilton Carlos Antunes Bahia (Cemig Distribuição), Silvano André Pereira, Natalino Alves Caldeira (Câmara Municipal de José Gonçalves de Minas), Dauvande Pereira dos Santos (Câmara Municipal de Rio do Prado), Welder das Graças Coelho Ramos (Prefeitura Municipal de Setubinha), Vanusa Pereira dos Santos, Raul César Ferreira Durães (Copasa-MG), Eder Portella Loyola (Copasa-MG), José Maria Martins de Jesus.

Proposta 10:

Na Ação 4591: Criar uma fiscalização para as atividades exercidas pelos Comitês de Bacias Hidrográficas, inclusive sobre os planos municipais de saneamento básico.

Proposta 27:

Na Ação 4292: Acrescentar os territórios Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha e Mucuri.

Proposta 28:

Na Ação 445: Acrescentar os territórios Alto Jequitinhonha e Médio e Baixo Jequitinhonha.

Proposta 35:

Na Ação 4590: Construção de 200 terraços na Bacia do Rio Fanado a um custo de R\$ 500.000,00.

Proposta 122:

Na Ação 4292: Inclusão de território = Alto Jequitinhonha

Meta Física = 5 pontos de monitoramento

Meta Financeira = R\$ 598.254,00

Proposta 123:

Na Ação 4379: Inclusão do território Alto Jequitinhonha

2018

Alteração da Meta Física = 4

Alteração da Meta Financeira = R\$ 166.154,00

2019

Alteração da Meta Física = 4

Alteração da Meta Financeira = R\$ 166.154,00

2020

Alteração da Meta Física = 04

Alteração da Meta Financeira = R\$ 166.154,00

2021

Alteração da Meta Física = 4

Alteração da Meta Financeira = R\$ 166.154,00

Proposta 260: Moção de repúdio à transposição do Rio Pacuí:

Nós, participantes dos debates do PPAG em Montes Claros, repudiamos veementemente a transposição do Rio Pacuí para abastecimento da população em Montes Claros, devido ao Rio Pacuí não ser totalmente sadio, por estar assoreando-se, com baixa vazão, já sofrendo com o secamento de algumas partes de seu curso. A transposição está sendo feita sem nenhum trabalho de recuperação/revitalização, e a população que o usa para sobreviver será prejudicada.

Assim, não adianta trocar um problema por outro. A barragem que abastecia Montes Claros está secando e a cada dia o rodízio de água é maior. A manutenção da Barragem de Juramento deve ser feita para recuperá-la, pondo-a em uso, em vez de projetar soluções que poderão prejudicar um montante considerável de pessoas e solos.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 10: Entende-se ser necessária uma fiscalização e um monitoramento nos Comitês de Bacias Hidrográficas – CBHs. Questiona-se também se os CBHs monitoram a execução dos planos municipais de saneamento básico e se apoiam os municípios em atividades realizadas nos recursos hídricos.

Proposta 27: Devido à existência de muitos poços artesianos e poços freáticos nos territórios Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha e Mucuri, é necessária uma gestão dos recursos hídricos para avaliar a qualidade e a quantidade das águas subterrâneas nessas regiões.

Proposta 28: Tendo em vista o elevado número de poços artesianos e freáticos no Vale do Jequitinhonha, é importante a elaboração de planos diretores de recursos hídricos para os territórios da região, visando o desenvolvimento sustentável das respectivas bacias hidrográficas.

Proposta 35: A bacia do Rio Fanado é composta pelos Municípios de Minas Novas, Angelândia, Turmalina e Capelinha. Em audiência pública realizada em 17/10/2017, na ALMG, foi apresentada demanda para construção de terraços na referida bacia hidrográfica. O programa é fundamentado em mobilização intermunicipal, denominada de S.O.S Fanado, de caráter social, através de parceria entre a sociedade civil e o poder público. O público-alvo são os moradores da bacia do Rio Fanado e bacias a jusante.

Proposta 260: Tal projeto que a Copasa está divulgando de transposição do Rio Pacuí para o abastecimento da cidade de Montes Claros-MG não está levando em consideração os problemas que o Rio Pacuí e seus afluentes estão passando, porque se encontram já comprometidos por assoreamento, baixa vazão e secamento ao longo dos seus cursos e certamente isso acarretará grandes prejuízos para a população ribeirinha que depende do rio para sobreviver.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 155/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 122 – Água para Todos – Universalização do Acesso e Uso da Água –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Nayara Ferreira Assunção Genelhu (Prefeitura Municipal de Fernandes Tourinho), Rubens Balbino de Araújo (Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG), Vanda de Sousa Viana (Câmara Municipal de Fernandes Tourinho), Cláudio Moreira de Souza (Câmara Municipal de Fernandes Tourinho), José Júlio Nascimento, Juliano Daniel Groppo (Universidade do Vale do Rio Doce), Santos Batista de Oliveira (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Elisabeth de Fátima dos Reis, Gleidson Oliveira Souza (Prefeitura Municipal de Itacarambi), Sérgio de Oliveira Nassau (Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene – Amams), Thiago Pinto Monção (Prefeitura Municipal de Espinosa), José Márcio França Alkmin (Prefeitura Municipal de Espinosa), Elisabeth de Fátima dos Reis, José Márcio França Alkmin (Prefeitura Municipal de Espinosa), Thiago Pinto Monção (Prefeitura Municipal de Espinosa), Gleidson Oliveira Souza (Prefeitura Municipal de Itacarambi), Sérgio de Oliveira Nassau (Amams), Luís Ricardo de Souza Corrêa (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM – Instituto de Ciência, Engenharia e Tecnologia), Neilton Carlos Antunes Bahia (Cemig Distribuição), Silvano André Pereira, Natalino Alves Caldeira (Câmara Municipal de José Gonçalves de Minas), Dauvande Pereira dos Santos (Câmara Municipal de Rio do Prado), Welder das Graças Coelho Ramos (Prefeitura Municipal de Setubinha), Vanusa Pereira dos Santos, Raul César Ferreira Durães (Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG), Eder Portella Loyola (Copasa-MG), José Maria Martins de Jesus, Willer Durval Lemos Coelho (Câmara Municipal de Minas Novas), Mateus Fernandes de Sousa (Prefeitura Municipal de Minas Novas), Joubert Fernandes dos Santos (Prefeitura Municipal de Minas Novas), Maria Dirce Primo Soares (Prefeitura Municipal de Minas Novas), Jaqueline Ferreira Freitas, Tiago Miranda Mendes (Instituto Francisca Veras), Jefferson Bispo Pereira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), João

Batista Alves de Souza (Associação Escola Família Agroecológica de Araçuaí), Cleide Cristina Pereira dos Santos (Escola Família Agrícola Renascer), Paula Suely de Matos Prates (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Enzo Marques Rezende (Escola Família Agrícola Vida Comunitária), Leonardo Ferreira Souza, Gilmar de Souza Oliveira (Escola Família Agrícola Paulo Freire), Mônica Rodrigues Teixeira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Manuela Pereira de Almeida Pinto (Escola Família Agrícola Serra do Brigadeiro), João Batista Alves de Souza (Associação Escola Família Agroecológica de Araçuaí), Elisabeth de Fátima dos Reis, José Márcio França Alkmin (Prefeitura Municipal de Espinosa), Thiago Pinto Monção (Prefeitura Municipal de Espinosa), Gleidson Oliveira Souza (Prefeitura Municipal de Itacarambi), Sérgio de Oliveira Nassau (Amams), Elisabeth de Fátima dos Reis, Gleidson Oliveira Souza (Prefeitura Municipal de Itacarambi), Sérgio de Oliveira Nassau (Amams), Thiago Pinto Monção (Prefeitura Municipal de Espinosa), José Márcio França Alkmin (Prefeitura Municipal de Espinosa).

Proposta 11:

Na Ação 1056:- Implantação de barraginhas na região do Vale do Rio Doce para assegurar maior infiltração de água no solo, contenção da erosão nas estradas vicinais, e, na época das chuvas, constituírem bebedouros para animais.

Proposta 30:

Na Ação 1056: Executar a ação 1056 de forma prioritária nos municípios de Setubinha e Capelinha, em apoio aos movimentos S.O.S. Rio Setúbal e S.O.S. Fanado.

Proposta 36:

Na Ação 1056: Construir pequenas barragens para a captação de água de chuva na bacia do Rio Fanado.

Proposta 115:

Ação nova: Implantação de tecnologia social e conscientização ambiental nas Escolas Família Agrícola – EFAs.

Unidade responsável: Sedinor

Finalidade: Desenvolver e fomentar a implantação de tecnologias sociais de conservação e utilização dos recursos hídricos nas Escolas Família Agrícola, no sentido de conscientizar a utilização sustentável e racional das águas.

Produto: Projeto de tecnologia social

Público-alvo: Escolas Família Agrícola – EFAs.

Território: Multiterritorial

Meta física 2018: 22

Meta Financeira 2018: R\$660.000,00

Meta física 2019: 25

Meta Financeira 2019: R\$750.000,00

Proposta 284

Ação Nova: Aporte de recursos financeiros para o Programa Água para Todos e outras ações no Norte de Minas

Finalidade: Aumento do recurso do programa Água para Todos para os municípios do Norte de Minas destinado às diversas ações: pequenas barragens, barraginhas ecológicas, barraginhas vicinais, distribuição de caixas d'água e cisternas, eletrificação e equipamentos de poços públicos e sistemas simplificados de tratamento e distribuição de água potável.

Produto: recurso garantido para o Água para todos

Unidade de Medida: repasse

Público-alvo: beneficiários do programa Água para Todos

Território: Norte

Meta física: 1

Meta financeira: R\$200.000.000,00

Proposta 289:

Ação Nova: Apoio complementar das ações do Estado para as barragens realizadas pelo governo federal.

Finalidade: destinar recursos para as ações complementares do Estado na implantação das barragens previstas na região (ex. Jequitai e Congonhas). Recursos destinados para tratar das questões sociais, regularização fundiária e ambiental, direito dos atingidos e garantir o uso da água no abastecimento humano e dessedentação de animais.

Produto: apoio realizado

Unidade de Medida: apoio

Público-alvo: população beneficiada pelas Barragens de Jequitai e Congonhas

Meta física: 2

Meta financeira: R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões)

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 11: As barraginhas servirão para assegurar maior infiltração de água no solo, contenção da erosão nas estradas vicinais, e, na época das chuvas, constituir bebedouros para animais.

Proposta 36: A Bacia do Rio Fanado é composta por quatro municípios: Minas Novas, Turmalina, Capelinha e Agelândia. Durante audiência pública realizada em 17/10/2017, na ALMG, foram apresentadas demandas para construção de pequenas barragens para captação de água de chuva na referida bacia hidrográfica.

Existe uma mobilização intermunicipal em parceria da sociedade civil e poder público, denominada S.O.S Fanado, que busca a proteção e recuperação da respectiva bacia hidrográfica.

Proposta 284: garantir recursos para o programa e para fornecimento de equipamentos.

Proposta 289: melhoria no abastecimento e distribuição de água no Norte de Minas.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 156/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 143 – Proteção das Áreas Ambientalmente Conservadas, da Fauna, e da Biodiversidade Florestal –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Nayara Ferreira Assunção Genelhú (Prefeitura Municipal de Fernandes Tourinho), Rubens Balbino de Araújo (Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG), Vanda de Sousa Viana (Câmara Municipal de Fernandes Tourinho), Cláudio Moreira de Souza (Câmara Municipal de Fernandes Tourinho), José Júlio Nascimento, Juliano Daniel Groppo (Universidade do Vale do Rio Doce), Santos Batista de Oliveira (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Luís Ricardo de Souza Corrêa (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM – Instituto de Ciência, Engenharia e Tecnologia), Neilton Carlos Antunes Bahia (Cemig Distribuição), Silvano André Pereira, Natalino Alves Caldeira (Câmara Municipal de José Gonçalves de Minas), Dauvande Pereira dos Santos (Câmara Municipal de Rio do Prado), Welder das Graças Coelho Ramos (Prefeitura Municipal de Setubinha), Vanusa

Pereira dos Santos, Raul César Ferreira Durães (Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG), Eder Portella Loyola (Copasa-MG), José Maria Martins de Jesus, Willer Durval Lemos Coelho (Câmara Municipal de Minas Novas), Joubert Fernandes dos Santos (Prefeitura Municipal de Minas Novas), Mateus Fernandes de Sousa (Prefeitura Municipal de Minas Novas), Maria Dirce Primo Soares (Prefeitura Municipal de Minas Novas), João Batista Alves de Souza (Associação Escola Família Agroecológica de Araçuaí), Cleide Cristina Pereira dos Santos (Escola Família Agrícola Renascer), Jefferson Bispo Pereira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Paula Suely de Matos Prates (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Guilherme Gonçalves Rabelo (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Tiago Miranda Mendes (Instituto Francisca Veras), Monica Rodrigues Teixeira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Daniel Costa Sousa, Janecleide Lima de Matos (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Manuela Pereira de Almeida Pinto (Escola Família Agrícola Serra do Brigadeiro), Leonardo Ferreira Souza, Cristiana Marques Fernandes, Jaqueline Ferreira Freitas, Tiago Miranda Mendes (Instituto Francisca Veras), Deyse Magalhães Silveira (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Jefferson Bispo Pereira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Daniel Costa Sousa, Cláudio Francisco Soier (Associação Comunitária de Promoção e Incentivo aos Grupos de Produção de Minas Novas), Leonardo Ferreira Souza, Cristiana Marques Fernandes, Cleide Cristina Pereira dos Santos (Escola Família Agrícola Renascer), João Batista Alves de Souza (Associação Escola Família Agroecológica de Araçuaí), Paula Suely de Matos Prates (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Gilmar de Souza Oliveira (Escola Família Agrícola Paulo Freire), Jaqueline Ferreira Freitas, Tiago Miranda Mendes (Instituto Francisca Veras), Deyse Magalhães Silveira (ALMG), Jefferson Bispo Pereira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Daniel Costa Sousa, Cláudio Francisco Soier (Associação Comunitária de Promoção e Incentivo aos Grupos de Produção de Minas Novas), Leonardo Ferreira Souza, Cristiana Marques Fernandes, Cleide Cristina Pereira dos Santos (Escola Família Agrícola Renascer), João Batista Alves de Souza (Associação Escola Família Agroecológica de Araçuaí), Paula Suely de Matos Prates (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Gilmar de Souza Oliveira (Escola Família Agrícola Paulo Freire).

Proposta 12:

Na Ação 4322: Implantação de projetos voltados para a recuperação, preservação e reflorestamento das nascentes, topos de morros e áreas degradadas no território do Vale do Rio Doce, por meio da implementação de viveiros municipais.

Proposta 29

Na Ação 4086: Acrescentar o território Alto Jequitinhonha e Médio e Baixo Jequitinhonha.

Proposta 37

Na Ação 4322: Cercamento de nascentes na Bacia do Rio Fanado.

Proposta 116

Na Ação 4322: Acrescentar o território Médio e Baixo Jequitinhonha, com meta física 250 e meta financeira R\$ 1.438.580,00.

Proposta 118

Na Ação 4294: Acrescentar território Vertentes, com meta física 1 e meta financeira R\$7.084,00.

Proposta 119

Na Ação 4380: Alterar no território do Alto Jequitinhonha a meta física para 10 e a meta financeira para R\$2.567.900,00.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 12: Os municípios têm necessidade de ser mais independentes do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e relação ao fornecimento de mudas de plantas de espécies nativas, incluindo as frutíferas, para reflorestamento das nascentes, topos de morros e áreas degradadas. Além disso, são necessárias ferramentas, equipe técnica e equipamentos em geral.

Proposta 29: Devido à baixa quantidade de pescado proveniente no Rio Jequitinhonha, é importante a implementação de programas e projetos de pesquisa para a preservação, proteção e conservação da fauna aquática no Rio Jequitinhonha.

Proposta 37: A Bacia do Rio Fanado compreende quatro municípios: Minas Novas, Turmalina, Capelinha e Angelândia. E, conforme demandas expostas na audiência pública realizada em 17/10/2017 na ALMG, é importante realizar o cercamento de nascentes na região, a fim de preservar e proteger a Bacia do Rio Fanado. A sociedade civil, em parceria com o poder público, se mobiliza no movimento denominado S.O.S Fanado.

Proposta 118 e 119: É necessária a abrangência de todos os territórios que possuem área de preservação.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 157/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 145 – Saneamento É Vida –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Nayara Ferreira Assunção Genelhú (Prefeitura Municipal de Fernandes Tourinho), Rubens Balbino de Araújo (Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG), Vanda de Sousa Viana (Câmara Municipal de Fernandes Tourinho), Cláudio Moreira de Souza (Câmara Municipal de Fernandes Tourinho), José Júlio Nascimento, Juliano Daniel Groppo (Universidade do Vale do Rio Doce), Santos Batista de Oliveira (Sindicato dos Trabalhadores Rurais).

Texto: Na Ação 1014 – Implantação de fossas sépticas e Estações de Tratamento de Esgoto – ETEs – nos municípios do território do Vale do Rio Doce, principalmente nas localidades que possuem nascentes sendo recuperadas e preservadas.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: A implantação de fossas sépticas e ETEs, principalmente nas localidades que possuem nascentes sendo recuperadas e preservadas, é uma forma de se evitar a contaminação dos recursos hídricos e assim melhorar a qualidade da água. No Vale do Rio Doce são poucos os municípios que possuem ETEs, não havendo outra opção para a população a não ser lançar seus efluentes nos recursos hídricos.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 158/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 25 – Geração de Conhecimento e de Tecnologia Agropecuária –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Carmelita Almeida da Silva (Prefeitura Municipal de Ipatinga), Kátia Ferreira de Sousa (Prefeitura Municipal de Fernandes Tourinho), José Osmir de Castro (Prefeitura Municipal de Ipatinga), Dalva Helena Rodrigues (Prefeitura Municipal de Santa Rita do Itueto), Juliana de Souza Matias (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Polo Rio Doce), Cléber Luiz Leite Leal (Câmara Municipal de Resplendor), Guilherme Gonçalves Rabelo (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), José Carvalho Oliveira (Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados e Agricultores

Familiares dos Municípios de Ibitiúra de Minas, Andradas e Caldas), Joao Paulo Calori Gomes (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Aparecida do Carmo Gregório Silva (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Sebastiana Aparecida Rosa Zanon (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Taís Silva Araujo (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Maria Marcia de Oliveira Martins (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Marcos Luiz da Cunha Jota (Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas), Deyse Magalhães Silveira (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais ALMG), Clarinda de Oliveira Paula (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Polyanna Mara de Oliveira (Epamig – Centro Regional de Pesquisa do Norte de Minas), Geovanni Antônio de Jesus, Ricardo Alves Froes (Escritório Local da Emater-MG), Nilva Vieira da Paz (Escola Família Agrícola da Região do Rio São Francisco), Leidy Damony de Almeida Rufino (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais), Kellson Frederico Tolentino Sousa (Epamig – Centro Regional de Pesquisa do Norte de Minas), Sonia Maria Ribeiro de Oliveira, Genésio Marques de Deus (Escola Família Agrícola da Região do Rio São Francisco), Polyanna Mara de Oliveira (Epamig – Centro Regional de Pesquisa do Norte de Minas), Geovanni Antônio de Jesus, Ricardo Alves Froes (Escritório Local da Emater-MG), Nilva Vieira da Paz (Escola Família Agrícola da Região do Rio São Francisco), Leidy Damony de Almeida Rufino (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais), Kellson Frederico Tolentino Sousa (Epamig – Centro Regional de Pesquisa do Norte de Minas), Sonia Maria Ribeiro de Oliveira, Genésio Marques de Deus (Escola Família Agrícola da Região do Rio São Francisco).

Proposta 14:

Na Ação 4057: Acrescentar os territórios Vale do Rio Doce e Vale do Aço com meta física 6 e meta financeira R\$600.000,00, para cada território.

Proposta 109

Na Ação 4057: Acrescentar o território Multiterritorial e aumentar a meta financeira em R\$3.000.000,00.

Proposta 279

Na Ação 4046: Aumentar a quantidade e privilegiar a produção de mudas nativas do cerrado.

Proposta 281

Na Ação 4056: Ampliar a meta financeira no território norte para R\$40.000,00.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular.

Justificação: Proposta 14: Tendo em vista a necessidade de buscar novas tecnologias e apesar de serem vistos como territórios desenvolvidos, apresentam deficiências na área de produtividade, devido à falta de pesquisas direcionadas aos cultivos adaptáveis às condições climáticas da região.

Proposta 109: A Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig – não recebe do Estado de Minas Gerais recursos financeiros para o custeio de suas atividades. Assim sendo, todo o custeio é feito com recursos diretamente arrecadados (recursos próprios) que são escassos e insuficientes para tal fim. Dessa feita, para o atendimento às demandas da agricultura familiar, solicita-se o acréscimo de 3 milhões na ação 4057.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 159/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 59 – Apoio à Produção Sustentável, Agregação de Valor e Comercialização – do Campo à

Mesa –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: José Osmir de Castro (Prefeitura Municipal de Ipatinga), Kátia Ferreira de Sousa (Prefeitura Municipal de Fernandes Tourinho), Carmelita Almeida da Silva (Prefeitura Municipal de Ipatinga), Cléber Luiz Leite Leal (Câmara Municipal de Resplendor), Juliana de Souza Matias (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Polo Rio Doce), Dalva Helena Rodrigues (Prefeitura Municipal de Santa Rita do Itueto), José Osmir de Castro (Prefeitura Municipal de Ipatinga), Kátia Ferreira de Sousa (Prefeitura Municipal de Fernandes Tourinho), Carmelita Almeida da Silva (Prefeitura Municipal de Ipatinga), Cléber Luiz Leite Leal (Câmara Municipal de Resplendor), Juliana de Souza Matias (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Polo Rio Doce), Dalva Helena Rodrigues (Prefeitura Municipal de Santa Rita do Itueto), José Osmir de Castro (Prefeitura Municipal de Ipatinga), Kátia Ferreira de Sousa (Prefeitura Municipal de Fernandes Tourinho), Carmelita Almeida da Silva (Prefeitura Municipal de Ipatinga), Cléber Luiz Leite Leal (Câmara Municipal de Resplendor), Juliana de Souza Matias (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Polo Rio Doce), Dalva Helena Rodrigues (Prefeitura Municipal de Santa Rita do Itueto), José Osmir de Castro (Prefeitura Municipal de Ipatinga), Kátia Ferreira de Sousa (Prefeitura Municipal de Fernandes Tourinho), Carmelita Almeida da Silva (Prefeitura Municipal de Ipatinga), Cléber Luiz Leite Leal (Câmara Municipal de Resplendor), Juliana de Souza Matias (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Polo Rio Doce), Dalva Helena Rodrigues (Prefeitura Municipal de Santa Rita do Itueto), Robélia Maria de Jesus Gomes, Rogério de Oliveira Sousa, José Cândido Gonçalves dos Santos (Prefeitura Municipal de Itaobim), Arinezito Oliveira dos Santos (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Mácio Souza Mota (Câmara Municipal de Itaobim), Maria Rita de Nazaré Caires (Escola Família Agrícola Vida Comunitária), Adélia Dias Viana (Movimento Pró Escola Família Agrícola no Vale do Jequitinhonha), Miguel Canguçu Alves (Câmara Municipal de Fronteira dos Vales), Robspierre Ferraz de Sousa (Unidade Regional da Emater-MG), Robélia Maria de Jesus Gomes, Rogério de Oliveira Sousa, José Cândido Gonçalves dos Santos (Prefeitura Municipal de Itaobim), Arinezito Oliveira dos Santos (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Mácio Souza Mota (Câmara Municipal de Itaobim), Maria Rita de Nazaré Caires (Escola Família Agrícola Vida Comunitária), Adélia Dias Viana (Movimento Pró Escola Família Agrícola no Vale do Jequitinhonha), Miguel Canguçu Alves (Câmara Municipal de Fronteira dos Vales), Robspierre Ferraz de Sousa (Unidade Regional da Emater-MG), Robélia Maria de Jesus Gomes, Rogério de Oliveira Sousa, Arinezito Oliveira dos Santos (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Mácio Souza Mota (Câmara Municipal de Itaobim), Adélia Dias Viana (Movimento Pró Escola Família Agrícola no Vale do Jequitinhonha), Miguel Canguçu Alves (Câmara Municipal de Fronteira dos Vales), José Cândido Gonçalves dos Santos (Prefeitura Municipal de Itaobim), Maria Rita de Nazaré Caires (Escola Família Agrícola Vida Comunitária), Robspierre Ferraz de Sousa (Unidade Regional da Emater-MG), Robélia Maria de Jesus Gomes, Rogério de Oliveira Sousa, José Cândido Gonçalves dos Santos (Prefeitura Municipal de Itaobim), Arinezito Oliveira dos Santos (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Mácio Souza Mota (Câmara Municipal de Itaobim), Maria Rita de Nazaré Caires (Escola Família Agrícola Vida Comunitária), Adélia Dias Viana (Movimento Pró Escola Família Agrícola no Vale do Jequitinhonha), Miguel Canguçu Alves (Câmara Municipal de Fronteira dos Vales), Robspierre Ferraz de Sousa (Unidade Regional da Emater-MG), Maria Aparecida Rosa Ribeiro (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Sílvio Cardoso Rabello (Movimento dos Trabalhadores do Sem Terra / Cooperativa Guaii), Jacqueline Alves Alamino (Centro de Referência de Assistência Social), João Carlos Rodrigues (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Vanderley Antônio Chilese (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Firmino Alves de Sousa Neto (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Givanildo Rafael de Carvalho (Sindicato dos Trabalhadores Rurais),

Ernandes da Silva Gomes (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Paulo Cesar Gomes Amorim Junior (União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária), Ademar Sodré (União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária), Elizeu Alves de Souza (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Marlene Antônia de Oliveira Teixeira (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Rômulo Luiz Campos (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Maria Marta de Carvalho (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Maria Marta de Carvalho (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Ademar Sodré (União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária), Ernandes da Silva Gomes (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Firmino Alves de Sousa Neto (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), João Carlos Rodrigues (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Marcos Vinicius Dias Nunes (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Maria Aparecida Rosa Ribeiro (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Paulo Cesar Gomes Amorim Junior (União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária), Rômulo Luiz Campos (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Vanderley Antônio Chilese (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais).

Proposta 15

Na Ação 4131: Acrescentar os territórios Vale do Rio Doce e Vale do Aço com meta física de 10 kits entregues e meta financeira de R\$150.000,00, para cada um dos territórios.

Proposta 32

Na Ação 4141: Acrescentar os territórios Vale do Rio Doce e Vale do Aço com meta física de 4 e meta financeira de R\$120.000,00, para cada território.

Proposta 33

Na Ação 4242: Acrescentar os territórios Vale do Rio Doce e Vale do Aço com meta física de 50 produtores beneficiados e meta financeira de R\$ 25.000,00, para cada território.

Proposta 34

Na Ação 4238: Acrescentar os territórios Vale do Rio Doce e Vale do Aço com meta física de 50 jovens atendidos e meta financeira de R\$ 150.000,00, para cada território.

Proposta 78

Na Ação 2034: Alterar a regionalização de forma a acrescentar os territórios Médio e Baixo Jequitinhonha e Mucuri, redistribuindo os recursos.

Proposta 82

Na Ação 4141: Alterar a regionalização de forma a acrescentar os territórios Médio e Baixo Jequitinhonha e Mucuri, redistribuindo os recursos.

Proposta 83

Na Ação 4238: Aumentar meta física e financeira dos territórios Médio e Baixo Jequitinhonha e Mucuri para criar turmas com, no mínimo, 20 jovens por território.

Proposta 85

Na Ação 4242: Acrescentar os territórios Médio e Baixo Jequitinhonha e Mucuri, com meta física de 40 produtores beneficiados para cada território.

Proposta 86

Na Ação 4248: Alterar a regionalização, para incluir o território Baixo e Médio Jequitinhonha, com meta física de 20 atividades desenvolvidas e o território Mucuri com meta física de 15 atividades desenvolvidas. Além disso, alterar a finalidade da ação, de forma a incluir a capacitação dos conselheiros dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS.

Proposta 96

Ação Nova: Restaurar a ação 4385 – Feira Estadual da Agroindústria Familiar – Agriminas.

Finalidade: Apoiar o associativismo, o cooperativismo e a comercialização da produção da agricultura familiar.

Produto: Alimentos, artesanato e produtos da agroindústria familiar

Público-alvo: Agricultores familiares, assentados da reforma agrária e população ribeirinha

Multiterritorial.

E recomendação à Seda para que mantenha entre as ações de sua responsabilidade, para os anos de 2018 e próximos, a ação de promoção da Agriminas, de forma que ela obtenha o status de agenda da secretaria

Proposta 100

Recomendação ao governo do Estado: uma vez que a agricultura familiar, ou seja, o setor agropecuário em geral, é comprovadamente um dos principais motores da economia mineira, ele necessita de mais investimento, principalmente voltado para o setor produtivo da agroecologia e da agroindústria familiar. Assim, é necessário ampliar os orçamentos dos órgãos estaduais que atendem o público da agricultura familiar, sendo que esse recurso poderia estar voltado para projetos de produção sustentável, certificação, desburocratização dos processos, entre outros.

Proposta 101

Ação Nova: Feira Estadual da Reforma Agrária

Finalidade: Garantir espaço de divulgação e de comercialização da produção dos assentados de reforma agrária no estado de Minas Gerais.

Produto: evento realizado

Território: Metropolitano

Meta financeira: R\$500.000,00

Proposta 102

Recomendação – À Seda para que mantenha entre as ações de sua responsabilidade, para 2018 e nos próximos, a ação de promoção da Agriminas para que ela tenha *status* de agenda da Secretaria.

Proposta 105

Ação Nova: Diagnóstico Social de Povos e Comunidades Tradicionais

Finalidade: Realização de diagnóstico socioeconômico de Povos e Comunidades Tradicionais, em especial quilombolas.

Unidade responsável: Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac

Unidade de medida: comunidade atendida

Meta física: 20 (2018) e 20 (2019)

Meta financeira: R\$200.000,00

Território: multiterritorial

Proposta 108

Na Ação 4242: Alterar a finalidade, incluindo ao final do texto "apoio à realização do IV Encontro Nacional de Agroecologia – IV ENA – e à implementação do Grupo Executivo Permanente da Estratégia Intersetorial de Redução do Uso de Agrotóxicos e Apoio à Agroecologia e à Produção Orgânica no Estado. Acrescentar R\$500.000,00 nas metas financeiras de 2019.

Proposta 113

Na Ação 4209: Acrescentar à finalidade: “por meio da assistência técnica e extensão rural para a organização produtiva e acesso aos comércios locais e institucionais”. Alterar a meta física para 20 e financeira para R\$ 940.000,00 (2018) e R\$946.000,00 (2019).

Proposta 117

Na Ação 4257: Aumentar a meta física para 50 (2018) e 80 (2019) e financeira para R\$500.000,00 (2018) e R\$800.000,00 (2019).

Proposta 120

Ação Nova: Restaurar a Ação 4437 – Apoio aos Projetos Profissionais dos Jovens Egressos das Escolas Famílias Agrícolas, com meta física 110 (2018) e 125 (2019) e meta financeira R\$616.000,00 (2018) e R\$700.000,00 (2019). Unidade de medida: projetos apoiados. Território: multiterritorial. Unidade responsável: Seda (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário).

Proposta 121

Na Ação 4238: Acrescentar à finalidade: “inclusive com editais para fomento de projetos”. Alterar a meta física para 200 (2018) e 400 (2019) e financeira para R\$ 600.000,00 (2018) e R\$1.200.000,00 (2019).

Proposta 262

Na Ação 4257: O Estado deverá visitar os territórios de povos e comunidades tradicionais, enquanto a secretaria da comissão de povos e comunidades tradicionais deverá mapear esses territórios, dar-lhes certidões e titulações além de fomentar e investir na realização de eventos socioculturais, como a feira dos povos canjerê, para estimular a produção sustentável e o fortalecimento dos povos, aumentando a meta física para 100 comunidades e a meta financeira para R\$500.000,00

Proposta 265

Na Ação 4131: Alteração, no território Norte, da meta física para 15 kits entregues e da meta financeira para R\$225.000,00 no ano de 2018.

Proposta 266

Na Ação 4238: Incluir o território Norte, com meta física de 160 jovens atendidos e meta financeira de R\$400.000,00.

Proposta 267

Ação Nova: Criação de ação, com aporte de recursos estaduais, para a aquisição de alimento da agricultura familiar pelas escolas, complementando o Pnae.

Proposta 269

Na Ação 2034: Incluir o território norte com Meta Física de 1 projeto apoiado e Meta Financeira de R\$350.000,00.

Proposta 271

Ação Nova: Apoio à gestão de cooperativas e associações da agricultura familiar e agroextrativistas, para fortalecimento das cadeias produtivas dos frutos do cerrado e da caatinga no norte do Estado.

Unidade responsável: Idene

Finalidade: Apoiar a gestão de cooperativas e associações da agricultura familiar e agroextrativistas

Produto: Entidades apoiadas

Público-alvo: Cooperativas e associações da agricultura familiar e agroextrativistas

Território: Norte

Meta física:

2018 – 10

2019 – 0

2020 – 0

2021 – 0

Meta financeira:

2018 – R\$1.000.000,00

2019 – 0

2020 – 0

2021 – 0

Proposta 272

Na Ação 4032: Alteração da Meta Física para 6 empreendimentos e da Meta Financeira para R\$2.400.000,00, como se segue.

Central

Meta Física: 1

Meta Financeira: R\$400.000,00

Norte

Meta Física: 1

Meta Financeira: R\$400.000,00

Mucuri

Meta Física: 1

Meta Financeira: R\$400.000,00

Alto Jequitinhonha

Meta Física: 1

Meta Financeira: R\$400.000,00

Médio e Baixo Jequitinhonha

Meta Física: 2

Meta Financeira: R\$800.000,00

Proposta 274

Na Ação 4238: Alteração de finalidade

Promover condições para a permanência do jovem no meio rural e estimular a participação social deste público, por meio de atividades relativas a capacitação, geração de renda e difusão de conhecimentos tradicionais e sustentáveis da agricultura familiar e de editais de fomento de projetos.

Alteração de metas físicas e financeiras

2018

Meta Física: 200

Meta Financeira: 600.000,00

2019

Meta Física: 400

Meta Financeira: 1.200.000,00

Proposta 276

Na Ação 4141: Incluir o território norte, com Meta Física "1" e Meta Financeira R\$80.000,00, para o ano de 2018.

Proposta 278

Ação Nova: Organização produtiva e acesso a comércios locais e institucionais para as mulheres do campo.

Unidade responsável: Emater

Finalidade: Apoiar na organização produtiva e acesso a comércios locais e institucionais para as mulheres do campo.

Produto: Projetos apoiados

Publico-alvo: Agricultoras familiares

Território: Multiterritorial

Metas físicas

2018 – 20

2019 – 20

2020 – 0

2021 – 0

METAS FINANCEIRAS

2018 – R\$940.000,00

2019 – R\$946.000,00

2020 – 0

2021 – 0

Proposta 295

Ação Nova: restaurar a Ação 4437, do PPAG 2016-2019, exercício 2017, com meta física de 110 e meta financeira de R\$616.000 para 2018 e meta física de 125 e meta financeira de R\$700.000 para 2019.

Alterar unidade de medida para Projetos apoiados. Alterar finalidade para “Apoio aos projetos profissionais dos jovens egressos das Escolas Família Agrícola”.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 15: Promover e fortalecer a geração de renda da agricultura familiar a partir da realização de feiras livres de agricultores familiares.

Proposta 32: Promover e fortalecer a geração de renda da agricultura familiar a partir da realização de feiras livres de agricultores familiares.

Proposta 33: É necessário orientações técnicas para melhoria da produtividade, pois com o aumento do conhecimento o produtor aumentará sua renda e produtividade, observando que a mudança de métodos produtivos trará melhoria na qualidade de vida e renda familiar.

Proposta 34: É necessário garantir condições de permanência dos jovens na atividade rural dando continuidade ao trabalho familiar na produção de alimentos saudáveis, com renda e qualidade de vida.

Proposta 101: Em 2017 aconteceu a II edição da feira com recursos da ação 4207, responsabilidade da Sedese. Programa 151. Entendemos que este assunto deve ser alocado na Seda, já que é o órgão que diretamente atua na questão da reforma agrária em Minas Gerais.

Proposta 108: O IV Encontro Nacional de Agroecologia – IV ENA – é um evento de encontro, formação e troca de experiências e conhecimento de agricultores familiares e povos/comunidades tradicionais de todo o Brasil. O encontro acontecerá em Belo Horizonte, nos dias 31 de maio e 3 de junho de 2018, com a participação de 2000 pessoas, sendo pelo menos 70% de agricultores familiares, sendo 50% mulheres e 30% jovens. A realização do IV ENA em Minas Gerais é oportunidade concreta de dar visibilidade para a população de Belo Horizonte e de Minas das experiências de transição agroecológica existentes no Estado e no Brasil, mas sobretudo ser um espaço de formação e troca de conhecimentos para agricultores(as).

Implementação do Grupo Executivo Permanente da Estratégia Intersetorial de Redução do Uso de Agrotóxicos e Apoio à Agroecologia e à Produção Orgânica no Estado (Decreto 47.223, de 2017). De acordo com o Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas, Minas Gerais é o 4º consumidor de agrotóxicos. O uso abusivo destas substâncias traz impactos à saúde dos(as) trabalhadores(as) rurais, ao meio ambiente e aos consumidores em geral. Diante dos impactos negativos, o governo de Minas publicou o decreto acima com o objetivo de elaborar e implementar um plano de ação para redução do uso de agrotóxicos e apoio à agroecologia e produção orgânica. Os recursos serão utilizados para realização de seminários estaduais e oficinas regionais, publicação de material educativo para apoio a campanhas públicas.

Proposta 272: Para dar visibilidade às ações executadas pela Seda em 2018 e apoiar empreendimentos de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares extrativistas.

Proposta 295: Promover condições dignas para a permanência do jovem no campo.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 160/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 46 – Regularização Fundiária e Acesso a Terra –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Carmelita Almeida da Silva (Prefeitura Municipal de Ipatinga), Cléber Luiz Leite Leal (Câmara Municipal de Resplendor), Juliana de Souza Matias (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Polo Rio Doce), Dalva Helena Rodrigues (Prefeitura Municipal de Santa Rita do Itueto), José Osmir de Castro (Prefeitura Municipal de Ipatinga), Kátia Ferreira de Sousa (Prefeitura Municipal de Fernandes Tourinho), Warlen Francisco Silva (Câmara Municipal de Turmalina), Cezar Moreno Conceição Tavares (Coordenadoria Regional de Inclusão e Mobilização Sociais – Ministério Público do Estado de Minas Gerais), Lízian Maria Silva Martins, Warlen Francisco Silva (Câmara Municipal de Turmalina), Cezar Moreno Conceição Tavares (Coordenadoria Regional de Inclusão e Mobilização Sociais – Ministério Público do Estado de Minas Gerais), Lízian Maria Silva Martins, Warlen Francisco Silva (Câmara Municipal de Turmalina), Cezar Moreno Conceição Tavares (Coordenadoria Regional

de Inclusão e Mobilização Sociais – Ministério Público do Estado de Minas Gerais), Lízian Maria Silva Martins, Warlen Francisco Silva (Câmara Municipal de Turmalina), Cezar Moreno Conceição Tavares (Coordenadoria Regional de Inclusão e Mobilização Sociais – Ministério Público do Estado de Minas Gerais), Lízian Maria Silva Martins, Ênio Bohnenberger (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Ricardo Luiz dos Santos Garcia (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Enzo Marques Rezende (Escola Família Agrícola Vida Comunitária), Paula Suely de Matos Prates (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Ismael Carlos da Silva (Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas Carlos Saar), Camila Teixeira do Carmo (Associação Regional Escola Família Agrícola Margarida Alves), Kamyra Teixeira de Arantes (Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas Carlos Saar), Marilene Faustino Pereira (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Noessandro Gonçalves Freire (Escola Família Agrícola de Camões – Efac), Nilva Vieira da Paz (Escola Família Agrícola da Região do Rio São Francisco), Cleide Cristina Pereira dos Santos (Escola Família Agrícola Renascer), Adélia Dias Viana (Movimento Pró Escola Família Agrícola no Vale do Jequinhonha), Janeleide Lima de Matos (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Manuela Pereira de Almeida Pinto (Escola Família Agrícola Serra do Brigadeiro), Gilmar de Souza Oliveira (Escola Família Agrícola Paulo Freire), Idalino Firmino dos Santos (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Ênio Bohnenberger (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Ricardo Luiz dos Santos Garcia (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Enzo Marques Rezende (Escola Família Agrícola Vida Comunitária), Paula Suely de Matos Prates (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Ismael Carlos da Silva (Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas Carlos Saar), Camila Teixeira do Carmo (Associação Regional Escola Família Agrícola Margarida Alves), Kamyra Teixeira de Arantes (Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas Carlos Saar), Marilene Faustino Pereira (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Noessandro Gonçalves Freire (Escola Família Agrícola de Camões – Efac), Nilva Vieira da Paz (Escola Família Agrícola da Região do Rio São Francisco), Cleide Cristina Pereira dos Santos (Escola Família Agrícola Renascer), Adélia Dias Viana (Movimento Pró Escola Família Agrícola no Vale do Jequinhonha), Janeleide Lima de Matos (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Manuela Pereira de Almeida Pinto (Escola Família Agrícola Serra do Brigadeiro), Gilmar de Souza Oliveira (Escola Família Agrícola Paulo Freire), Idalino Firmino dos Santos (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Rafael Vicente Correa Lucas, Sonia Maria Ribeiro de Oliveira, Meire Nalva Lisboa Reis, Arlete Alves de Almeida, Naiara Oliveira Silva (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG), Cleide Neves da Silva (Escritório Local da Emater-MG), Renilson Alves Durães, Genésio Marques de Deus (Escola Família Agrícola da Região do Rio São Francisco), Renato Marcelo Ruas Rocha (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Paulo Pedro Barbosa, Rafael Vicente Correa Lucas, Sonia Maria Ribeiro de Oliveira, Naiara Oliveira Silva (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG), Mateus Pereira Veloso Neto (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Renilson Alves Durães, Paulo Pedro Barbosa, Rafael Vicente Correa Lucas, Pablo Gonçalves Almeida (Prefeitura Municipal de São João do Pacuí), Sonia Maria Ribeiro de Oliveira, Renilson Alves Durães, Polyanna Mara de Oliveira (Epamig – Centro Regional de Pesquisa do Norte de Minas), Geovanni Antônio de Jesus, Ricardo Alves Froes (Escritório Local da Emater-MG), Nilva Vieira da Paz (Escola Família Agrícola da Região do Rio São Francisco), Rafael Ferreira Lucas (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Leidy Damony de Almeida Rufino (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais), Kellson Frederico Tolentino Sousa (Epamig – Centro Regional de Pesquisa do Norte de Minas), Sonia Maria Ribeiro de Oliveira, Genésio Marques de Deus (Escola Família Agrícola da Região do Rio São Francisco), Warlen Francisco Silva (Câmara Municipal de Turmalina), Cezar Moreno Conceição Tavares (Coordenadoria Regional de Inclusão e Mobilização Sociais – Ministério Público do Estado de Minas Gerais), Lízian Maria Silva Martins.

Proposta 16

Na Ação 4106: Incluir os territórios Vale do Aço e Vale do Rio Doce com meta física de 1.000 (processos finalizados) e meta financeira de R\$1.000.000,00 para cada território.

Proposta 20

Na Ação 4106: Retomar as áreas de terras devolutas do Estado que estão sob domínio das grandes empresas privadas destinando à agricultura familiar.

Proposta 21

Na Ação 4109: Criação de comissões regionais de mediação de conflitos agrários e socioambientais com participação de segmentos do poder público e da sociedade civil.

Proposta 22

Na Ação 4107: Acrescentar os territórios Alto Jequitinhonha e Médio e Baixo Jequitinhonha.

Proposta 23

Na Ação 4109: Acrescentar territórios Alto Jequitinhonha e Médio e Baixo Jequitinhonha.

Proposta 94

Na Ação 4107: Alterar meta física para 20 e meta financeira para R\$700.000,00

Proposta 95

Na Ação 4109: Alterar meta física para 100 e meta financeira para R\$300.000,00.

Proposta 285

Na Ação 4106: Aumento das metas físicas e financeiras, para o território Norte, em 50% para o ano de 2018 e 10% para os anos seguintes, conforme se segue.

Metas Físicas

2018 – 585

2019 – 429

2020 – 429

2021 – 429

Metas Financeiras

2018 – R\$967.608,00

2019 – R\$741.510,00

2020 – R\$774.878,50

2021 – R\$809.747,40

Proposta 286

Na Ação 4109: Aumento da meta financeira, em 2018, para R\$300.000,00, ampliando a meta física para 100 comunidades.

Proposta 287

Na Ação 4107: Ampliar, para o ano de 2018, a meta física para 100 e a meta financeira para R\$1.000.000,00.

Proposta 288

Na Ação 4109: Aumentar metas físicas e financeiras, como se segue.

Metas Físicas

2018 – 100

2019 – 200

Metas Financeiras

2018 – 300.000,00

2019 – 600.000,00

Proposta 296

Na Ação 4109: Criar comissões regionais de mediação de conflitos agrários e socioambientais com participação de segmentos do poder público e da sociedade civil.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 16: Há uma carência muito grande em relação à regularização fundiária na região, pois tudo perpassa pela documentação do imóvel. Podemos citar como exemplo o acesso às políticas públicas de créditos ou de direitos básicos como aposentadoria, salário-maternidade e Minha Casa Minha Vida.

Proposta 20: É necessário retomar as áreas de terras devolutas do Estado que estão sob domínio das grandes empresas privadas destinando-as à agricultura familiar, visando garantir os territórios das comunidades e povos tradicionais.

Proposta 94: Já estão em andamento 05 processos, havendo necessidade de garantir recursos para a continuidade desses processos.

Proposta 95: Com o aumento dos conflitos agrários rurais coletivos e a projeção de estes se tornarem cada vez maiores, é necessária a adequação orçamentária a essa nova realidade.

Proposta 286: A existência de conflitos rurais coletivos envolvendo as comunidades tradicionais de religiões de matriz africana, no que se refere à discriminação e intolerância religiosa, ao racismo religioso, ao expurgo dessas comunidades para centros urbanos, acarretando um grande prejuízo dada a sua ligação com o campo, matas e florestas, pede uma atenção redobrada do Estado, atendendo preceitos constitucionais, como o da liberdade de cuto, direito à propriedade e direito à cultura, o que, por sua vez, enseja que seja essa ação do PPAG seja ampliada e executada de forma efetiva.

Proposta 287: A demanda real em Minas Gerais para esse tema é muito maior. Para que haja arrecadações para futuras destinações a agricultores familiares e PCT's, o recurso deve ser maior.

Proposta 288: Com o aumento dos conflitos agrários, é necessária a adequação orçamentária a essa nova realidade.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 161/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 39 – Ampliação da Cobertura em Áreas de Concessão da Copasa e Copanor –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Manoel Aparecido Esteves Braga (Câmara Municipal de Itaobim), Daniel Costa Sousa, Leonardo Ferreira Souza, Cláudio Francisco Soier (Associação Comunitária de Promoção e Incentivo aos Grupos de Produção de Minas Novas), Cleide Cristina Pereira dos Santos (Escola Família Agrícola Renascer), João Batista Alves de Souza (Associação Escola Família Agroecológica de Araçuaí), Guilherme Gonçalves Rabelo (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Paula Suely de Matos Prates (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Cristiana Marques Fernandes, Aurora Dutra Ferreira Soares (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Deyse Magalhães Silveira (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Jacqueline Alves Alaminio (Centro de Referência de Assistência Social), Jefferson Bispo Pereira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Monica Rodrigues Teixeira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Daniel Costa Sousa, Elton Mendes Barbosa (Prefeitura Municipal de Porteirinha), Natália Viana Reis (Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de

Minas Gerais – Idene), Sonia Maria Ribeiro de Oliveira, José Márcio França Alkmin (Prefeitura Municipal de Espinosa), Rafael Cardoso Santos (Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene), Ronivon da Paixão Oliveira (Câmara Municipal de Guaraciama), Natália Viana Reis (Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene), Mauricio Antonio Santos Silva, Monique Ellen Ferreira Ramos (Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene), Helen Shalomonia Fonseca de Medeiro (Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene).

Proposta 17

Na Ação 3001 – Solicitar à Copanor a regularização de um poço artesiano perfurado na Fazenda de Lino Sucupira, próximo à comunidade São João Grande, em Itaobim/MG.

Proposta 110

Na Ação 3001: Implantação de redes coletoras de esgotos e fossas sépticas, proibindo o lançamento de esgoto sem tratamento nos rios. Inclusão do território Alto Jequitinhonha, com meta física 40 e meta financeira R\$ 4.500.000,00

Proposta 277

Criação de uma Lei para que os órgãos gestores da água (Copasa, Copanor), tenham obrigação de destinar parte do recurso arrecadado para a criação de um Fundo de Investimento, que será revertido em recuperação/preservação de nascentes, cercamento de barragens, mata ciliar e viveiros de mudas de plantas nativas regionais.

Proposta 280

Na Ação 3001: Inclusão do território Norte com meta física de 20.000 e meta financeira de R\$90.000.000,00.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 17: O referido poço é uma das principais alternativas de abastecimento de água para a comunidade de São João Grande, além de outras como Flor de Minas, Fogueteiro, Fonte Nova, São José, Corrandos e Jatobá, necessitando de documentação por estar perfurado em propriedade particular.

Proposta 280: No Norte de Minas há mais de 25 municípios que não disponibiliza água tratada aos seus municípios e há um número maior sem esgotamento sanitário e com a escasse de chuva esses municípios estão padecendo, tendo que usar formas paleativas como caminhão pipa. Entendemos que tendo um controle com hidrômetros possa amenizar, pois terá um controle no consumo.

O índice de doenças causadas por falta do tratamento da água e por falta do esgotamento sanitário é alarmante. Cito como exemplo o município de Guaraciama-MG que necessita de estrutura para captação, armazenamento e distribuição.

Observação: o valor calculado é de aproximadamente R\$4.000,00 por moradia.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 162/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 64 – Barragens de Minas –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Helio Olimpio Gomes (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais), Vilmar Caldeira dos Santos, Ananias Teixeira Batista (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Maria Neidma Queiroz dos Santos Batista (Câmara Municipal de Pavão), Altamiro Praty Costa (Câmara Municipal de Pavão), Eva Rodrigues de Souza Souto (Sindicato dos Trabalhadores Rurais),

Adair José dos Santos Gomes (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Cleide Aparecida Santos Oliveira, Polyana Gonçalves de Sá, Leandro Rodrigues Pereira, Jerônimo Veigas Sicupiro, Luís Ricardo de Souza Corrêa (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM – Instituto de Ciência, Engenharia e Tecnologia), Neilton Carlos Antunes Bahia (Cemig Distribuição), Silvano André Pereira, Natalino Alves Caldeira (Câmara Municipal de José Gonçalves de Minas), Dauvande Pereira dos Santos (Câmara Municipal de Rio do Prado), Welder das Graças Coelho Ramos (Prefeitura Municipal de Setubinha), Vanusa Pereira dos Santos, Raul César Ferreira Durães (Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa), Eder Portella Loyola (Companhia de Saneamento de Minas Gerais), José Maria Martins de Jesus, Luís Ricardo de Souza Corrêa (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM – Instituto de Ciência, Engenharia e Tecnologia), Neilton Carlos Antunes Bahia (Cemig Distribuição), Silvano André Pereira, Natalino Alves Caldeira (Câmara Municipal de José Gonçalves de Minas), Dauvande Pereira dos Santos (Câmara Municipal de Rio do Prado), Welder das Graças Coelho Ramos (Prefeitura Municipal de Setubinha), Vanusa Pereira dos Santos, Raul César Ferreira Durães (Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa), Eder Portella Loyola (Companhia de Saneamento de Minas Gerais), José Maria Martins de Jesus, Luís Ricardo de Souza Corrêa (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM – Instituto de Ciência, Engenharia e Tecnologia), Neilton Carlos Antunes Bahia (Cemig Distribuição), Silvano André Pereira, Natalino Alves Caldeira (Câmara Municipal de José Gonçalves de Minas), Dauvande Pereira dos Santos (Câmara Municipal de Rio do Prado), Welder das Graças Coelho Ramos (Prefeitura Municipal de Setubinha), Vanusa Pereira dos Santos, Raul César Ferreira Durães (Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa), Eder Portella Loyola (Companhia de Saneamento de Minas Gerais), José Maria Martins de Jesus, Hary Brener Viana da Paixão (Prefeitura Municipal de Coronel Murta), Manoel Aparecido Esteves Braga (Câmara Municipal de Itaobim), Aleisson Rodrigues Amaral (Secretaria Municipal de Agricultura), João Batista de Aguiar (Prefeitura Municipal de Itaobim), Josley Matos Nunes (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Átila Caires de Medeiros (Prefeitura Municipal de Almenara), Aécio José da Silva, Gilvania Antunes Meireles (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG – Campus Araçuaí), Willer Durval Lemos Coelho (Câmara Municipal de Minas Novas), Maria Dirce Primo Soares (Prefeitura Municipal de Minas Novas), Mateus Fernandes de Sousa (Prefeitura Municipal de Minas Novas), Italo Ramos de Moraes, Cláudio Francisco Soier (Associação Comunitária de Promoção e Incentivo aos Grupos de Produção de Minas Novas), Cristiana Marques Fernandes, Daniel Costa Sousa, Tiago Miranda Mendes (Instituto Francisca Veras), Cleide Cristina Pereira dos Santos (Escola Família Agrícola Renascer), João Batista Alves de Souza (Associação Escola Família Agroecológica de Araçuaí), Paula Suely de Matos Prates (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Enzo Marques Rezende (Escola Família Agrícola Vida Comunitária), Deyse Magalhães Silveira (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Sammer Iêgo Lemos, Leonardo Ferreira Souza, Aurora Dutra Ferreira Soares (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Jaqueline Ferreira Freitas, Adriana Santos Duarte (Prefeitura Municipal de Jequitaiá), Amadeus Mendes Lourenço, Luiz Belchior da Fonseca (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Hudson Brito Ribeiro (Prefeitura Municipal de Itacarambi), Adriana Santos Duarte (Prefeitura Municipal de Jequitaiá), Amadeus Mendes Lourenço, Luiz Belchior da Fonseca (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Hudson Brito Ribeiro (Prefeitura Municipal de Itacarambi), Júlio Gabriel H. Lara Cabezas (Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento), Adriana Santos Duarte (Prefeitura Municipal de Jequitaiá), Amadeus Mendes Lourenço, Luiz Belchior da Fonseca (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Hudson Brito Ribeiro (Prefeitura Municipal de Itacarambi).

Proposta 18:

Na Ação 1032: Implementar barragens subterrâneas

Proposta 24

Na Ação 1032: Incluir os territórios Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha e Mucuri.

Proposta 25

Na Ação 2051: Incluir os territórios Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha e Mucuri

Proposta 26

Na Ação 2052:- Incluir o território Alto Jequitinhonha

Proposta 38

Na Ação 1032: Construção de pequenas barragens nos territórios Alto Jequitinhonha e Médio e Baixo Jequitinhonha para retenção de águas pluviais, com meta física de 10 e meta financeira de R\$5000.000 dividido entre os dois territórios.

Proposta 114

Na Ação 2051: Inclusão do território Alto Jequitinhonha com:

Meta física: construção de 2 barragens na bacia hidrográfica do Rio Fanado, no Vale do Jequitinhonha.

Meta financeira: R\$ 165.000,00, para cada barragem.

Proposta 270

Na Ação 2052: Capacitar agentes públicos municipais de carreira no ambiente da operação, manutenção e conservação de barragens.

Proposta 273

Na Ação 1032: Destinar todo o esforço disponível técnico e financeiro para concluir todas as obras "inacabadas" no ambiente de pequenos e médios barramentos, bem como recuperar aqueles que estão com problema na reservação de água.

Proposta 275

Na Ação 1032: aumentar meta física para 12 barramentos e meta financeira para R\$600.000

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 18: Implementação de barragens subterrâneas, em que a participação do governo estadual será por meio do fornecimento de geomembrana, a prefeitura por meio de disponibilização de máquinas e a sociedade por meio de mão de obra.

Proposta 38: Nos territórios Alto Jequitinhonha e Médio e Baixo Jequitinhonha é necessária a construção de pequenas barragens para retenção de águas fluviais que abastecerão os lençóis freáticos. Assim será possível manter as nascentes existentes. Caso a barragem retenha água por período maior, será armazenada para consumo animal, cultivo de hortaliças, criação de galinhas e outras maneiras para mitigar a escassez da região.

Proposta 270: É necessário capacitar os agentes públicos municipais de carreira, tais como engenheiros, técnicos de nível médio e elementar, na operação, manutenção e conservação das barragens.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 163/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 152 – Programa de Desenvolvimento do Norte e Nordeste – da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Cleide Aparecida Santos Oliveira, Eva Rodrigues de Souza Souto (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Adair José dos Santos Gomes (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Jerônimo Veigas Sicupiro, Vilmar Caldeira dos Santos, Polyana Gonçalves de Sá, Ananias Teixeira Batista (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Alcides Rodrigues Lopes Neto (Prefeitura Municipal

de Setubinha), Ricardo Ferreira Vital (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Sandro Rodrigues da Silva (Unidade Regional da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais), José Ferreira Leite (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Rogério Jesus dos Santos (Prefeitura Municipal de Serra dos Aimorés), João Ubiracy Garcia Filho, Márcia Pereira Dias (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Cristiana Marques Fernandes, Daniel Costa Sousa, Sammer Iêgo Lemos, Cláudio Francisco Soier (Associação Comunitária de Promoção e Incentivo aos Grupos de Produção de Minas Novas), Leonardo Ferreira Souza, Janeclide Lima de Matos (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Cleide Cristina Pereira dos Santos (Escola Família Agrícola Renascer), João Batista Alves de Souza (Associação Escola Família Agroecológica de Araçuaí), Guilherme Gonçalves Rabelo (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Paula Suely de Matos Prates (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Naiara Oliveira Silva (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg), Pablo Gonçalves Almeida (Prefeitura Municipal de São João do Pacuí), Rafael Vicente Correa Lucas, Nilva Vieira da Paz (Escola Família Agrícola da Região do Rio São Francisco), Naiara Oliveira Silva (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg), Cleide Neves da Silva (Escritório Local da Emater-MG), Mateus Pereira Veloso Neto (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Pablo Gonçalves Almeida (Prefeitura Municipal de São João do Pacuí).

Proposta 19

Na Ação 4367: Efetivação do uso de poços artesianos perfurados nos territórios Alto e Baixo/Médio Jequitinhonha

Incremento de recursos de R\$ 400.000,00 no território Alto Jequitinhonha e R\$ 700.000,00 no Médio/Baixo Jequitinhonha.

Proposta 49

Na Ação 4367: Apoiar a criação de cooperativa mista do curso de técnicos das Escolas Famílias Agrícolas – Efas

Proposta 104

Na Ação 4367: Levantamento de todos os poços tubulares abertos/ perfurados que tiveram teste de vazão positivo (qualidade e quantidade de água)

Proposta 193

Na Ação 4368: Equipar todos os poços tubulares abertos e não desenvolvidos, envolvendo bomba submersa, tubos e ductos, rede de adução e reservatório, para os Vales do Jequitinhonha, Mucuri, Pardo e Bacias dos Leste.

Proposta 290

Ação Nova: Apoio ao fortalecimento às cadeias produtivas dos frutos do cerrado

Finalidade: Apoiar a gestão de cooperativas e associações para o fortalecimento das cadeias produtivas de frutos do cerrado e caatinga e agricultura familiar

Produto: Projetos apoiados

Público-alvo: Cooperativas, associações e agricultores familiares

Território: Norte

Metas Físicas:

2018 – 19

2019 – 19

Metas Financeiras:

2018 – 200.000,00

2018 – 200.000,00

Proposta 292

Na Ação 4367: Aumentar a meta financeira para R\$4.000.000,00.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 19: Existem poços artesianos já perfurados nos territórios Alto e Médio Jequitinhonha e Baixo Jequitinhonha, sem funcionamento, por falta de equipamento e manutenção de canos, caixa d'água, bomba e componentes elétricos.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 164/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 206 – Cultivando Água Boa – da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Luís Ricardo de Souza Corrêa (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM – Instituto de Ciência, Engenharia e Tecnologia), Neilton Carlos Antunes Bahia (Cemig Distribuição), Silvano André Pereira, Natalino Alves Caldeira (Câmara Municipal de José Gonçalves de Minas), Dauvande Pereira dos Santos (Câmara Municipal de Rio do Prado), Welder das Graças Coelho Ramos (Prefeitura Municipal de Setubinha), Vanusa Pereira dos Santos, Raul César Ferreira Durães (Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG), Eder Portella Loyola (Companhia de Saneamento de Minas Gerais), José Maria Martins de Jesus, José Carlos Fialho de Resende (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais), Decanor Nunes dos Santos (Cáritas Diocesana), Maria Aparecida Afonso Oliveira, Jose Mauricio Melo (Prefeitura Municipal de Coração de Jesus), Welder Lopes Loyola (Escola Família Agrícola Nova Esperança – Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas), João Paulo Dias, Elder Martins Prates (Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene), Vera Lúcia Gonçalves Dias Moreira (Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene), Marilene Gonçalves, Marly Duarte de Souza (Sindicato dos Trabalhadores Rurais).

Proposta 31

Na Ação 4617 – Alterar a regionalização de forma a acrescentar os territórios Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha e Mucuri.

Proposta 268

1) Incluir como objetivos do Programa Cultivando Água Boa: políticas públicas para o reflorestamento com os biomas regionais; investimentos no corpo técnico para preservação, levantamentos e recuperação de nascentes e áreas degradadas; inserção na grade curricular da educação básica da temática Educação Ambiental; conscientização da sociedade para preservação e cuidados;

2) ampliação da meta financeira para 15 milhões para implantação das ações do programa.

3) incluir novas ações que incluam os novos objetivos sugeridos.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 31: É importante incluir os territórios Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha e Mucuri na ação que propõe estratégias de desenvolvimento local associado à conservação e ao uso das águas de maneira sustentável, em especial nos Municípios de Pedra Azul, Medina, Rubim, Coluna, Água Boa, Teófilo Otoni, Poté, Setubinha, Ouro Verde de Minas, Carlos Chagas, Capelinha e Malacacheta, para proteção e recuperação das bacias hidrográficas dessas regiões.

Proposta 268: beneficiar com recursos novas ações e novos objetivos as seguintes palavras-chaves: conscientização, educação ambiental, preservação.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 165/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 189 – Incentivo ao Esporte – da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Ronaldo dos Santos Pena, Alexandre Borges de Jesus.

Texto: 1. Acréscimo de R\$399.000,00 à meta financeira.

2. Alteração do público-alvo para “Indígenas aldeados participantes dos Jogos Indígenas de Minas Gerais”.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Os Jogos dos Povos Indígenas de Minas Gerais é evento aberto ao público, com participação de cerca de mil participantes indígenas e mil não indígenas, de 11 etnias localizadas em 16 municípios mineiros.

A realização dos jogos é de extrema importância, pois é o maior encontro das 11 etnias em território mineiro, ocorrendo troca de saberes, resgate e afirmação da cultura, articulação e fortalecimento do movimento indígena e preservação das modalidades esportivas tradicionalmente praticadas por esses povos.

O evento ajuda na diminuição do preconceito contra os indígenas, pois a população não indígena, ao participar do evento, passa a conhecer a cultura indígena e valorizar a forma de viver dos povos indígenas.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 166/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 53 – Além da Porteira – da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Mácio Souza Mota (Câmara Municipal de Itaobim), Alcides Rodrigues Lopes Neto (Prefeitura Municipal de Setubinha), Ricardo Ferreira Vital (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Sandro Rodrigues da Silva (Unidade Regional da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais), José Ferreira Leite (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Rogério Jesus dos Santos (Prefeitura Municipal de Serra dos Aimorés), João Ubiracy Garcia Filho, Márcia Pereira Dias (Sindicato dos Trabalhadores Rurais).

Proposta 40

Na Ação 4036: Revisão da área demarcada do queijo cabacinha nos territórios do Alto Jequitinhonha e Médio e Baixo Jequitinhonha.

Proposta 48

Na Ação 4036: Realização de pesquisa, financiada pelo Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene –, sobre o processo de caracterização tecnológica e geográfica da produção de queijo cabacinha e de requeijão moreno.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular.

Justificação: Proposta 40: A revisão da área demarcada do queijo cabacinha nos territórios Alto Jequitinhonha e Médio e Baixo Jequitinhonha objetiva incluir municípios produtores, como Joáima e Ponto dos Volantes.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 167/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 22 – Políticas de Proteção de Direitos Humanos –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Nilmara Ivone Eduardo de Freitas Ramos, Thais Michelle Mátia Zacarias, Indira Ivanise Xavier (Casa de Referência da Mulher Tina Martins), Thereza Christina Cavalcante Lamy Diniz Serra e Meira (Conselho Estadual da Mulher – CEM), Elenir de Fátima Braga (Instituto DH | Direitos Humanos), Isabel Cristina de Lima Lisboa (Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania), Orislinda Maria Taranto Goulart, Thatiane Stephanie Mátia Zacarias, Nathália Batista Ramos (Polícia Militar de Minas Gerais), Renata Rocha (Casa de Referência da Mulher Tina Martins), Polyana Teixeira Jardim (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Magda Maria Melo de Seixas Salgado, Jaqueline Ferreira Freitas.

Proposta 42

A proposta pretende alterar finalidade e as metas física e financeira da Ação 4280:

Finalidade: Garantir atendimento emergencial às pessoas ameaçadas que estão em situação de vulnerabilidade social, como: população em situação de rua, jovens, LGBT, mulheres, entre outros públicos.

Meta física – de 1 para 500 pessoas atendidas;

Meta financeira – de R\$1.000,00 para R\$200.000,00.

Proposta 50

Restaurar ação denominada "Enfrentamento à violência contra a mulher" no Programa 22.

Finalidade: Promover ações de enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres do campo e da cidade.

Unid. Responsável: Sedpac

Produto: pessoa atendida/protegida

Unidade: pessoa

Público-alvo: mulheres vítimas de violência

Territorialização: multiterritorial

Meta física: 400 pessoas atendidas por ano (2018 e 2019)

Meta financeira: R\$900.000,00 (2018 e 2019).

Proposta 51:

Restaurar ação denominada "Enfrentamento à violência contra a mulher" no Programa 22.

Finalidade: Promover ações de enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres do campo e da cidade.

Unid. Responsável: Sedpac

Produto: pessoa atendida/protegida

Unidade: pessoa (manutenção de unidades móveis)

Público-alvo: mulheres vítimas de violência

Territorialização: multiterritorial

Meta física: 400 pessoas atendidas por ano (2018 e 2019)

Meta financeira: de R\$600.000,00, para os anos de 2018 e 2019, com R\$200.000,00 para cada unidade móvel.

Proposta 54:

Incluir nova ação no Programa 36: "Implementação dos Centros de Referência da Mulher".

Finalidade: Implementar e manter em funcionamento os Centros de Referência da Mulher com vistas a promoção de direitos e atendimento das mulheres em situação de violência.

Produto: Centro de Referência implantado/mantido

Unidade de medida: Centro de Referência

Público-alvo: Mulheres de Minas Gerais

Meta física: 8 centros

Regionalização: territórios Norte de Minas, Médio Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Vale do Aço, Zona da Mata, Sul de Minas, RMBH e Vertentes.

Meta financeira: R\$250.000,00 para cada unidade nos anos 2018 e 2019.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 50:

A ação que está sendo proposta possui relevância no Estado, pois o índice de violência contra as mulheres, em especial as mulheres negras, tem aumentado. Pretende-se com essa ação contribuir para a proteção dos direitos das mulheres em situação de vulnerabilidade e violência, especialmente por meio da estruturação e manutenção da Casa de Referência da Mulher Tina Martins, para completa implementação dos serviços que a Casa propõe.

Proposta 51:

A proposta pretende ampliar e garantir os recursos para manutenção das 3 unidades móveis existentes no Estado. Pretende, ainda, ampliar ações nos municípios do Estado que possuem a realidade do desafio do enfrentamento da violência contra a mulher, principalmente aquela que se encontra distante dos grandes centros urbanos e, ainda, mulheres negras e moradoras de comunidades tradicionais.

Proposta 54:

A violência atinge um número expressivo de mulheres em todo estado de MG, o que requer um atendimento permanente envolvendo diversos órgãos públicos. Exige também, acolhimento às vítimas e atendimento psicossocial. Necessita ainda de buscar formas de saída da situação de violência por meio de orientação profissional e encaminhamento ao mundo do trabalho.

Considerando que esse serviço necessita de atendimento presencial e individualizado, nem sempre oferecido adequadamente pelos equipamentos existentes, propomos a criação de Centros de Referência nos municípios polo do Estado. Inicialmente eles serão instalados em municípios estratégicos com capacidade de atender sua região:

Região Norte: Montes Claros

Médio Jequitinhonha: Araçuaí

Vale do Aço: Ipatinga

Zona da Mata: Viçosa

Sul de Minas: Alfenas

Região Metropolitana de Belo Horizonte: Contagem e Betim.

Vertentes: São João del-Rei.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 168/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 36 – Promoção da Cidadania e Participação Social – da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Thatiane Stephanie Mátiá Zacarias, Nathália Batista Ramos (Polícia Militar de Minas Gerais), Indira Ivanise Xavier (Casa de Referência da Mulher Tina Martins), Thereza Christina Cavalcante Lamy Diniz Serra e Meira (Conselho Estadual da Mulher – CEM), Nilmara Ivone Eduardo de Freitas Ramos, Renata Rocha (Casa de Referência da Mulher Tina Martins), Thais Michelle Mátiá Zacarias, Polyana Teixeira Jardim (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Magda Maria Melo de Seixas Salgado, Orislinda Maria Taranto Goulart, Jaqueline Ferreira Freitas, Marília Jardim de Sousa, Juliana Souza Paradela, Gerson Ferreira de Oliveira (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – Conedh), Andrei Felipe de Lucas Cesário (Confederação Nacional de Entidades Negras), Jacqueline Alves Alaminio (Centro de Referência de Assistência Social), Cecília Ribeiro da Silva (Pastoral Nacional do Povo de Rua), Elenir de Fátima Braga (Instituto DH | Direitos Humanos), Gustavo Ferreira Silva.

Proposta 43:

Incluir nova ação no Programa 36 denominada “Implementação e monitoramento do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de Minas Gerais”.

Meta física: 1;

Meta financeira: R\$ 400.000,00.

Proposta 44:

Incluir nova ação no Programa 36 denominada “Apoio aos municípios para elaboração, implementação e monitoramento de Plano Municipal Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes”.

Meta física: Multiterritorial – 17 (1 plano em cada território);

Meta financeira: R\$ 600.000,00.

Proposta 53:

Alterar metas físicas e financeiras da Ação 4624:

Meta financeira: acréscimo de R\$ 150.000,00 para apoiar a criação e a manutenção de conselhos municipais dos direitos da mulher;

Meta física: 125 conselhos da mulher (apoiar a criação de 40 e a manutenção de 85 conselhos).

Proposta 55:

A proposta visa alterar a finalidade da ação 4624.

Finalidade: garantir a manutenção e financiamento das atividades dos conselhos vinculados à Secretaria de Direitos Humanos, com vistas a fortalecer sua atuação e possibilitar o apoio ao Conselho Estadual e aos Conselhos Municipais de Direitos.

Proposta 56:

Incluir nova ação no programa 36 denominada “Implantação do Centro Estadual de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Material Reciclável”.

Unidade Responsável: Sedpac

Finalidade: Realizar ações de defesa, proteção e promoção dos direitos humanos da população em situação de rua e catadores de material reciclável; desenvolver atividades de formação e capacitação em direitos humanos da rede intersetorial de proteção e defesa e produzir conhecimento acerca da temática.

Produto: Unidade implementada/mantida

Público-alvo: População em situação de rua e catadores de material reciclável.

Território: Estadual

Meta financeira: R\$500.000,00 em cada ano (2018 e 2019)

Proposta 57:

A proposta altera a finalidade e a meta financeira da ação 4548.

Finalidade: realizar ações de promoção, proteção e defesa de direitos humanos, promovendo o acesso aos direitos e a participação social, bem como ações de capacitação e formação nos Conselhos Estadual e Municipais de Direitos.

Meta financeira: aumenta de R\$1.000,00 para R\$ 500.000,00.

Proposta 58:

A proposta pretende alterar a finalidade da ação 4547, de forma a incluir território.

Finalidade: criar, implementar e manter em funcionamento centros de referência em direitos humanos.

Produto: Centros de Referência em Direitos Humanos implantados/mantidos

Metas física e financeira para cada ano (2018, 2019, 2020 e 2021):

Território: Médio e Baixo Jequitinhonha – 1 – e R\$500.000,00;

Território: Vertentes – 1 e R\$500.000,00.

Proposta 59:

Incluir nova ação no programa 36 denominada “Fortalecimento da Política de Igualdade Racial – PIR”.

Unidade responsável: Sedpac

Público-alvo: Gestores de Políticas de Igualdade Racial dos Municípios e do Governo de Minas Gerais.

Territorialização: Multiterritorial

Meta física: Atingir 200 gestores de Política de Igualdade Racial, por meio das seguintes ações: 1) realização do Seminário de Gestores de Políticas de Igualdade Racial; 2) aprovação do Plano Estadual de Igualdade Racial; 3) confecção e lançamento de revista sobre as Políticas de Igualdade Racial e sobre o Plano Estadual de Igualdade Racial.

Meta financeira: R\$370.000,00, sendo R\$170.000,00 para o Seminário de Gestores (2018/2019) e R\$200.000,00 para confecção e lançamento da revista.

Proposta 60:

Incluir ação ao Programa 36 denominada “Capacitação de lideranças e fortalecimento de Instituições do movimento social negro”

Finalidade: Fomentar o debate e propor ações de políticas de promoção de igualdade, por meio da capacitação de lideranças comunitárias e quilombolas de diversas instituições do movimento social negro, por meio das seguintes ações:

1) Realizar seminários de capacitação de lideranças comunitárias visando ao fortalecimento das instituições comunitárias, em parceria com diversas prefeituras municipais, durante o ano de 2018;

2) Capacitar lideranças comunitárias e quilombolas de diversas instituições do movimento social negro, propiciando a eles, condições de legalizar e registrar os documentos de sua instituição para que estas tenham condições de participar de editais de chamamento público;

3) Capacitar lideranças comunitárias e quilombolas para que estas sejam capazes de gerir instituições, elaborar projetos para participação de chamamento público e executar seus programas.

4) Fomentar o debate e propor ações de políticas de promoção de igualdade racial nessas comunidades, considerando que as políticas públicas possam ser acessadas por todos.

Unidade responsável: Sedpac

Meta Física: 150 pessoas capacitadas para os anos 2018 e 2019

Meta Financeira: R\$300.000,00 para os anos 2018 e 2019

Regionalização: Multiterritorial.

Proposta 61:

Alterar finalidade e metas física e financeira da Ação 4548

Finalidade: realizar ações de promoção, proteção e defesa de direitos humanos, promovendo o acesso aos direitos e a participação social, sendo uma meta a saúde das mulheres lésbicas e bissexuais.

Meta física: aumenta de 1 para 2

Meta financeira: aumenta de R\$1.000,00 para R\$10.000,00.

Proposta 62:

Incluir nova ação no programa 36 denominada “Promoção de Igualdade Racial”

Unidade Responsável: Sedpac

Finalidade: Garantir a formação dos(as) conselheiros(as) de Promoção da Igualdade Racial sobre os marcos legais da Política da Igualdade Racial, por meio de realização de curso de capacitação dos conselheiros(as) nas seguintes temáticas: formação do Estado Brasileiro; racismo institucional; resistências e movimentos sociais negros e políticas públicas afirmativas implementadas no Brasil a partir de 2003 que propugnam o enfrentamento ao racismo.

Produto: conselheiros(as) capacitados(as)

Público-alvo: conselheiros(as) dos 17 territórios

Territorialização: Multiterritorial

Meta física: 150 conselheiros(as) capacitados (as)

Meta financeira: R\$300.000,00 (para 2018 e 2019)

Proposta 64:

Restaurar ação denominada do Programa 36 “Enfrentamento ao racismo”.

Finalidade: promover o empoderamento dos gestores, lideranças comunitárias e de entidades que atuem com a temática racial (indígenas, ciganos, negros) por meio do reconhecimento de seus direitos e formação para a capacitação e inclusão, tanto na perspectiva social quanto educacional, econômica e cultural. E, dessa forma, apoiar também as juventudes na sua organização, priorizando encontros, cursos, seminários e formação de redes.

Produto: gestores e lideranças comunitárias capacitadas e empoderadas

Unidade: gestores e lideranças comunitárias

Público-Alvo: gestores e lideranças comunitárias que trabalham com a temática racial

Unidade Responsável: Sedpac

Meta física: 100

Meta Financeira: R\$400.000,00 (2018 e 2019)

Regionalização: Metropolitano

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 58:

A proposta objetiva manter os centros já previstos no Plano (Mata, Mucuri, Norte e Sul) e incluir Centros nos territórios Médio e Baixo Jequitinhonha e Vertentes.

Proposta 59:

A IV Conferência de Igualdade Racial, realizada nos dias 27, 28 e 29 de setembro da década dos afrodescendentes, reuniu mais de 6 mil pessoas organizadas a partir dos municípios, regiões e territórios e elegeu mais de 9 mil delegados. Um dos principais objetivos dessa Conferência foi obter subsídios e propostas políticas para elaboração do Plano Estadual de Igualdade Racial. É necessário realizar um Seminário Estadual com Gestores de Políticas de Igualdade Racial para discutir e aprovar esse Plano e balizar as informações de todas as Políticas de Igualdade Racial transversalizadas no Governo de Minas Gerais, realizadas pelas Secretarias de Estado.

Proposta 60:

A Década Internacional do Afrodescendente (2015 – 2024) instituída pela ONU é propícia à realização de ações que tratam do reconhecimento, desenvolvimento socioeconômico e cultural dos povos da comunidade negra, secularmente excluídos. A proposta visa promover a capacitação de lideranças comunitárias e quilombolas do movimento social negro, considerando que as políticas públicas devem ser acessadas por todos.

Proposta 62:

A participação social e o enfrentamento ao racismo são aspectos relevantes do estado de direito. Todavia, vários conselheiros participantes dos Conselhos têm pouca visão do seu campo de atuação e das áreas que podem atuar de maneira efetiva para garantir a realização da política. Como o racismo é algo complexo, torna-se necessário conhecer os condicionantes históricos que o torna presente nos indicadores das desigualdades e discriminações e desenvolver formas de enfrentamento por meio de políticas públicas. Além disso, o Estado de Minas Gerais assinou a adesão ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade racial, o que exige do ente a implementação de políticas públicas para esse fim. Outro aspecto a se considerar, é que a ONU definiu o período de 2015 a 2024 como a década dos Afrodescendentes, o que insta o Estado a reconhecer o racismo como fator estruturante das políticas públicas (muitas vezes, os(as) gestores(as) não consideram as especificidades do segmento negro). Assim, espera-se que, após a capacitação, o(a) conselheiro(a) esteja apto(a) a propor, monitorar e avaliar as políticas de igualdade racial permitindo-lhes responder e concretizar as demandas do público-alvo e, conseqüentemente, estabelecer uma efetiva participação ao enfrentamento do racismo.

Proposta 64:

Verifica-se a necessidade de participação da sociedade, bem como a inclusão do público-alvo nas diretrizes, ações e programas do governo. Houve o reconhecimento por lideranças políticas, estudiosos e cientistas sociais que há uma expressiva e

perversa desigualdade social cujos efeitos são perceptíveis nos diversos setores da sociedade; portanto, políticas públicas que permitem novas construções, conceitos, ações e reflexões são salutares.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 169/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 151 – Apoio às Políticas de Desenvolvimento Social –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Marília Jardim de Sousa, Bruno Alves Chaves (Centro de Luta Pela Livre Orientação Sexual – Cellos), Juliana Souza Paradela, Gerson Ferreira de Oliveira (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – Conedh), Jacqueline Alves Alamino (Centro de Referência de Assistência Social), Cecília Ribeiro da Silva (Pastoral Nacional do Povo de Rua), Regina Helena Cunha Mendes (Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Cedca).

Texto: Ação 4580: aumentar a meta financeira em R\$200.000,00 para desenvolver o Projeto Protagonismo LGBT, com o objetivo de trabalhar questões do controle social na política de assistência social e trabalho e emprego.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: A colocação do projeto se justifica pela presença das políticas em foco na Sedese com suporte de conteúdo e execução. Historicamente as políticas públicas para a população LGBT esteve vinculada às políticas de saúde e direitos humanos, demonstrando a importância de que as ações sejam transversalizadas.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 170/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 73 – Minas Sem Fome –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Ricardo Ferreira Vital (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Alcides Rodrigues Lopes Neto (Prefeitura Municipal de Setubinha), Sandro Rodrigues da Silva (Unidade Regional da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais), Francisco de Oliveira Carvalho (Gerência Regional de Saúde – Secretaria de Estado de Saúde), Jamerson Santos Barbosa (Secretaria Municipal de Agricultura), Rogério Jesus dos Santos (Prefeitura Municipal de Serra dos Aimorés), José Ferreira Leite (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), João Ubiracy Garcia Filho, Márcia Pereira Dias (Sindicato dos Trabalhadores Rurais).

Texto: Retornar o Minas sem Fome a ser um projeto estruturador, porém específico para o desenvolvimento do Jequitinhonha e Mucuri, com orçamento de R\$ 10 milhões de reais.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Promover a agroindústria familiar e o fomento educacional do homem do campo.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 171/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 123 – Educação Profissional de Segurança Pública –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Renata Rocha (Casa de Referência da Mulher Tina Martins), Thatiane Stephanie Mátiá Zacarias, Nilmara Ivone Eduardo de Freitas Ramos, Thais Michelle Mátiá Zacarias, Nathália Batista Ramos (Polícia Militar de Minas Gerais), Indira Ivanise Xavier (Casa de Referência da Mulher Tina Martins), Isabel Cristina de Lima Lisboa (Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania), Thereza Christina Cavalcante Lamy Diniz Serra e Meira (Conselho Estadual da Mulher – CEM), Magda Maria Melo de Seixas Salgado, Orislinda Maria Taranto Goulart, Jaqueline Ferreira Freitas, Elenir de Fátima Braga (Instituto DH | Direitos Humanos), Polyana Teixeira Jardim (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG).

Texto: Incluir nova ação no Programa 22 denominada "Capacitação dos militares para prestação de serviço nas Patrulhas de Prevenção à Violência Doméstica da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG".

Finalidade: Capacitar os policiais militares para ações de prevenção e enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Unid. responsável: Sedpac

Produto: militar capacitado

Unidade: policial militar

Público-alvo: militares estaduais que atuarão ou atuam no serviço das patrulhas de prevenção à violência doméstica – PPVD.

Meta física: 120 policiais militares

Meta financeira: R\$150.000,00

Territorialização: multiterritorial

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: As Patrulhas de Prevenção à Violência Doméstica – PPVD – constituem o atendimento de segunda resposta às mulheres em situação de violência doméstica e familiar prestado pela PMMG. É necessário que os policiais militares sejam capacitados no sentido de reconhecerem o papel da instituição junto a rede de enfrentamento, bem como conhecerem os demais parceiros e órgãos que objetivam a retirada da vítima do chamado ciclo de violência. Policiais capacitados e afinados com a temática contribuem para a não revitimização da mulher e um atendimento qualificado. No ano de 2017 foi implantada a CIA de Prevenção à Violência Doméstica em Belo Horizonte, o que demanda treinamento de novos militares que serão lotados na unidade recém-criada.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 172/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 68 – Assistência Técnica e Extensão Rural para o Estado de Minas Gerais –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Alcides Rodrigues Lopes Neto (Prefeitura Municipal de Setubinha), Jamerson Santos Barbosa (Secretaria Municipal de Agricultura), Ricardo Ferreira Vital (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Rogério Jesus dos Santos

(Prefeitura Municipal de Serra dos Aimorés), José Ferreira Leite (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Sandro Rodrigues da Silva (Unidade Regional da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais), Márcia Pereira Dias (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), João Ubiracy Garcia Filho, Jamerson Santos Barbosa (Secretaria Municipal de Agricultura), Ricardo Ferreira Vital (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Rogério Jesus dos Santos (Prefeitura Municipal de Serra dos Aimorés), José Ferreira Leite (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Sandro Rodrigues da Silva (Unidade Regional da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais), Márcia Pereira Dias (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), João Ubiracy Garcia Filho, Jamerson Santos Barbosa (Secretaria Municipal de Agricultura), Ricardo Ferreira Vital (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Rogério Jesus dos Santos (Prefeitura Municipal de Serra dos Aimorés), José Ferreira Leite (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Sandro Rodrigues da Silva (Unidade Regional da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais), Márcia Pereira Dias (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Francisco de Oliveira Carvalho (Gerência Regional de Saúde – Secretaria de Estado de Saúde), João Ubiracy Garcia Filho, Polyanna Mara de Oliveira (Epamig – Centro Regional de Pesquisa do Norte de Minas), Geovanni Antônio de Jesus, Ricardo Alves Froes (Escritório Local da Emater-MG), Nilva Vieira da Paz (Escola Família Agrícola da Região do Rio São Francisco), Leidy Damony de Almeida Rufino (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais), Kellson Frederico Tolentino Sousa (Epamig – Centro Regional de Pesquisa do Norte de Minas), Sonia Maria Ribeiro de Oliveira, Genésio Marques de Deus (Escola Família Agrícola da Região do Rio São Francisco), Polyanna Mara de Oliveira (Epamig – Centro Regional de Pesquisa do Norte de Minas), Geovanni Antônio de Jesus, Ricardo Alves Froes (Escritório Local da Emater-MG), Nilva Vieira da Paz (Escola Família Agrícola da Região do Rio São Francisco), Leidy Damony de Almeida Rufino (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais), Kellson Frederico Tolentino Sousa (Epamig – Centro Regional de Pesquisa do Norte de Minas), Sonia Maria Ribeiro de Oliveira, Genésio Marques de Deus (Escola Família Agrícola da Região do Rio São Francisco).

Proposta 63:

Programa 68 – Aumentar quadro de colaboradores da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater por meio de concurso.

Proposta 65:

Nova ação: Promover assistência técnica por meio de parceria com técnicos egressos das Escolas Família Agrícolas, Institutos Federais e outras entidades de educação, especificamente para melhoria dos territórios Mucuri, Alto Jequitinhonha e Médio e Baixo Jequitinhonha.

Proposta 67:

Programa 068 – Implantação de unidade experimental da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig no território Médio e Baixo Jequitinhonha

Proposta 282:

Aumento de recursos investidos na Emater por produtor atendido, dobrando as metas financeiras sem dobrar as metas físicas para os anos de 2018, 2019 2020 e 2021.

Proposta 283:

Aumento do quadro de funcionários e de recursos para custeio da Epamig e Emater.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 173/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 179 – Redes de Atenção à Saúde – da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Ronaldo dos Santos Pena, Renato Almeida de Barros (Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais), Isabela Gonçalves Barros (Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de Minas Gerais), Ivanildo Cardoso da Silva (Distrito Sanitário Especial Indígena Minas Gerais Espírito Santo), Alexandre Borges de Jesus (Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais).

Texto: Ação nova.

Nome: Fortalecimento da atenção ambulatorial e hospitalar de média e alta complexidade para a população indígena aldeada.

Unidade responsável: Fundo Estadual de Saúde

Finalidade: Promover o acesso da população indígena aos procedimentos ambulatoriais e hospitalares de média e alta complexidade.

Produto: município beneficiado

Público-alvo: população indígena aldeada

Território: multiterritorial

Meta física: 1

Meta financeira: 1

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Os indígenas aldeados quando são referenciados para atendimento nas unidades de cuidados secundários e terciários sofrem preconceito e encontram dificultadores para acessar os serviços especializados.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 174/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 115 – Apoio ao Controle Social e à Gestão Compartilhada do Suas –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Cristiane Isabel Felipe (Conselho Estadual de Assistência Social), Bruno Alves Chaves (Centro de Luta Pela Livre Orientação Sexual – Cellos), Isac dos Santos Lopes (Conselho Estadual de Assistência Social), Sandra Regina Ferreira Barbosa (Conselho Estadual de Assistência Social), Fernanda Silva de Souza (Conselho Estadual de Assistência Social).

Texto: Acréscimo de meta financeira da Ação 4319: de R\$10.000,00 para R\$800.000,00

Valor do acréscimo: R\$790.000,00

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: A 12ª Conferência Estadual de Assistência Social realizada em 2017 foi precedida de 847 conferências municipais e 21 conferências regionais, e teve como lema "Organizar, Lutar e Resistir". O resultado deste processo foi a criação de 21

fóruns regionais de trabalhadores e usuários e da União Regional de Conselhos Municipais de Assistência Social; e a deliberação de uma agenda de luta e resistência em defesa do Suas para os próximos dois anos. Para concretizar essa deliberação, precisamos de acréscimo de recursos na ação 4319.

Foi anexada à proposta resolução do Ceas dispendo sobre a proposta orçamentária do Feas referente ao exercício 2018, no qual consta essa proposta como prioridade.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 175/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 128 – Segurança Alimentar Nutricional Sustentável –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Marília Jardim de Sousa, David Edward Davis, Deyse Magalhães Silveira (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG).

Texto: Alteração da territorialização da Ação 2098 – Mobilização, Controle Social e Formação de Agentes Públicos e da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais, para transferir metas do território metropolitano para os territórios Alto Jequitinhonha (meta física: 2) e Mucuri (meta física: 2)

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 176/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 2 – Rede Cuidar – Aprimoramento da Rede Socioassistencial – da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: David Edward Davis, Deyse Magalhães Silveira (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG).

Texto: alteração na Ação 4172 para acrescentar como unidade responsável a Loteria Mineira e aumentar meta financeira para R\$10.000.000,00.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Foi apresentada uma declaração assinada pelo presidente da Loteria Mineira, segundo a qual essa instituição repassará ao Feas o montante de R\$10.000.000,00, em 2018, para financiar o Programa Rede Cuidar.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 177/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 41 – Assistência Hospitalar Especializada – da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Renato Almeida de Barros (Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais), Ronaldo dos Santos Pena, Ivanildo Cardoso da Silva (Distrito Sanitário Especial Indígena Minas Gerais – Espírito Santo), Alexandre Borges de Jesus (Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais), Isabela Gonçalves Barros (Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de Minas Gerais).

Texto: assegurar recursos para recuperação e manutenção do Hospital Galba Ortopédico na ordem de R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais) para correção das irregularidades apontadas pela vigilância sanitária.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Acabar com a fila de espera de mais de 17.000 cirurgias eletivas no Estado, das quais 8.183 cirurgias são em Belo Horizonte. Com a emenda proposta, evitar-se-ia o fechamento de 86 leitos públicos especializados em cirurgia eletiva na área ortopédica disponibilizados pelo referido hospital.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 178/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 114 – Oferta de Proteção Socioassistencial –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Deyse Magalhães Silveira (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), David Edward Davis, Marília Jardim de Sousa.

Texto: alteração a Ação 4447 para acrescentar à meta física 1800 entidades de acolhimento e à meta financeira R\$22.000.000,00

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Há no Estado 1.800 entidades de acolhimento que atendem a pessoas com deficiência, idosos, crianças, adolescentes e famílias com direitos violados e em situação de risco social, as quais não recebem recursos públicos.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 179/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 192 – Atenção Primária à Saúde –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Isabela Gonçalves Barros (Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de Minas Gerais), Renato Almeida de Barros (Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais), Ronaldo dos Santos Pena, Ivanildo Cardoso da Silva (Distrito Sanitário Especial Indígena Minas Gerais – Espírito Santo), Alexandre Borges de Jesus (Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais).

Texto: mudança na finalidade da Ação 4015.

Desenvolver e implementar as políticas estaduais e estratégias para a redução das iniquidades em saúde entre grupos e indivíduos historicamente vulnerabilizados, atuando sobre os determinantes sociais da saúde e priorizando os indígenas aldeados.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Os indígenas aldeados historicamente sofrem preconceito e discriminação. Eles são uma população vulnerável e necessitam de políticas públicas específicas para redução das iniquidades em saúde.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 180/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 40 – Estudos, Pesquisas, Informações e Dados Estatísticos Produzidos Pela Fjp – da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Fernando Murta Ferreira Duca (Sindicato dos Economistas de Minas Gerais), Fernando Ferreira Duarte (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

Texto: Ação 4144: – Aumentar a meta financeira da ação para o valor total de R\$ 1.700.000,00.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: O cenário de desemprego elevado, juntamente com as mudanças postas pela reorganização do trabalho e as novas formas de organização social, cria novos desafios à atuação do Estado na esfera social. Esse cenário torna imperativa a necessidade de priorizar projetos e ações que contribuam para iluminar a busca de soluções.

É nessa situação que se acentua a importância de deter informações que articulem o trabalho às condições de vida e organização familiar, sobretudo as advindas de fontes com potencial de detalhamento e de constante renovação sobre os problemas sociais que atingem grandes populações.

Por essa razão, solicitamos que sejam destinados no orçamento os recursos necessários à retomada da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED RMBH –, destinada a acompanhar as relações entre a inserção produtiva dos residentes no maior aglomerado populacional do Estado e o desenvolvimento local, através de entrevistas de cerca de 90 mil pessoas/ano.

O papel estratégico dessa ação se deve ao fato da pesquisa investigar, além dos termos recorrentes do mundo do trabalho, temas emergentes da realidade social. Entre outros, destacam-se: aspectos multidimensionais da pobreza; mobilidade urbana; novos segmentos produtivos; economia popular solidária; inserção de populações marginalizadas; inclusão digital e formação para o trabalho; acesso a serviços públicos; sindicalização, associação e participação social e política.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 181/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 127 – Inclusão Produtiva para o Mundo do Trabalho – da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Cecília Ribeiro da Silva (Pastoral Nacional do Povo de Rua), Samuel da Silva (Cáritas Brasileira – Regional de Minas Gerais), Flávia Assis Alves (UFMG – FAFICH – Núcleo de Estudos sobre o Trabalho Humano – NESTH – UFMG), Francisca Paulina da Silva (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária), Neuza Maria Ferreira (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária), Regina Helena Cunha Mendes (Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Cedca –), Marcelo

Junio Ferreira Gomes, Fábio Rodrigo Pinto Leite (Coordenação Nacional das Entidades Negras – Conen), Roseny de Almeida (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária), Luiz Carlos Carvalho Oliveira (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária).

Texto: Ação 4423:

1) Alteração da finalidade para: Potencializar a inserção do cidadão no mercado de trabalho, prioritariamente mulheres e jovens em situação de vulnerabilidade social, população LGBTI, negros e a população em situação de rua, por meio de qualificação social e profissional, competências profissionais e capacitações, contribuindo para a melhoria das oportunidades de empregabilidade e outras formas de geração de renda alinhadas com a demanda do mercado de trabalho, bem como apoiar quaisquer ações de outros programas afins dos níveis municipal, estadual e federal.

2) Alteração do público-alvo para: Cidadãos a partir de 15 anos interessados em inserção ou reinserção no mercado de trabalho, especialmente mulheres e jovens em situação de vulnerabilidade social, população LGBTI, negros e população em situação de rua.

3) Aumentar a meta física para 80 (total).

4) Aumentar a meta financeira para R\$ 200.000,00 (total).

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Há necessidade urgente do desenvolvimento de políticas públicas que promovam a inclusão social por meio do trabalho, a fim de assegurar a autonomia e a emancipação da população em situação de rua.

Também há necessidade do desenvolvimento de políticas públicas para a inclusão da população negra e de jovens LGBTI no mercado de trabalho, em virtude da discriminação que esse público ainda enfrenta.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 182/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 220 – Inclusão Social de Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social – da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Regina Helena Cunha Mendes (Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Cedca), Marcelo Junio Ferreira Gomes, Fábio Rodrigo Pinto Leite (Coordenação Nacional das Entidades Negras – Conen), Roseny de Almeida (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária), Luiz Carlos Carvalho Oliveira (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária).

Texto: Ação 4684:

1) Alterar a finalidade para: Aprimorar e ampliar a oferta de projetos, ações e serviços voltados para jovens, incentivar sua participação social, política e cultural e fomentar a cooperação intergovernamental e intersetorial, visando a favorecer a promoção e a proteção dos direitos das juventudes, bem como o desenvolvimento local sustentável e a economia solidária.

2) Aumentar a meta física para 20 (total).

3) Acrescentar R\$2.500.000,00 na meta financeira.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Há necessidade de que a população tenha conhecimento de outros modelos de desenvolvimento econômico que sejam solidários, locais e sustentáveis.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 183/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 125 – Consolidação da Política de Economia Solidária – da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Flávia Assis Alves (UFMG – FAFICH – Núcleo de Estudos sobre o Trabalho Humano – NESTH – UFMG), Neuza Maria Ferreira (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária), Cecília Ribeiro da Silva (Pastoral Nacional do Povo de Rua), Regina Helena Cunha Mendes (Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Cedca), Marcelo Junio Ferreira Gomes, Fábio Rodrigo Pinto Leite (Coordenação Nacional das Entidades Negras – Conen), Roseny de Almeida (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária), Luiz Carlos Carvalho Oliveira (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária), Francisca Paulina da Silva (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária), Samuel da Silva (Cáritas Brasileira – Regional de Minas Gerais).

Proposta 84:

Na Ação 4562:

- Alteração na finalidade:

“Proporcionar melhores condições nos processos de produção de empreendimentos solidários e de pequenos empreendimentos do Estado de Minas Gerais, por meio da provisão de equipamentos e insumos, além do assessoramento para formação e fortalecimento das finanças solidárias como fundos rotativos solidários e bancos comunitários”.

- Alteração na meta financeira:

Passar o valor total dos anos de 2018 a 2021 de R\$ 180.000,00 para R\$ 500.000,00 cada um.

Proposta 91:

Na Ação 4564:

- Alteração na finalidade:

“Implantar e estruturar espaços para comercialização dos produtos, visando contribuir para a inclusão produtiva e a realização das feiras regionais, sendo uma feira estadual e um Festival Estadual das Mulheres, promovendo a geração de renda e o fortalecimento da identidade de gênero”.

- Alteração na meta física em 2018: de 25 para 44 (acréscimo de 19)

- Alteração na meta financeira em 2018: de R\$ 197.250,00 para R\$ 900.000,00.

Proposta 92:

Na Ação 4639:

- Alteração no público-alvo: incluir pessoas em situação de rua

- Alteração na meta física em 2018: de 348 para 500 (acréscimo de 152)

- Alteração na meta financeira em 2018: de R\$ 240.202 para o total de R\$ 500.000.

Proposta 93:

Na Ação 4566:

- Alteração no nome da ação:

Inclusão produtiva da população em situação de rua e dos catadores de materiais recicláveis nas coletas seletivas solidárias.

- Alteração na finalidade:

Incluir após “Promover a inclusão sócio-produtiva” a expressão “da população em situação de rua e”.

- Alteração no produto: incluir “pessoa em situação de rua”.

- Alteração no público-alvo: incluir “população em situação de rua”.

- Alteração nas metas físicas e financeiras (2018):

Territórios Norte, Metropolitano e Vale do Rio Doce: incluir 10 na meta física (total: 20) e passar o total da meta financeira para cada um desses territórios de R\$ 1.000,00 para R\$ 150.000,00.

Incluir o território Vale do Aço com Meta Física = 20 atendidos e Meta Financeira = R\$ 150.000,00 para 2018. De 2019 a 2021 incluir metas físicas e financeiras iguais aos dos demais territórios nesses anos (10 atendidos e R\$ 1.000,00).

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 84: Ampliar e fortalecer os empreendimentos econômicos solidários com vistas à redução da pobreza e miséria extremas.

Proposta 91: Ampliar e fortalecer os empreendimentos econômicos solidários com vistas à redução da pobreza e miséria extremas.

Proposta 92: Ampliar e fortalecer os empreendimentos econômicos solidários com vistas à redução da pobreza e miséria extremas.

Proposta 93: Ampliar e fortalecer os empreendimentos econômicos solidários com vistas à redução da pobreza e miséria extremas.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 184/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 104 – Segurança de Alimentos – da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Robélia Maria de Jesus Gomes, Rogério de Oliveira Sousa, José Cândido Gonçalves dos Santos (Prefeitura Municipal de Itaobim), Arinezito Oliveira dos Santos (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Mácio Souza Mota (Câmara Municipal de Itaobim), Maria Rita de Nazaré Caires (Escola Família Agrícola Vida Comunitária), Adélia Dias Viana (Movimento Pró-Escola Família Agrícola no Vale do Jequitinhonha), Miguel Canguçu Alves (Câmara Municipal de Fronteira dos Vales), Robspierre Ferraz de Sousa (Unidade Regional da Emater-MG).

Proposta 87:

Na Ação 4420: Alterar a meta física do território Médio e Baixo Jequitinhonha de 13 para 45 vistorias realizadas, com aumento proporcional da meta financeira.

Proposta 90:

Na Ação 4436: Alterar a regionalização para alterar a meta física do território Médio e Baixo Jequitinhonha de 20 inspeções realizadas para 30, com aumento proporcional de meta financeira.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 185/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 167 – Formação Profissional para o Mercado de Trabalho e Geração de Renda – da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Regina Helena Cunha Mendes (Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Cedca), Marcelo Junio Ferreira Gomes, Fábio Rodrigo Pinto Leite (Coordenação Nacional das Entidades Negras – Conen), Roseny de Almeida (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária), Luiz Carlos Carvalho Oliveira (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária).

Texto: Recomendar à Comissão de Participação Popular que apresente um requerimento à Utramig solicitando a inclusão de cursos que não reforcem a divisão social e sexual do trabalho e que ultrapassem a representação social da mulher enquanto responsável pelo cuidado, a eterna cuidadora na sociedade. Que sejam realizados, portanto, cursos que promovam a emancipação da mulher, potencializando a ocupação de postos de trabalho ainda hoje mais restritos ao universo masculino.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Segundo o grupo, a justificação está explicitada no conteúdo da proposta.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 186/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 129 – Leite Pela Vida – da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Robélia Maria de Jesus Gomes, Rogério de Oliveira Sousa, José Cândido Gonçalves dos Santos (Prefeitura Municipal de Itaobim), Arinezito Oliveira dos Santos (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Mácio Souza Mota (Câmara Municipal de Itaobim), Maria Rita de Nazaré Caires (Escola Família Agrícola Vida Comunitária), Adélia Dias Viana (Movimento Pró-Escola Família Agrícola no Vale do Jequitinhonha), Miguel Canguçu Alves (Câmara Municipal de Fronteira dos Vales), Robspierre Ferraz de Sousa (Unidade Regional da Emater-MG), Naiara Oliveira Silva (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg), Cleide Neves da Silva (Escritório Local da Emater-MG), Mateus Pereira Veloso Neto (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Sônia Maria Ribeiro de Oliveira, Rafael Vicente Correa Lucas, Pablo Gonçalves Almeida (Prefeitura Municipal de São João do Pacuí).

Proposta 89:

Na Ação 2069: Aumentar o volume de leite adquirido do produtor de 27 para 100 litros.

Proposta 293:

Na Ação 4315: Incluir o território Norte com meta física de 10 milhões para as Ações 2069, 4315 e 4316 e meta financeira de R\$12.000.000,00 na Ação 2069 e R\$8.400.000,00 na Ação 4315

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 187/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 10 – Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Tiago Miranda Mendes (Instituto Francisca Veras), Sammer Iêgo Lemos, Jacqueline Alves Alaminio (Centro de Referência de Assistência Social), Manuela Pereira de Almeida Pinto (Escola Família Agrícola Serra do Brigadeiro), Jefferson Bispo Pereira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Enzo Marques Rezende (Escola Família Agrícola Vida Comunitária), Leonardo Ferreira Souza, Daniel Costa Sousa, Cleide Cristina Pereira dos Santos (Escola Família Agrícola Renascer), João Batista Alves de Souza (Associação Escola Família Agroecológica de Araçuaí), Guilherme Gonçalves Rabelo (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Cláudio Francisco Soier (Associação Comunitária de Promoção e Incentivo aos Grupos de Produção de Minas Novas), Cristiana Marques Fernandes, Jaqueline Ferreira Freitas, Deyse Magalhães Silveira (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Cristiana Marques Fernandes, Cláudio Francisco Soier (Associação Comunitária de Promoção e Incentivo aos Grupos de Produção de Minas Novas), Leonardo Ferreira Souza, Daniel Costa Sousa, Cleide Cristina Pereira dos Santos (Escola Família Agrícola Renascer), Paula Suely de Matos Prates (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Deyse Magalhães Silveira (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Daniel Costa Sousa, Enzo Marques Rezende (Escola Família Agrícola Vida Comunitária), Tiago Miranda Mendes (Instituto Francisca Veras), Deyse Magalhães Silveira (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Jaqueline Ferreira Freitas, Jefferson Bispo Pereira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Janeclide Lima de Matos (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Manuela Pereira de Almeida Pinto (Escola Família Agrícola Serra do Brigadeiro), José Saturnino Machado (Escola Família Agrícola de Veredinha), Niuton Teotonio Lopes (Escola Família Agrícola Puris de Araponga), Idalino Firmino dos Santos (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Francis Maurice Hubert Mouton, Nilva Vieira da Paz (Escola Família Agrícola da Região do Rio São Francisco), Geraldo Luís Andrade (Câmara Municipal de Viçosa), Hebe Lúcia Alves Alaminio, Vicente de Nazareth Pinto Junior (Universidade Federal de Minas Gerais), Eduardo Henrique de Oliveira (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), José Saturnino Machado (Escola Família Agrícola de Veredinha), Niuton Teotonio Lopes (Escola Família Agrícola Puris de Araponga), Francis Maurice Hubert Mouton, Nilva Vieira da Paz (Escola Família Agrícola da Região do Rio São Francisco), Hebe Lúcia Alves Alaminio, Vicente de Nazareth Pinto Junior (Universidade Federal de Minas Gerais), Eduardo Henrique de Oliveira (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), José Saturnino Machado (Escola Família Agrícola de Veredinha), Niuton Teotonio Lopes (Escola Família Agrícola Puris de Araponga), Francis Maurice Hubert Mouton, Nilva Vieira da Paz (Escola Família Agrícola da Região do Rio São Francisco), Hebe Lúcia Alves Alaminio, Vicente de Nazareth Pinto Junior (Universidade Federal de Minas Gerais), Eduardo Henrique de Oliveira (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), José Saturnino Machado (Escola Família Agrícola de Veredinha), Niuton Teotonio Lopes (Escola Família Agrícola Puris de Araponga), Idalino Firmino dos Santos (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Francis Maurice Hubert Mouton, Nilva Vieira da Paz (Escola Família Agrícola da Região do Rio São Francisco), Geraldo Luís Andrade (Câmara Municipal de Viçosa), Hebe Lúcia Alves Alaminio, Vicente de Nazareth Pinto Junior (Universidade Federal de Minas Gerais), Eduardo Henrique de Oliveira (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Cristiana Marques Fernandes, Cláudio Francisco Soier (Associação Comunitária de Promoção e Incentivo aos Grupos de Produção de Minas Novas), Leonardo Ferreira Souza, Daniel Costa Sousa, Cleide Cristina Pereira dos Santos (Escola Família Agrícola Renascer), Paula Suely de Matos Prates (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Deyse Magalhães Silveira (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Daniel Costa Sousa, Enzo

Marques Rezende (Escola Família Agrícola Vida Comunitária), Tiago Miranda Mendes (Instituto Francisca Veras), Deyse Magalhães Silveira (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Jaqueline Ferreira Freitas, Jefferson Bispo Pereira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Janecléide Lima de Matos (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Manuela Pereira de Almeida Pinto (Escola Família Agrícola Serra do Brigadeiro).

Proposta 97

Na Ação 3025: Aumento da meta financeira de R\$ 800.000,00, em 2018.

Proposta 98

Na Ação 3025: Inclusão do território Alto Jequitinhonha, com meta financeira de R\$ 470.588,00 e meta física de 1 projeto apoiado

Proposta 306

Envio de pedido de providências à Codemig, para que solicite que em seus editais de apoio a festivais gastronômicos a exigência de interação no evento com o artesanato e expressões culturais locais.

Proposta 307

Na Ação 3025: Inclusão dos territórios:

Caparaó: Meta Física 1 e Meta Financeira 350.000

Norte: Meta Física 1 e Meta Financeira 500.000

Central: Meta Física 1 e Meta Financeira 130.000

Para o Caparaó: revitalização do Monumento do Parque do Cristo – reforma da estrutura física, plantio de mudas, abertura de trilhas, instalação de mobiliário nas áreas de convivência, cercamento, sinalização, instalação de área de lazer e academia ao ar livre, entre outros.

Para o Norte: projeto de revitalização da orla do Rio São Francisco na área urbana do município de São Francisco – projeto de paisagismo, plantio de mudas nativas, padronização arquitetônica dos espaços e prédios públicos, reforma da área do cais, instalação de pista de caminhada, mirante e trilha ecológica.

Para Central: plantio de árvores nas matas ciliares na região de Felixlândia (Rio Paraopeba) e revitalização do leito do rio neste trecho.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 97: ampliação da meta financeira direcionando recursos para o convênio número 4.404, já firmado com o Codemig, para inclusão dos assentamentos da reforma agrária localizados na região central do Estado. O recurso subsidiará ações de recuperação de áreas degradadas através da construção de um viveiro florestal na região, ações de mobilização e capacitação das famílias assentadas, para produção de mudas e recuperação de áreas degradadas nos assentamentos da região.

Proposta 307: para o Caparaó: o monumento do Parque do Cristo, em Viçosa, foi decretado no início dos anos 2000, quando recebeu alguns investimentos, porém a área foi repetidas vezes alvo de queimada e degradação, demandando sua revitalização por meio de plantio de árvores e outras benfeitorias para que se consolide como um ponto turístico do município, que se destinará ao lazer e bem-estar também da população local.

Para o Norte: adequação do espaço para o turismo e a revitalização do Rio São Francisco. O Município de São Francisco possui enorme potencial e fluxo turístico, mas os espaços, em especial a orla do Rio São Francisco, precisam de adequação do espaço para uma exploração turística mais efetiva e sustentável.

Para Central: necessidade de revitalização de áreas degradadas e recuperação do Rio Paraopeba, na região de Felixlândia.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 188/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 24 – Desenvolvimento de Atividades de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas – da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Cleide Cristina Pereira dos Santos (Escola Família Agrícola Renascer), João Batista Alves de Souza (Associação Escola Família Agroecológica de Araçuaí), Paula Suely de Matos Prates (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Janecléide Lima de Matos (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Cláudio Francisco Soier (Associação Comunitária de Promoção e Incentivo aos Grupos de Produção de Minas Novas), Leonardo Ferreira Souza, Daniel Costa Sousa, Cristiana Marques Fernandes, Jefferson Bispo Pereira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Manuela Pereira de Almeida Pinto (Escola Família Agrícola Serra do Brigadeiro), Gilmar de Souza Oliveira (Escola Família Agrícola Paulo Freire), Monica Rodrigues Teixeira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Enzo Marques Rezende (Escola Família Agrícola Vida Comunitária), Sammer Iêgo Lemos.

Texto: Criação de ação nova.

Ação: Desenvolvimento de atividades de educação e capacitação em recursos hídricos nas Escolas Famílias Agrícolas – EFAs – do Estado.

Finalidade: Transformar as EFAs de Minas Gerais e comunidades adjacentes em fontes de difusão e promoção de ações de preservação ambiental, com foco no uso racional e consciente de água.

Produto: Participante capacitado

Unidade de medidas: escolas

Público-alvo: alunos das EFAs

Território: Multiterritorial

Meta física: 22 e meta financeira: R\$66.000,00 para 2018.

Meta física: 25 e meta financeira: R\$75.000,00 para 2019

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 189/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 62 – Infraestrutura Rural –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Aurora Dutra Ferreira Soares (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Guilherme Gonçalves Rabelo (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Paula Suely de Matos Prates (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Sammer Iêgo Lemos, Leonardo Ferreira Souza, Daniel Costa Sousa, Cristiana Marques Fernandes, Janecléide Lima de

Matos (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Cláudio Francisco Soier (Associação Comunitária de Promoção e Incentivo aos Grupos de Produção de Minas Novas), Enzo Marques Rezende (Escola Família Agrícola Vida Comunitária), Gilmar de Souza Oliveira (Escola Família Agrícola Paulo Freire), Tiago Miranda Mendes (Instituto Francisca Veras), Adriana Santos Duarte (Prefeitura Municipal de Jequitai), Amadeus Mendes Lourenço, Luiz Belchior da Fonseca (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Hudson Brito Ribeiro (Prefeitura Municipal de Itacarambi), Júlio Gabriel H. Lara Cabezas (Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento), Adriana Santos Duarte (Prefeitura Municipal de Jequitai), Amadeus Mendes Lourenço, Luiz Belchior da Fonseca (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Hudson Brito Ribeiro (Prefeitura Municipal de Itacarambi), Júlio Gabriel H. Lara Cabezas (Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

Proposta 111

Na Ação 4151: Alterar a meta física para 200km

Alterar a meta financeira para R\$ 450.000,00

Proposta 263

Na Ação 4151: Garantir a adequação de terras agrícolas com o objetivo de “retenção de água”, através de terraços em nível e construção de barreiras à margem das estradas vicinais.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular.

Justificação: Proposta 111: Recuperação das estradas vicinais, para melhorar a logística do escoamento agrícola, o desenvolvimento das comunidades rurais, transporte de pessoas entre outras coisas.

A proposta de meta física para 200km irá melhorar e conservar as estradas, bem como proporcionar qualidade de vida aos produtores rurais.

Importante também para a mobilidade de pessoas e emergências médicas.

Proposta 263: É necessário colaborar com a manutenção das estradas vicinais, por meio de terraços em nível e construção de barreiras à margem dessas vias.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 190/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 55 – Certifica Minas – da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Marcos Luiz da Cunha Jota (Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas), Guilherme Gonçalves Rabelo (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Clarinda de Oliveira Paula (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Sebastiana Aparecida Rosa Zanon (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Aparecida do Carmo Gregório Silva (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), João Paulo Calori Gomes (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Deyse Magalhães Silveira (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Tais Silva Araujo (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), José Carvalho Oliveira (Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados e Agricultores Familiares dos Municípios de Ibitiúra de Minas, Andradas e Caldas), Maria Marcia de Oliveira Martins (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), José Carvalho Oliveira (Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados e Agricultores Familiares dos Municípios de Ibitiúra de Minas, Andradas e Caldas).

Texto: Na Ação 4121: Acrescentar 1.000.000,00 (um milhão) nas metas financeiras de 2019.

Meta física: 6000

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: O aumento do orçamento para conseguir alcançar todas as propriedades e produtores que tenham condições através de sua produção de conseguir a certificação do programa. Quanto maior a verba despendida, maior a chance do alcance das propriedades e dos produtores.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 191/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 121 – Gestão Ambiental Integrada – da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Leonardo Ferreira Souza, Manuela Pereira de Almeida Pinto (Escola Família Agrícola Serra do Brigadeiro), Tiago Miranda Mendes (Instituto Francisca Veras), Jacqueline Alves Alamino (Centro de Referência de Assistência Social), Deyse Magalhães Silveira (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Jefferson Bispo Pereira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Gilmar de Souza Oliveira (Escola Família Agrícola Paulo Freire), Enzo Marques Rezende (Escola Família Agrícola Vida Comunitária), Jaqueline Ferreira Freitas, Tiago Miranda Mendes (Instituto Francisca Veras), Jefferson Bispo Pereira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Sammer Iêgo Lemos, Deyse Magalhães Silveira (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Leonardo Ferreira Souza, Enzo Marques Rezende (Escola Família Agrícola Vida Comunitária), Monica Rodrigues Teixeira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Daniel Costa Sousa, Cristiana Marques Fernandes, Cleide Cristina Pereira dos Santos (Escola Família Agrícola Renascer), João Batista Alves de Souza (Associação Escola Família Agroecológica de Araçuaí), Paula Suely de Matos Prates (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Aurora Dutra Ferreira Soares (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Manuela Pereira de Almeida Pinto (Escola Família Agrícola Serra do Brigadeiro).

Proposta 124: Ação Nova

Ação: Saneamento rural em comunidades assistidas pelas Escolas Família Agrícola

Unidade Responsável: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Finalidade: Estudo e adequação de infraestrutura de esgotamento sanitário nas zonas rurais, através de projetos executados por técnicos e estudantes das Escolas Famílias Agrícolas, visando à adequação do tratamento do esgoto e à devolução da água aos mananciais, garantindo a melhora das condições de saúde para as comunidades de abrangência das Escolas Família Agrícola.

Produto: Projeto executado

Unidade de medida: Escolas

Público-Alvo: Comunidades de abrangência das EFAs

Território: Multiterritorial

2018

Meta Física: 22

Meta Financeira: R\$ 110.000,00

2019

Meta Física: 25

Meta Financeira: R\$ 125.000,00

Proposta 125

Na Ação 4010: Alterar a regionalização da ação de forma a incluir o território Médio e Baixo Jequitinhonha, com meta física de 100 ações de educação ambiental e meta financeira de R\$ 422.600,00.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 125: Abranger mais territórios mineiros na ação de Educação Ambiental potencializando as ações de preservação e conscientização.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 192/2017

Encaminha sugestão de criação do Programa Estadual de Cooperativismo da Agricultura Familiar e Agroindústria Familiar, no eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Maria Aparecida Rosa Ribeiro (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Sílvio Cardoso Rabello (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra/Cooperativa Guaii), Jacqueline Alves Alaminio (Centro de Referência de Assistência Social), Marcos Vinicius Dias Nunes (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), João Carlos Rodrigues (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Vanderley Antônio Chilese (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Firmino Alves de Sousa Neto (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Givanildo Rafael de Carvalho (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Ernandes da Silva Gomes (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Paulo Cesar Gomes Amorim Junior (União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária), Ademar Sodré (União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária), Elizeu Alves de Souza (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Marlene Antônia de Oliveira Teixeira (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Rômulo Luiz Campos (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Maria Marta de Carvalho (Sindicato dos Trabalhadores Rurais).

Texto: Criação de Programa Estadual de Cooperativismo da Agricultura Familiar e Agroindústria Familiar.

Unidade Responsável: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda

Objeto/Finalidade: Promover a inserção da agricultura familiar nos diversos mercados, com ênfase nos mercados institucionais, tendo como foco a criação e o fortalecimento do cooperativismo da agricultura familiar e regularização das agroindústrias familiares.

Transferir para o novo programa as ações do programa 059, conforme alterações a seguir:

- Ação 2034: alterar meta física de 5 para 20 e acrescentar na meta financeira mais R\$500.000,00.

- Ação 4141: alterar o nome para “apoio ao cooperativismo da agricultura familiar e acesso a mercados”. Finalidade: consolidar o cooperativismo da agricultura familiar por meio de formação e capacitação relacionada com gestão, organização da produção, do quadro social, logística, para o acesso aos diferentes mercados.

Unidade de medida: cooperativa.

Meta física: 50.

Meta financeira: R\$1.000.000,00.

Multiterritorial.

Criar no programa novo as seguintes ações:

- Nova ação 1: Apoio à estruturação das cooperativas da agricultura familiar com investimentos em equipamentos, veículos, construções, etc.

Unidade: cooperativas atendidas.

Meta física: 50 cooperativas.

Meta financeira: R\$2.500.000,00.

Multiterritorial.

- Nova ação 2: Apoio à regularização e gestão das agroindústrias familiares. Finalidade: Estruturar as agroindústrias familiares nas dimensões jurídica, tributária, ambiental e sanitária.

Unidade de medida: agroindústria regularizada.

Meta física: 50

Meta financeira: R\$2.500.000,00.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 193/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 147 – Nossa Cidade Melhor – da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Antonio de Souza Ferreira Filho (Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores – PT), Edna Pereira dos Santos Alves (Associação de Moradores da Vila da Luz), Manoel da Silva Gomes Filho, Edilberto Fernandes Pinto (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário), Márcio Gerônimo Inácio, Daniel dos Santos (Federação das Associações de Moradores de Minas Gerais – Famemg), Florisbela Alves Mourão, Maria Teresinha Cardoso, Maria da Penha Cabral (Igreja Santo Antônio de Pádua), Gustavo Henrique Menezes, Maria da Penha Taranto da Silva.

Proposta 127: ação nova

Nome: Conferência Estadual de Habitação

Unidade responsável: 1471-SECIR

Finalidade: Realizar a Conferência Estadual de Habitação no ano de 2018

Produto: Conferência Realizada

Unidade de medida: Evento

Público-alvo: Habitantes do Estado interessados

Território: Multiterritorial

Metas físicas:

2018 – 1

2019 – 0

2020 – 0

2021 – 0

Metas financeiras

2018 – 1.000.000,00

2019 – 0

2020 – 0

2021 – 0

Proposta 128: Ação nova

Unidade responsável: 1471-SECIR

Nome: Assessoria técnica às entidades da sociedade civil que promovem o acesso à moradia

Finalidade: Dar apoio financeiro a entidades da sociedade civil que promovem o acesso à moradia (cooperativas, associações ou assemelhadas) para que se viabilize a elaboração dos projetos arquitetônicos e dos planos técnicos sociais de habitações urbanas a serem construídas no âmbito do PMCMV-Entidades.

Produtos: Projetos e planos técnicos entregues

Unidade de medida: Projeto

Público-alvo: Entidades da sociedade civil que promovem o acesso à moradia registradas no Caged

Território: Multiterritorial

Metas físicas

2018 – 1000

2019 – 1000

2020 – 1000

2021 – 1000

Metas financeiras

2018 – 5.250.000,00

2019 – 5.250.000,00

2020 – 5.250.000,00

2021 – 5.250.000,00

Proposta 129: Ação nova

Nome: Contrapartida estadual para o Programa Nacional de Habitação Rural

Unidade responsável: 1471-Secir

Finalidade: Viabilizar a construção de novas unidades habitacionais no âmbito do Programa Nacional de Habitação Rural

Produto: Unidades habitacionais entregues

Unidade de medida: Unidade habitacional

Público-alvo: População residente em áreas rurais, priorizando os povos e comunidades tradicionais

Território: Multiterritorial

Metas físicas

2018 – 3.000

2019 – 3.000

2020 – 3.000

2021 – 3.000

Metas financeiras

2018 – 15.000.000,00

2019 – 15.000.000,00

2020 – 15.000.000,00

2021 – 15.000.000,00

Proposta 130: Ação nova

Nome: Contrapartida estadual para viabilização do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades (PMCMV-E) em áreas urbanas

Unidade responsável: 1471-Secir

Finalidade: Viabilizar a construção de novas unidades habitacionais em áreas urbanas no âmbito do PMCMV-E por meio da disponibilização da contrapartida financeira exigida dos participantes.

Produto: Unidades habitacionais entregues

Unidade de medida: Unidade

Público-alvo: População com renda até R\$1.800,00

Território: Multiterritorial

Metas físicas:

2018 – 10.000

2019 – 10.000

2020 – 10.000

2021 – 10.000

Metas financeiras

2018 – 150.000.000,00

2019 – 150.000.000,00

2020 – 150.000.000,00

2021 – 150.000.000,00

Proposta 131: Incluir como objetivo do Estado no texto da lei do PPAG a redução do déficit habitacional em áreas urbanas e rurais.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 127: Vários públicos e temáticas realizaram suas respectivas conferências, à exceção, segundo os participantes, dos movimentos ligados ao tema da moradia.

Proposta 128: Ter projetos arquitetônicos e planos técnicos sociais concluídos é condição essencial para as entidades acessarem os recursos do PMCMV-Entidades. Participantes informaram que o Estado de São Paulo adota esta política.

Proposta 129: O acesso ao Programa Nacional de Habitação Rural prescinde de uma contrapartida dos interessados ou de outras unidades da Federação. Como em Minas Gerais não existe esta contrapartida, não se consegue, no Estado, construir habitações por meio desse programa, segundo os participantes.

Proposta 130: O acesso ao PMCMV-E prescinde de uma contrapartida dos interessados ou de outras unidades da Federação. Como em Minas Gerais não existe esta contrapartida, não se consegue, no Estado, construir habitações por meio desse programa, diferentemente do que acontece em São Paulo, segundo os participantes.

Proposta 131: Direito fundamental que não está explicitado como objetivo das ações governamentais.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 194/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 82 – Educação do Campo, Indígena e Quilombola – da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Cleide Cristina Pereira dos Santos (Escola Família Agrícola Renascer), Patrícia Delgado Marins Coelho (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), João Batista Alves de Souza (Associação Escola Família Agroecológica de Araçuaí), Francis Maurice Hubert Mouton, Paula Suely de Matos Prates (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Kamyra Teixeira de Arantes (Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas Carlos Saar), Marcos Aparecido Ferreira da Silva (Escola Família Agrícola), Noessandro Gonçalves Freire (Escola Família Agrícola de Camões – Efac), João Vicente Gomes (Escola Família Agrícola Dom Luciano), Pauliane de Carvalho Braga (Universidade Federal de Minas Gerais), Danilo Araújo Marques (Universidade Federal de Minas Gerais), Francisco Grynberg Bignotto (Universidade Federal de Minas Gerais), Wilkie Buzatti Antunes (Universidade Federal de Minas Gerais), Maria Cecília Vieira de Carvalho (Universidade Federal de Minas Gerais), José Antônio de Souza Queiroz (Universidade Federal de Minas Gerais), Carla Floriana Martins, Rafael da Cruz Alves (Universidade Federal de Minas Gerais), Ismael Carlos da Silva (Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas Carlos Saar), Arlindo Pires (Associação Regional Escolas Famílias Agrícolas Dom Luciano de Catas Altas da Noruega), Jefferson Bispo Pereira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Janecleide Lima de Matos (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Idalino Firmino dos Santos (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Adélia Dias Viana (Movimento Pró Escola Família Agrícola no Vale do Jequitinhonha), Fernanda Ferreira dos Santos (Escola Família Agrícola Nova Esperança – Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas), Enzo Marques Rezende (Escola Família Agrícola Vida Comunitária), Nilva Vieira da Paz (Escola Família Agrícola da Região do Rio São Francisco), José Saturnino Machado (Escola Família Agrícola de Veredinha), Monica Rodrigues Teixeira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola).

Proposta 134: Proposta 134:

Programa 082 – Alterar a ação 4341.

Intervenção I – alteração do produto (escola beneficiada para aluno beneficiado)

Intervenção II – alteração da unidade de medida (escola para aluno)

Intervenção III – alteração da meta física, de 21 escolas para 3.014 alunos e meta financeira, passando de R\$ 9.500.000,00 para R\$ R\$ 14.649.000,00.

Alterar o público-alvo de “entidades do terceiro setor” para “Alunos das EFAs”

2018		
Territórios	Físicas	Financeiras
Noroeste	391	1.889.000
Caparaó	562	2.670.000
Mata	95	460.000
Vertentes	104	477.000
Sul	173	822.000
Norte	399	1.995.000
Médio e Baixo Jequitinhonha	688	3.418.000
Mucuri	330	1.618.000
Alto Jequitinhonha	122	610.000
Oeste	150	690.000
TOTAL	3.014	14.649.000

Proposta 136:

Nova ação

Ação: Representação e apoio técnico pedagógico às escolas família agrícola de Minas Gerais.

Finalidade: Apoiar a Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa –, nos serviços de orientação técnico pedagógica, representação e formação dos quadros docentes, técnico-administrativos e gestores das Escolas Família Agrícola – EFAs de Minas Gerais.

Produto: Escolas atendidas

Público-alvo: Entidades do terceiro setor

Unidade de medida: Escola atendida.

Territórios	2018		2019		2020		2021	
	Físicas	Financ.	Físicas	Financ.	Físicas	Financ.	Físicas	Financ.
Noroeste	1	100.000	1	100.000	1	100.000	1	100.000
Caparaó	6	600.000	6	600.000	6	600.000	6	600.000
Mata	1	100.000	1	100.000	1	100.000	1	100.000
Vertentes	1	100.000	1	100.000	1	100.000	1	100.000
Sul	1	100.000	2	200.000	2	200.000	2	200.000
Norte	2	200.000	3	300.000	3	300.000	3	300.000
Médio e Baixo Jequitinhonha	6	600.000	6	600.000	6	600.000	6	600.000
Mucuri	2	200.000	3	300.000	3	300.000	3	300.000
Alto Jequitinhonha	1	100.000	1	100.000	1	100.000	1	100.000
Oeste	1	100.000	1	100.000	1	100.000	1	100.000
TOTAL	22	2.200.000	25	2.500.000	25	2.500.000	25	2.500.000

Proposta 138:

Nova ação

Ação: Democratização do conhecimento e da cultura do campo.

Finalidade: Estabelecer condições necessárias para ampla disseminação da informação e dos conteúdos produzidos dentro da universidade pública no âmbito da educação para a cidadania e para os direitos humanos e a difusão do conhecimento e da cultura do campo. A extensão desta ação será feita através do Caminhão Museu Sentimentos da Terra.

Produto: Estudante atendido

Público-alvo: Estudantes

IAG: 1

	2018		2019		2020		2021	
Território	Físicas	Financ.	Físicas	Financ.	Físicas	Financ.	Físicas	Financ.
Multiterritorial	20.0000	486.902,96	20.0000	500.000	20.0000	500.000	20.0000	500.000

Proposta 140:

Recomendação.

O grupo vem solicitar da Secretaria de Estado de Educação e à Seplag imprimir esforços no sentido de realocar recursos com o intuito de suplementar as ações existentes (Efas, Educação indígena, educação quilombola), tendo em vista a importância de cada uma, na política de educação do campo deste Estado de Minas Gerais. Tendo também em conta que as Escolas Famílias Agrícolas requerem em seu funcionamento, suporte ao funcionamento em tempo integral, incluindo internato, ou seja, além de 5 refeições diárias, outras despesas para além das 7 horas diárias de uma escola de tempo integral que comumente funciona.

Além disso, fruto de uma alteração nos marcos regulatórios de apoio às EFAs, a partir da Lei nº 14.614, de 2003, suas regulamentações e alterações, estamos solicitando a inclusão de uma ação nova, no intuito de permitir apoio aos serviços de representação, orientação técnico-pedagógica às EFAs, com uma meta física de 22 EFAs em funcionamento e meta financeira de R\$ 2.200.000, ou seja, o montante de recursos somam um valor, no total do programa, da ordem de R\$ 20.570.000 e por isto requer ajustes.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 138: Existe atualmente recurso previsto para este projeto no programa 082, ação 4625. Entretanto, como subprojeto, a ação que propomos fica prejudicada em visibilidade e transparência da aplicação dos recursos a ela destinados.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 195/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 157 – Energia Competitiva e Sustentável – da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Adélia Dias Viana (Movimento Pró Escola Família Agrícola no Vale do Jequitinhonha), Geraldo Luís Andrade (Câmara Municipal de Viçosa), Monica Rodrigues Teixeira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Eduardo Henrique de Oliveira (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Hebe Lúcia Alves Alaminho, Vicente de Nazareth Pinto Junior (Universidade Federal de Minas Gerais), Niuton Teotônio Lopes (Escola Família Agrícola Puris de Araponga), Nilva Vieira da Paz (Escola Família Agrícola da Região do Rio São Francisco), Francis Maurice Hubert Mouton, Idalino Firmino dos Santos (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola).

Texto: Na Ação 4459 – Elaboração de estudo e implantação do projeto de geração de energia elétrica, a partir de fonte solar fotovoltaica, em Escolas Família Agrícola – EFAs, de acordo com os seguintes parâmetros:

Intervenção 1 – Alterar Territorialização para Multiterritorial para o qual:

Intervenção 2 – Alterar Meta Física para 22 unidades; e

Intervenção 3 – Acrescentar Especificação do Objeto Orçamentário: Realização de estudos para as 22 EFAs para implantação de sistema de geração de energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica e implantação do sistema em 3 EFAs.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Tornar as EFAs mais sustentáveis por meio da promoção da eficiência energética, além de proporcionar aos estudantes a oportunidade de conhecer um sistema alternativo de produção de energia limpa e proporcionar redução de custos para o orçamento das EFAs atendidas.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 196/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 170 – Promoção e Fomento da Indústria, Comércio e Serviços de Minas Gerais – da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Leonário Rosa da Silva Felix (Associação de Mulheres Empreendedoras e Filhos), Hebe Lúcia Alves Alamino, Geraldo Luís Andrade (Câmara Municipal de Viçosa), Niuton Teotônio Lopes (Escola Família Agrícola Puris de Araçuaia), Adélia Dias Viana (Movimento Pró Escola Família Agrícola no Vale do Jequitinhonha), Nilva Vieira da Paz (Escola Família Agrícola da Região do Rio São Francisco), Eduardo Henrique de Oliveira (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), José Saturnino Machado (Escola Família Agrícola de Veredinha), Vicente de Nazareth Pinto Junior (Universidade Federal de Minas Gerais), Francis Maurice Hubert Mouton.

Texto: Permitir a participação de artesãos mineiros, com ênfase no público feminino, na Feira Nacional de Artesanato, em sua edição de 2018.

Alteração das Metas Físicas, Financeiras e Territorialização da Ação 4462 – Promoção e Desenvolvimento do Artesanato de Minas Gerais, com especificação de objeto de gasto orçamentário, nos seguintes termos:

Intervenção 1 – Acrescentar a territorialização Metropolitana, para o qual:

Intervenção 2 – Acrescentar a Meta Física para 200 artesãos atendidos;

Intervenção 3 – Acrescentar a Meta Financeira para R\$300.000,00, com a seguinte especificação de objeto de gasto orçamentário:

Intervenção 4 – Participação de artesãs na Feira Nacional de Artesanato de 2018, a ser realizada em Belo Horizonte.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Permitir a inserção das mulheres artesãs nas estratégias de divulgação e apoio à comercialização de produtos artesanais, no âmbito da política pública estadual de promoção e fomento da indústria, comércio e serviços.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 197/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 210 – Cooperação Estado Municípios na Área Educacional – da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Daniela Elias Pereira (Escola Municipal Glória Marques Diniz), Fernanda Fernandes Macedo (Escola Municipal Glória Marques Diniz), Sérgio Donizeti Ferreira (Escola Municipal Glória Marques Diniz).

Proposta 139:

Alteração do objetivo do Programa 210 para:

“Disponibilizar recursos humanos, técnicos, materiais e financeiros aos municípios, visando à melhoria dos padrões de qualidade da educação, à capacitação dos gestores municipais de ensino e ao fomento de projetos educacionais inovadores, contribuindo, assim, com a universalização da educação básica”.

Proposta 205:

Criar ação nova no Programa 210

Ação – Fomento a projetos educacionais inovadores

Unidade Responsável: 1261 – Secretaria de Estado de Educação

Finalidade: Disponibilizar recursos humanos, técnicos, materiais e financeiros para fomento a projetos educacionais inovadores, visando à melhoria dos padrões de qualidade da educação, em conformidade com a meta 7 do PNE.

Produto: Município apoiado

Público-alvo: Municípios mineiros

Metas

Território: Metropolitano.

Meta física: 1.

Meta financeira: 200.000.

Em 2018, repetindo-se os valores nos anos posteriores

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 139: Incluir no programa a possibilidade de fomento a projetos educacionais inovadores dos municípios.

Proposta 205: Visando à melhoria dos padrões de qualidade da educação básica, em conformidade com a meta 7 do PNE, faz-se necessário o fomento de projetos educacionais inovadores no Município de Contagem.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 198/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 26 – Desenvolvimento da Infraestrutura Estadual, Municipal e Regional –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponente: Geraldo Luís Andrade (Câmara Municipal de Viçosa).

Texto: Celebração de convênio para o repasse de recursos para o Município de Viçosa para implantação de ciclovias em vias urbanas e rodovias no perímetro urbano.

Meta Física/Ano: 01/2018

Meta financeira/ano: R\$1.000.000,00/2018

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 199/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 214 – Educação Integral e Integrada –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Conrado Ramos Rezende (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), Diva Moreira (Instituto Pauline Reichstul), Warley Fabiano Santos, Fabio Proença de Carvalho (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), Diego Severino Rossi de Oliveira (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), Lilians Maria Barbosa da Silva Resende (Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais).

Proposta 143:

Programa 214

Alterar o campo Áreas x Objetivos estratégicos do Programa 214 para:

- Ampliar e Qualificar a Oferta de Educação Integral
- Garantir que a escola seja um espaço de diversidade e respeito às diferenças, considerando as comunidades tradicionais, do campo, indígenas e quilombolas e as populações em situação de itinerância.

Proposta 183:

Na Ação 2067

Alterar a finalidade para:

Garantir vaga a alunos no ensino fundamental pelo cadastro escolar, ampliar o ensino médio gratuito na rede pública, organizar plano de atendimento escolar com a SRE e com a participação das escolas e da comunidade escolar; autorizar funcionamento de escolas, cursos técnicos, normal; regularizar a vida escolar dos alunos; garantir a execução do censo escolar nas redes do Estado, em especial a estadual; gerar e divulgar dados do censo escolar; contribuir, por meio do Simade e do diário digital, para elaborar, implementar e monitorar políticas da SEE.

Proposta 185:

Na ação 4659

Alterar a finalidade para:

Com base na meta 6 do PNE, cooperar para garantir oferta pública (suprimir “cooperar para”) e gratuita de educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas da rede estadual e atender pelo menos 25% dos estudantes, ampliando oportunidades educacionais no ensino fundamental e expandindo a jornada educativa diária para o mínimo de sete horas; desenvolver a criança e o adolescente em múltiplas dimensões, para formar novas habilidades e conhecimentos, desenvolvendo atividades diversificadas na escola estadual e/ou articuladas com parceiros (suprimir "e/ou articuladas com parceiros).

Proposta 191:

Criar a ação nova: Educação em Tempo Integral – Ensino médio no Programa 214

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Unidade Responsável: 1261 – Secretaria de Estado de Educação

Finalidade: Ampliar as oportunidades educacionais dos estudantes do ensino médio público e gratuito com a expansão da sua jornada educativa diária para o mínimo de sete horas. Desenvolver o jovem em suas múltiplas dimensões, visando à formação de novas habilidades e conhecimentos, por meio de atividades diversificadas promovidas pela escola estadual.

Produto: Aluno atendido

Unidade de medida: Aluno

Público-alvo: Alunos

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 200/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 11 – Gestão de Trânsito –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Geraldo Luís Andrade (Câmara Municipal de Viçosa), Scheilla Cardoso Pereira de Andrade, Amanda Fernanda Gontijo, Hamilton Rodrigues da Silva (Instituto Médico-Legal – IML), Marcelo Palhares Dutra, Tatiane Silva Braga (Instituto Médico-Legal – IML), Renato da Silva Adriano, Roberta de Mesquita Ribeiro (Defensoria Pública de Minas Gerais), Tifanie Avellar Carvalho (Defensoria Pública de Minas Gerais), José Maria dos Santos Júnior (Secretaria de Estado de Educação), Marcela Versiani Apolinário (Departamento de Trânsito de Minas Gerais), Angela Furtado Braga.

Proposta 144:

Garantir, nas áreas de realização de exames para habilitação, condições de conforto e higiene para os cidadãos e agentes públicos envolvidos no processo.

Proposta 164:

Alterar finalidade e metas física e financeira do território metropolitano da Ação 4296

Finalidade: Registrar, fiscalizar e controlar o processo de formação, aperfeiçoamento, reciclagem e suspensão de condutores e registrar, emplacar e licenciar veículos no âmbito do Estado

Meta física: 8.494.538 (aumento de 934.907)

Meta financeira: R\$ 28.166.496,00 (aumento de R\$3.100.000,00)

Território: Metropolitano

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 164: Para conferir maior capilaridade às ações do Departamento de Trânsito do Estado de Minas Gerais, faz-se necessária a aquisição de ônibus para atender a Comissão Examinadora de Trânsito, de equipamentos de informática e tecnologia e mobiliário adequado, possibilitando maior eficiência nas políticas de trânsito do Estado.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 201/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 67 – Planejamento, Gerenciamento e Fiscalização de Serviços e Infraestrutura de Transportes –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Geraldo Luís Andrade (Câmara Municipal de Viçosa), Junior José da Silva.

Proposta 145: Criação de Ação nova

Nome: Segurança preventiva e ostensiva na estrutura do transporte público metropolitano.

Finalidade: Firmar convênio entre a PMMG e a Setop para que a PMMG realize as ações preventivas e ostensivas na estrutura do transporte público metropolitano (ônibus, estações e terminais).

Produto: Segurança na estrutura do transporte público metropolitano.

Território: Metropolitano.

Proposta 146: Intensificar a fiscalização sobre o transporte público municipal, metropolitano e intermunicipal com relação à parada nos pontos de ônibus para embarque dos idosos.

Há registro de reclamações de linhas de transporte público que não param nos pontos de ônibus para os idosos.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 202/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 79 – Estradas de Minas: Infraestrutura Logística –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Geraldo Luís Andrade (Câmara Municipal de Viçosa), Junior José da Silva, Florisbela Alves Mourão.

Proposta 147

Na Ação 4184: Pavimentação da estrada MG-416 e LMG-744, que liga o Município de Peçanha a Coroaçi.

Meta física/ano: 1/2018; 1/2019

Meta financeira/ano: R\$34.000.000,00/2018; R\$34.000.000,00/2019

Proposta 148

Na Ação 4185: Finalização do projeto da rodovia estadual que liga Sabará à BR 381.

Meta física/ano: 1/2018; 1/2019

Meta financeira/ano: R\$420.000,00/2018; R\$420.000,00/2019

Proposta 149

Na Ação 4186: Construção de uma passarela e instalação de radar na BR-120 no Bairro Silvestre, em Viçosa.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular.

Justificação: Proposta 149: Na região há duas instituições de ensino, variado número de comércio e moradores.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 203/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 66 – Desenvolvimento e Integração da Infraestrutura de Transportes –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Geraldo Luís Andrade (Câmara Municipal de Viçosa), Junior José da Silva.

Proposta 150:

Na Ação 1034: Alteração da finalidade da ação para Construir, reformar, ampliar, manter e melhorar a infraestrutura de transporte coletivo rodoviário de passageiros, objetivando a manutenção do bom estado de conservação do patrimônio implantado e a regularidade dos serviços no Estado e o fortalecimento da segurança dos usuários do transporte público metropolitano, e alteração das metas físicas e financeiras conforme a seguir:

- Para "segurança dos terminais e estações do Move Metropolitano":

Meta física/ano: 3/2018; 2/2019; 2/2020 e 2/2021

Meta financeira/ano: R\$1.500.000,00/2018; R\$1.500.000,00/2019; R\$1.500.000,00/2020 e R\$1.500.000,00/2021

- Para "modernização tecnológica da fiscalização do transporte público metropolitano":

Meta física/ano: 1/2018

Meta financeira/ano: R\$50.000,00/2018

- Para "instalação dos monitores com os quadros de horários das linhas alimentadas em todos os terminais do Move Metropolitano":

Meta física/ano: 1/2018

Meta financeira/ano: a definir, de acordo com estudo Setop

Proposta 151: Criação de nova ação

Nome: Interligar as câmeras das estações do Move Metropolitano

Finalidade: Conectar as câmeras já existentes das estações do Move Metropolitano ao sistema de monitoramento da PMMG.

Produto: Segurança do transporte público metropolitano

Público-alvo: Usuários do transporte público metropolitano

Meta física: número de estações do move metropolitano que não dispõem desse sistema

Meta financeira: a definir após estudo da Setop

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 204/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 3 – Gestão Estratégica da Investigação Criminal –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Renato da Silva Adriano, Roberta de Mesquita Ribeiro (Defensoria Pública de Minas Gerais), Tatiane Silva Braga (Instituto Médico-Legal – IML), Scheilla Cardoso Pereira de Andrade, Hamilton Rodrigues da Silva (Instituto Médico-Legal – IML), Tifanie Avellar Carvalho (Defensoria Pública de Minas Gerais), Amanda Fernanda Gontijo, Marcelo Palhares Dutra, Marcela Versiani Apolinário (Departamento de Trânsito de Minas Gerais), José Maria dos Santos Júnior (Secretaria de Educação de Minas Gerais), Angela Furtado Braga.

Proposta 152:

Alteração da meta financeira da Ação 4003

Meta financeira: R\$500.000,00, sendo R\$300.000,00 para verba de capital e R\$200.000,00 para verba de custeio

(Aquisição de materiais específicos para o atendimento mais digno e humano às vítimas de violência sexual, como mesas ginecológicas, focos ginecológicos, entre outros materiais necessários)

Territorialização: Multiterritorial

Proposta 160:

Alteração de finalidade e das metas física e financeira do território metropolitano da Ação 4006

Finalidade: Promover a identificação civil e criminal no âmbito do Estado, inclusive com o aparelhamento do Instituto de Identificação para a realização de comissões volantes em locais com demanda reprimida de emissões de carteira de identidade.

Meta física: 665.415 (acréscimo de 120.192)

Meta financeira: R\$527.656,00 (aumento de R\$200.000,00 para aquisição de *van* adaptada para realização de comissões volantes de emissão de carteiras de identidade em todo o Estado.

Proposta 161:

Alteração da meta financeira do território metropolitano da Ação 4003

Meta financeira: Acréscimo de R\$900.000,00 de verba de capital para aquisição de equipamentos para análise toxicológica com maior precisão e eficiência.

Território: Metropolitano

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 152:

Humanização do atendimento às vítimas de crimes sexuais por meio da aquisição de equipamentos e materiais que permitam um atendimento mais digno.

Proposta 160:

Necessidade de reaparelhamento do Instituto de Identificação para melhor realização das comissões volantes de emissão de carteiras de identidade. Comissão volante é um grupo de servidores do instituto que, munidos dos equipamentos necessários, se deslocam para localidades que tenham demanda reprimida de emissão de carteiras de identidade. Essas comissões atendem, também, os fóruns regionais de governo.

Proposta 161:

Aquisição de equipamentos de laboratório para realização de exames toxicológicos em drogas e em tecidos humanos com maior qualidade com vistas a aprimorar o atendimento.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 205/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 138 – Modernização e Preservação da Infraestrutura Cultural –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Luciana Maria Santos Gonçalves (Teatro Negro e Atitude), Patricia Cristiane de Souza Ferreira (Prefeitura Municipal de Bocaiuva), Andrette Ferraz Bizerra (Associação da Criança e do Adolescente), Cristina Gonçalves de Aguiar (Associação da Criança e do Adolescente), Jardel Mendes Ferreira, Geomario Soares de Aguiar (Câmara Municipal de Fronteira dos Vales), Miguel Canguçu Alves (Câmara Municipal de Fronteira dos Vales), Lusiene Alves Lopes (Associação Papa João XXIII), Jorge Armando Soares Ribeiro, Antônio Carlos Ferreira (Associação Cultural C. S. Produz Ação Cênica), Moisés Quintão Faria, Maria Madalena Rodrigues da Silva (Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais), Adilson Borges dos Santos (Secretaria de Cultura), Tais Teonilia Ferreira, Marco Aurélio Faria Coelho (Associação Emcantar de Arte, Educação, Cultura e Meio Ambiente), José Carlos Neres de Assis (Associação Habitacional do Sul de Minas), Leon Felipe da Silva, Sula Kyriacos Mavrudis (Rede de Apoio ao Circo), Nilton César da Silva (Associação Cultural Casa do Beco).

Proposta 153: Alteração da finalidade e das metas física e financeira do programa.

Alteração da finalidade para: "Implantar, implementar, modernizar, preservar e manter espaços e grupos culturais geridos por entidades sem fins lucrativos e municípios, visando fortalecer identidades culturais no estado de Minas Gerais".

Acréscimo na meta física: 10 projetos

Acréscimo da meta financeira: R\$ 2.726.131,13.

Proposta 4: Ação 4345 – Acréscimo de R\$80.000,00 à meta financeira.

Proposta 212: Ação 4345 – Aumento das metas física e financeira do território metropolitano para adequação e reforma de prédio para instalação da Casa dos Artistas de Minas Gerais, em Belo Horizonte

Acréscimo meta física: 1

Acréscimo meta financeira: R\$ 300.000

Proposta 213: Ação 4345 – Aumento das metas física e financeira do território metropolitano para implementação do Centro de Referência do Circo, em Belo Horizonte.

Acréscimo meta física: 1

Acréscimo meta financeira: R\$250.000,00

Proposta 221: Ação 4345 – Aumento das metas física e financeira do território Norte para implementação do Centro Cultural de Bocaiuva, nesse município.

Acréscimo meta física: 1

Acréscimo meta financeira: R\$250.000,00

Proposta 223: Ação 4345 – Aumento das metas física e financeira do território metropolitano para manutenção do espaço Casa do Beco, de Belo Horizonte

Acréscimo meta física: 1

Acréscimo meta financeira: R\$350.000,00

Proposta 225: Ação 4345 – Aumento das metas física e financeira do território metropolitano para manutenção do espaço cultural Cor(tição), de Belo Horizonte.

Acréscimo de meta física: 1

Acréscimo de meta financeira: R\$250.000,00

Proposta 228: Ação 4345 – Aumento das metas física e financeira do território metropolitano para manutenção do espaço cultural Casarão Cultura, Arte e Cidadania, do município de Confins

Acréscimo meta física: 1

Acréscimo meta financeira: R\$250.000,00

Proposta 229: Ação 4345 – Aumento das metas física e financeira do território Triângulo Norte para implantação de um centro cultural na cidade de Araguari.

Acréscimo meta física: 1

Acréscimo meta financeira: R\$300.000,00

Proposta 230: Ação 4345 – Aumento das metas física e financeira do território Sul para criação do Museu Tecnológico do Café, no município de Alfenas.

Acréscimo meta física: 1

Acréscimo meta financeira: R\$300.000,00

Proposta 231: Ação 4345 – Aumento das metas física e financeira do território metropolitano para manutenção da sede da Associação Movimento Teatro de Grupo MG, no município de Belo Horizonte.

Acréscimo meta física: 1

Acréscimo meta financeira: R\$300.000,00

Proposta 232: Ação 4345 – Aumento das metas física e financeira do território sudoeste para criação de um museu das profissões a ser instalado na casa da cultura na cidade de Piumhi

Acréscimo meta física: 1

Acréscimo meta financeira: R\$200.000,00

Proposta 233: Ação 4345 – Aumento das metas física e financeira do território metropolitano para reforma do Centro Cultural de Juruiaia, nesse município.

Acréscimo meta física: 1

Acréscimo meta financeira: R\$150.000,00

Proposta 264: Ação 4345 – Acréscimo da meta física do território Norte em mais 2 e acréscimo da meta financeira em mais R\$560.000,00, para reforma do Centro Cultural Hermes de Paula e Sala Geraldo Freire em Montes Claros – MG e reforma do Centro Cultural Anísio dos Santos em Porteirinha.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 4: Adequação da Casa do Artesão do Jequitinhonha, como forma de incentivo e manutenção da produção artesanal do município do Jequitinhonha. A Casa do Artesão tem a coordenação da Associação dos Artesãos do Jequitinhonha – AAJ – e agrega 45 artesãos em cerâmica, couro, madeira, tecelagem, trabalhos manuais, entre outros. A proposta é ampliar o espaço de produção da casa, uma vez que as atividades aumentaram e o espaço ficou pequeno. Serão beneficiados pela ação 45 famílias.

Proposta 212: Adequação e reforma do Prédio da Secretaria de Estado da Educação, situado no endereço Avenida Amazonas, 5.855, em Belo Horizonte, para que ali se instale a Casa dos Artistas de Minas Gerais. O espaço se destinará a apoiar e atender artistas e técnicos, grupos artísticos e agentes culturais da região metropolitana e das diversas regiões do Estado de Minas Gerais em trânsito para reuniões, apresentações ou por motivo de desemprego e vulnerabilidade. A estrutura do prédio compõe-se de 200 apartamentos, cantina, jardim e ainda espaçoso *foyer*. A primeira fase pretende adequar 30 apartamentos e cantina.

Proposta 213: O Centro de Referência do Circo, a ser situada na antiga estação do trem da Gameleira, terá por finalidade garantir os direitos fundamentais dos circenses itinerantes e ao mesmo tempo garantir aos cidadãos o acesso à cultura e arte circenses.

Disponibilizando local adequado para a montagem dos circos, realização de espetáculos, escola municipal de circo, biblioteca e videoteca especializados, museu do circo e galeria, oferecerá cursos e oficinas, realizando festivais, mostras e seminários. Além disso oferecerá suporte jurídico às famílias circenses e apoio na luta pelos seus direitos aos sistemas de saúde, educação e assistência social.

Proposta 221: Para fortalecer a identidade cultural da cidade e microregião.

Proposta 223: O centro Cultural Casa do Beco completa, em 2018, 22 anos de trabalhos ininterruptos no Morro do Papagaio. É o único espaço cultural existente na comunidade do aglomerado Santa Lúcia, Morro do Papagaio (com 46.000 habitantes) que disponibiliza programação pedagógica e cultural para os moradores do Morro e de toda a cidade. A instituição é um Ponto de Cultura e integra a Rede Latino-americana de Teatro Comunitário. Os recursos serão utilizados para o Grupo do Beco, grupo teatral profissional que monta espetáculos sobre realidades sociais; Cia. Movimento do Beco, coletivo de dança que pesquisa movimentos de rua e contemporâneo; programação cultural da instituição e circulação artística do seu repertório na RMBH; manutenção da Cia. de teatro Entre Elas, composta por mulheres do morro que atuam a própria história no palco; manutenção estrutural do espaço físico e pagamento de pessoal, gestão e equipamentos. – Nil César, coordenador: 31999403487 – coordenacao.beco@gmail.com

Proposta 225: Este valor será para custear despesas de manutenção e custeio do espaço como aluguel, pagamento dos prestadores de serviço, cachê de oficinas e espetáculos, reforma de equipamentos, custos administrativos, contabilidade, cursos de capacitação e formação, reformas de cenário e figurino. A região de Venda Nova tem 41 bairros e 5 microrregiões, e é carente arte e cultura. Há apenas um centro cultural na região, que não atende à demanda cultural. O Espaço Cor(tição) é um espaço de fruição, difusão da arte negra, periférica e política. Um espaço artístico e de lazer que oferta atividades de capacitação, formação e criação do fazer cultural e apresenta espetáculos/mostras de artes cênicas, artes visuais, artes plásticas e de música. O espaço foi reconhecido como Ponto de Cultura em 2010.

Proposta 228: O espaço Casarão Cultura, Arte e Cidadania existe desde 2001, e desde 2013 atua no município de Confins ofertando ações de formação, qualificação e capacitação de atividades artísticas por meio das artes integradas no municípios, que não conta com outros equipamentos culturais.

Proposta 229: A proposta decorre da ausência de equipamento cultural com infraestrutura adequada e ações estruturadas e continuadas para atendimento das demandas de produção dos artistas e grupos culturais de Araguari, bem como promover o acesso aos bens culturais para a população da cidade e região. Os recursos serão utilizados para a implantação de centro cultural equipado com um teatro de 300 lugares, 4 salas de formação, estúdio fonográfico e galeria de artes.

Proposta 230: A cultura e o cultivo do café estão intrinsecamente inseridos nos contextos municipal e regional. Falar do cultivo do café é falar do povo e de toda a tradição sul-mineira. O museu será instalado no prédio que atualmente abriga a Casa da Cultura, antiga Estação Ferroviária de Alfenas, que será reformado e revitalizado de forma a preservar o patrimônio histórico e cultural. O projeto está orçado em R\$ 650.000,00, dos quais R\$ 350.000,00 serão alocados pelo município de Alfenas e pelo setor cafeeiro.

Proposta 231: A instituição, que atua desde 1992, oferta ações de capacitação, formação e fomento ao teatro de grupos em MG. Por meio dessas ações são realizados Mostra Estação em Movimento, o Encontro Estadual de Grupos e a publicação da revista Ensaio Aberto.

Proposta 232: Sugere-se a criação de museu das profissões, ampliando o que já existe na Casa de Cultura do município. O objetivo é guardar a memória das profissões urbanas e rurais da região, proporcionando intercâmbio com escolas e a sociedade em geral.

Proposta 233: O Centro Cultural de Juruiaia está fechado a oito anos por falta de recursos para a reforma do imóvel, condição necessária para sua reabertura. O município não possui outro equipamento cultural ou espaço onde possam ser desenvolvidas suas atividades culturais.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 206/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 135 – Democratização do Acesso à Cultura –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Jaqueline Ferreira Freitas, Daniel Ramos, Alessandro Rodrigues dos Santos (Prefeitura Municipal de Carlos Chagas), Gustavo Ferreira Silva, Klaiton de Sousa Silva, Kennedy de Souza Costa (Grupo de Teatro Jovens Cênicos), Gladys Cristina de Oliveira (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Vinicius Jose Neves (Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Mucuri), Sinara Caroline Teles Rodrigues (Cóccix Companhia Teatral), Geraldo Ângelo Octaviano de Alvarenga, Brenda Campos de Oliveira Freire (Insensata Cia de Teatro), Clevis Emanuel F. D., Davi Cesário Tadeu, Clécio Lima de Oliveira (Teatro Negro e Atitude), Ivani Maria de Souza, Bruno Tripoloni Batista (Associação do Circuito Montanhas Cajueiras), João Camilo Campos de Oliveira Torres (Câmara Mineira do Livro), Amanda Araujo Sacchetto Martins Jacoe, Marcos Roberto do Nascimento, Pedro Roberto da Silveira (Prefeitura Municipal de Monte Santo de Minas), Tais Teonilia Ferreira, Júnia Torres, Gilmar de Souza Oliveira (Escola Família Agrícola Paulo Freire), Rozana Soares dos Santos (Instituto Cultural Valemias), José Geraldo de Almeida (Secretaria Municipal de Cultura), Nassim Pereira Guerra (Grupo Teatral Amador Sol), Juliana de Conte Macedo (Associação Cultural Pequeno Príncipe), Vilmar Oliveira de Jesus (Instituto Cultural Valemias), Natalice Vieira da Silva (Mãos de Minas), Geraldo Luís Andrade (Câmara Municipal de Viçosa), Monica Rodrigues Teixeira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Vanessa Sousa de Paula (Associação do Circuito Montanhas Cajueiras), Rogério Gomes dos Santos (Cóccix Companhia Teatral), Marcos Túlio Damascena (Borrachaliteca de Sabará), Angela Fonseca Pego, Guilherme Augusto de Lima (Associação do Circuito Montanhas Cajueiras), Patrícia Fonseca Alencar (Central Unica das Favelas Minas), Cibelle Almeida Viana (Câmara Municipal de Carlos Chagas), Erlandio Nunes da Silva, José Romário Rodrigues da Silva.

Proposta 155: Ação 4342 – Alteração de finalidade para: "Implementar políticas públicas de democratização do acesso à leitura, cultura e informação, incentivando a criação, manutenção e estruturação de bibliotecas públicas municipais e comunitárias" e aumento de meta financeira para R\$716.960,00, sem alteração da meta física.

Proposta 157: Ação 4302 – Incluir os Territórios “Médio e Baixo Jequitinhonha” e “Alto Jequitinhonha”, com meta física de 2 unidades para o primeiro e 1 unidade para o segundo. Meta financeira de R\$ 190.000,00 para o primeiro e de R\$ 95.000,00 para o segundo.

Na finalidade, alterar o texto para: “Realizar programas, projetos e ações que incentivem os debates de diversos temas culturais e a fruição de acervos nos diversos territórios”.

Proposta 209: Ação 4465 – Incremento em 100% das metas física e financeira da ação no território "multiterritorial", com vistas a ampliar as ações de capacitação e treinamento de gestores de bibliotecas em bibliotecas públicas e comunitárias.

Proposta 210: Ação 4302 – Alteração das metas físicas e financeiras da ação para viabilizar a realização de um Encontro de Conselhos Municipais de Cultura, em 2018, através do Consec.

Acréscimos:

meta física – 2

meta financeira – R\$50.000,00.

Proposta 222: Ação 4302 – Meta financeira: alterar para R\$ 150.000,00.

Proposta 226: Criar ação que preveja janela orçamentária para implementação das ações aprovadas no Plano estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas de MG, em via de ser criado e aprovado para ser implementado em 2018.

Proposta 227: Criação de ação

Nome: Encontro Nacional de Mulheres em Minas Gerais: com foco nas favelas, quilombos, terreiros e periferias

Finalidade: Fomentar e apoiar iniciativas culturais de forma a promover a igualdade de gênero.

Meta financeira: R\$200.000,00

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular.

Justificação: Proposta 155: Ausência de apoio formal às bibliotecas comunitárias e necessidade de manutenção e modernização das bibliotecas públicas e comunitárias.

Proposta 157: O Instituto Sociocultural Valemais tem trabalhado na perspectiva de criação de redes dos diversos segmentos culturais no Vale do Jequitinhonha. Já realizamos dois seminários "Tecendo a rede Jequitinhonha Cultural", que é um espaço para discussão entre sociedade civil, governo, atores culturais, etc, na busca de diálogo para elaboração, sugestões e planejamento que culminem na organização dos diversos setores culturais. Manter esse trabalho é de fundamental importância para valorizar e estimular as diversas manifestações culturais.

Proposta 209: Viabilizar a melhoria na gestão dos equipamentos e no atendimento aos leitores/usuários.

Proposta 210: Iniciar a integração das informações culturais nos territórios, possibilitando, através do Consec, a criação de uma rede dos conselhos municipais de cultura, estimulando as redes culturais regionais.

Proposta 222: Garantir a manutenção e o financiamento das atividades do Consec, de forma a fortalecer e descentralizar sua atuação, permitindo a realização de reuniões nos territórios de desenvolvimento, bem como de suas câmaras temáticas.

Proposta 226: O PELLB será finalizado em novembro de 2017 e implementado em 2018, e para que se torne possível a implementação de suas ações é preciso criar previsão orçamentária ou uma janela no orçamento.

Proposta 227: Fortalecer, divulgar, valorizar, estimular a produção cultural feminina, ampliando o debate e sua capilaridade, com o fim de superar a disparidade de gênero, desta forma representando a pluralidade da identidade nacional a partir do território mineiro.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 207/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 211 – Escolas Sustentáveis –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Diva Moreira (Instituto Pauline Reichstul), Liliane Maria Barbosa da Silva Resende (Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais), Warley Fabiano Santos, Diego Severino Rossi de Oliveira (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

Proposta 158:

Programa 211

No campo “Área x Objetivos estratégicos”, modificar o texto como se segue: “Universalizar o atendimento escolar nas etapas e modalidades prioritárias, conforme disposto no art. 10, IV, da Lei Federal nº 9.394, de 20/12/1996, com atenção especial para a população jovem”.

Proposta 184:

Ação 4572 – Finalidade: trocar "alunos" por "educandos"

Produto: alterar para "Educando atendido"

Unidade de medida: alterar para "Educando"

Público-alvo: alterar para "Educandos"

Meta financeira: alterar para R\$313.000,00

Proposta 186:

Ação 4609 – Finalidade: suprimir o termo "parcialmente" e trocar "aluno" por "educando".

Produto: alterar para "Educando atendido"

Unidade de medida: alterar para "Educando"

Público-alvo: alterar para "Educandos"

Meta financeira: alterar para R\$350.000,00 (acréscimo de R\$ 32.000,00)

Proposta 188:

Ação 4638 – Finalidade: suprimir o termo "em consonância com as estratégias 7.12, 7.15, 7.20 e 7.22A da Meta 7 do PNE (aprendizado adequado na idade certa)".

Público-alvo: alterar para "Educandos".

Proposta 189:

Ação 4643 – Finalidade: alterar o texto para "Garantir o funcionamento adequado das unidades educacionais do ensino fundamental, por meio do provimento adequado de infraestrutura física, operacional, de segurança e acessibilidade (obras, mobiliários e equipamentos), em atendimento ao disposto no Parecer CNE/CEB nº 8, de 5 de maio de 2010. E cooperando para o atendimento da Estratégia 7.18 do Plano Nacional de Educação".

Público-alvo: alterar para "Educandos"

Proposta 190:

Ação 4644 – Finalidade: excluir o termo “(Aprendizado adequado na idade certa)”

Público-alvo: alterar para “Educandos”

Proposta 192:

Ação 4645 – Finalidade: alterar o texto para “Garantir o funcionamento adequado das unidades educacionais do ensino fundamental, por meio do provimento adequado de infraestrutura física, operacional, de segurança e acessibilidade (obras, mobiliários e equipamentos), em atendimento ao disposto no Parecer CNE/CEB nº 8, de 5 de maio de 2010 e cooperando para o atendimento da Estratégia 7.18 do Plano Nacional de Educação”.

Público-alvo: alterar para “Educandos”

Proposta 194:

Ação 4646 – Finalidade: alterar o texto para “Prover ensino médio público e gratuito de forma a universalizar o acesso, melhorar a proficiência dos alunos e as taxas de conclusão, com eficiência no uso dos recursos disponíveis.”

Público-alvo: alterar para “Educandos”

Proposta 217:

Ação 4638 – Finalidade: substituir a expressão “tecnologias digitais educacionais” por “tecnologias digitais, da eletrônica, da robótica e da programação”.

Proposta 219:

Ação 4644 – Alteração da meta física para “1.334”

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 208/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 212 – Valorização e Formação dos Profissionais da Educação –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Diva Moreira (Instituto Pauline Reichstul), Liliane Maria Barbosa da Silva Resende (Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais), Warley Fabiano Santos, Diego Severino Rossi de Oliveira (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), Conrado Ramos Rezende (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), Carolina Abreu Albuquerque, Fabio Proença de Carvalho (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

Proposta 159:

Programa 212

No objetivo do Programa, trocar a expressão “por meio de programas presenciais, semipresenciais e virtuais” por “na perspectiva de cumprimento da meta 17 do Plano Nacional de Educação”.

Proposta 196:

Na Ação 2070 –

Na finalidade, alterar o texto para: “Orientar e conscientizar os profissionais de educação da rede estadual de ensino quanto às doenças relacionadas ao exercício de sua profissão, eliminar ou minimizar sinais e sintomas dessas doenças; prevenir a ocorrência dessas doenças; acompanhar a evolução da saúde dos profissionais da educação e contribuir para a satisfação pessoal e profissional da rede estadual de ensino e orientá-los sobre seus direitos e procedimentos a serem adotados nos casos de acidentes de trabalho.”.

Proposta 197:

Na Ação 2081 – Na finalidade, alterar o texto para: "Qualificar o servidor por meio de curso de educação profissional, extensão, aperfeiçoamento, superior, pós-graduação, mestrado e doutorado que contribuam para a melhoria da qualidade e da eficiência dos serviços públicos prestados ao cidadão. Elaborar plano estratégico de formação continuada dos professores de educação básica com participação desse segmento e demais atores envolvidos, com base em diagnóstico referente às necessidades formativas e no plano estratégico nacional, em conformidade como Decreto Federal nº 8.752, de 2016, que dispõe sobre a política nacional de formação dos profissionais da educação básica, na perspectiva das metas 15 e 16 do PNE."

Proposta 198:

Na Ação 2134 – Na finalidade, acrescentar ao final do texto a expressão “com cumprimento do disposto na Lei Estadual Nº 21.710 de 30/6/2015, na perspectiva da meta 17 do Plano Nacional de Educação”.

Proposta 199:

Na Ação 2135 – Na finalidade, acrescentar ao final do texto a expressão “com cumprimento do disposto na Lei Estadual nº 21.710 DE 30/6/2015, na perspectiva da meta 17 do Plano Nacional de Educação”.

Proposta 200:

Na Ação 2136 – Na finalidade, acrescentar ao final do texto a expressão “na perspectiva da meta 17 do Plano Nacional de Educação”.

Utilizar recursos da cota estadual do salário-educação, em conformidade com o Processo nº 958.246 do TCE/MG.

Proposta 201:

Na Ação 2137 – Na finalidade, acrescentar ao final do texto a expressão “na perspectiva da meta 17 do Plano Nacional de Educação”.

Alterar o total das metas financeiras para:

2018 – R\$1.188.942.377,00

2019 – R\$1.230.411.104,00

2020 – R\$1.242.469.132,00

2021 – R\$1.254.645.329,00.

Utilizar recursos da cota estadual do salário-educação, em conformidade com o Processo nº 958.246 do TCE/MG.

Proposta 202:

Na Ação 2138 – Na finalidade, acrescentar ao final do texto a expressão “na perspectiva da meta 17 do Plano Nacional de Educação”.

Alterar a meta física para 9.001 e o total das metas financeiras para:

2018 – R\$279.622.877,00

2019 – R\$347.498.612,00

2020 – R\$350.844.513,00

2021 – R\$354.222.643,00.

Proposta 203:

Na Ação 2140 – Na finalidade, acrescentar ao final do texto a expressão “na perspectiva da meta 17 do Plano Nacional de Educação”.

Alterar a meta física para 7.612.

Utilizar recursos da cota estadual do salário-educação, em conformidade com o Processo nº 958.246 do TCE/MG.

Proposta 204:

Na Ação 2142 – Na finalidade, acrescentar ao final do texto a expressão “na perspectiva da meta 17 do Plano Nacional de Educação”.

Alterar a meta física para 1.339

Alterar total das metas financeiras para:

2018 – R\$32.882.063,00

2019 – R\$33.204.307,00

2020 – R\$33.529.710,00

2021 – R\$33.858.301,00.

Proposta 206:

Na Ação 2143 – Na finalidade, acrescentar ao final do texto a expressão “na perspectiva da meta 17 do Plano Nacional de Educação”.

Alterar a meta física para 55.727

Alterar o total das metas financeiras para:

2018 – R\$2.028.693.643,00

2019 – R\$1.953.563.290,00

2020 – R\$1.972.708.212,00

2021 – R\$1.992.040.752,00.

Proposta 207:

Na Ação 2144 – Na finalidade, acrescentar ao final do texto a expressão “na perspectiva da meta 17 do Plano Nacional de Educação”.

Alterar a meta física para 126.798

Alterar o total das metas financeiras para:

2018 – R\$4.823.303.259,00

2019 – R\$5.290.203.173,00

2020 – R\$5.338.334.172,00

2021 – R\$5.386.901.955,00.

Proposta 208:

Criação de ação

Nome: Pesquisa sobre o adoecimento nas escolas

Finalidade: Realizar pesquisa para conhecer a realidade do adoecimento nas escolas públicas estaduais, a partir das estatísticas disponíveis em órgãos governamentais, sindicatos e pesquisa de campo. Conhecer e analisar as causas do adoecimento nas escolas a partir das seguintes causas: pedagógica, psicológica, alimentar, médica, farmacológica, urbano arquitetônica, fisiologia motora e de políticas públicas.

Produto: pesquisa realizada

Unidade de medida: pesquisa

Público: toda a comunidade escolar, pais, mães, servidores e servidoras dos centros de saúde.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 209/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 726 – Acesso à Justiça –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Marcelo Palhares Dutra, Tatiane Silva Braga (Instituto Médico-Legal – IML), Renato da Silva Adriano, Roberta de Mesquita Ribeiro (Defensoria Pública de Minas Gerais), Tifanie Avellar Carvalho (Defensoria Pública de Minas Gerais), José Maria dos Santos Júnior (Secretaria de Educação de Minas Gerais), Marcela Versiani Apolinário (Departamento de Trânsito de Minas Gerais), Angela Furtado Braga.

Texto: Alteração da finalidade, do produto, da unidade de medida e da meta financeira da Ação 1099

Finalidade: Implantar e estruturar defensorias especializadas, núcleos da Defensoria Pública e Central de Relacionamento do Cidadão – CRC –, com o objetivo de possibilitar maior humanização dos atendimentos, com a redução das filas de espera, por meio do sistema de agendamento, tendo em vista o atendimento aos públicos considerados prioritários por sua vulnerabilidade social, como mulheres, idosos, crianças, adolescentes, consumidores, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, LGBTs, quilombolas, negros, índios, povos e comunidades tradicionais, pessoas privadas de liberdade, egressos do sistema prisional, etc.

Produtos: Defensoria Especializada, Núcleo e Central de Relacionamento do Cidadão – CRC – implantado ou estruturado

Unidade de medida: Defensoria Especializada/ Núcleo/Central de Relacionamento do Cidadão – CRC

Meta financeira: aumento de R\$1.000,00 para R\$800.000,00 (para a criação da Central de Relacionamento do Cidadão).

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais atende um número elevado de assistidos diariamente em todas as unidades. Nas unidades de Belo Horizonte, o atendimento mensal atinge a média aproximada de 13 mil pessoas. Esse expressivo número, aliado aos recursos humanos e estruturais atualmente existentes, faz com que o atendimento ainda não seja pretado de forma eficaz, uma vez que os cidadãos diariamente aguardam o atendimento na Defensoria em longas filas. Dessa forma, a Central de Relacionamento do Cidadão permitirá que cerca de 30% da população atendida seja direcionada para os órgãos adequados e que os outros 70 % sejam atendidos de forma mais humanizada e qualificada por meio do sistema de agendamento.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 210/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 4 – Infraestrutura e Logística da Polícia Civil –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Isabella Barbosa Anghinetti, Daniella Rodrigues Caldas Leite (Polícia Civil de Minas Gerais), Junior José da Silva, Gabriella Boechat Mattos, Arnaldo Gomes de Oliveira Filho.

Proposta 163:

Alterar a meta financeira da Ação 2004 para R\$1.840.000,00, em 2018, visando a aquisição dos seguintes veículos especiais:

2 vans para Instituto de Identificação no valor de R\$320.000,00 para ambas;

2 vans para Acadepol no valor de R\$320.000,00 para ambas;

1 ambulância para HPC no valor de R\$240.000,00;

2 veículos adaptados para transporte de cães no valor de R\$400.000,00 e

1 caminhão-baú no valor de R\$560.000,00

Regionalização: Multiterritorial.

Proposta 165:

Alterar as metas físicas e financeiras da Ação 2004 nos anos de 2018 – 2021 para troca gradativa de todas as viaturas da Polícia Civil, sendo:

Meta financeira:

Em 2018, 400 viaturas no valor de R\$30.000.000,00

Em 2019, 300 viaturas no valor de R\$23.000.000,00

Em 2020, 200 viaturas no valor de R\$7.600.000,00

Em 2021, 100 viaturas no valor de R\$7.600.000,00

Proposta 166:

Alteração na meta financeira da ação 2003.

Meta financeira: aumentar R\$280.000,00 em 2018 para reforma predial visando a implantação da Casa da Mulher Mineira para atendimento às mulheres vítimas de violência.

Meta física: 1

Local: Prédio anexo ao Instituto de Identificação, situado na Avenida Augusto de Lima, Barro Preto – Belo Horizonte.

Proposta 169:

Alteração da meta física e financeira da ação 2003 denominada "Gestão da Infraestrutura Predial".

Meta física: ampliar para 84 em cada ano (2018, 2019, 2020 e 2021)

Meta financeira: ampliar para R\$12.000.000,00 em cada ano (2018, 2019, 2020 e 2021)

Proposta 174:

Incluir nova ação denominada "Aparelhamento das unidades da polícia civil".

Meta financeira: R\$15.000.000,00 para 2018.

Meta física: 272 unidades (16 em cada um dos 17 territórios).

Produto: unidade de polícia aparelhada.

Regionalização: 17 Territórios

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 165:

A sugestão visa alteração de meta financeira para realizar a troca gradativa de todas as viaturas da polícia civil.

Proposta 169:

A sugestão visa realizar reforma predial das 84 unidades policiais do interior do Estado, para a melhoria das condições de trabalho e de atendimento ao cidadão.

Proposta 174:

A sugestão visa o aparelhamento das unidades da polícia civil (mobiliário, equipamento, informática e equipamento de uso administrativo) para a melhoria das condições de trabalho e atendimento ao cidadão, visto que as unidades da polícia civil estão em condições precárias, prejudicando a prestação de serviços à sociedade, especialmente no interior do Estado.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 211/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 203 – Prevenção Social à Criminalidade –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Mariete Gomes da Cunha, Gabriela Karine de Pinho Marques, Leandro Moreira Gonçalves, Dayana Maria da Fonseca, Bárbara Ellen Pereira da Costa, Hugo Leonardo Goes Bento, Mauri de Carvalho Braga, Maira Ferreira Bastos Ribeiro, David Ricardo Melo Pereira, Hermes Clementino Rocha Neto (Instituto Elo – Programa Mediação de Conflitos), Jacqueline Camilo Carneiro, Ronielle Lopes Caetano (Instituto Elo – Programa Mediação de Conflitos).

Proposta 167:

Incluir nova ação ao Programa 203 denominada "Intervenções temáticas locais sobre juvenicídio, racismo e feminicídio com jovens residentes nas localidades atendidas pelo programa Fica Vivo!"

Unidade Responsável: Secretaria de Estado de Segurança Pública

Finalidade: Fomentar a formação humana de jovens residentes em áreas com altos índices de criminalidade violenta no que diz respeito aos assassinatos de jovens, à violência de gênero e ao racismo, com fins de prevenção à criminalidade violenta, por meio da arte, do esporte, do lazer e da cultura.

Produto: Intervenções temáticas

Público-alvo: Jovens residentes em localidades atendidas pelas unidades de prevenção social à criminalidade de base local.

Territórios: Multiterritorial

Meta física: 33

Meta financeira: R\$165.000,00

Proposta 171:

Incluir nova ação ao Programa 203 denominada "Mediação comunitária"

Finalidade: Implementação de projetos voltados à promoção da participação social, visando a atuação de lideranças comunitárias com mediadores da prevenção à criminalidade.

Produto: Mediadores comunitários capacitados

Público-alvo: Moradores de territórios atendidos pela Política de Prevenção Social à Criminalidade

Valor total: R\$200.000,00

Unidade de medida: pessoa

Meta física: 330 mediadores formados

Regionalização: Multiterritorial

Proposta 173:

Incluir nova ação ao Programa 203 denominada "Grupos de responsabilização no âmbito da Lei Maria da Penha".

Finalidade: Implementação de atendimentos de pessoas por meio do grupo de responsabilização.

Produto: pessoas atendidas

Público-alvo: pessoas em cumprimento de medidas e alternativas penais

Meta física: 450 pessoas

Meta financeira: R\$150.000,00

Regionalização: Multiterritorial

Proposta 176:

Incluir nova ação ao Programa 203 denominada "Capacitação e mobilização de egressos do Sistema Prisional para inclusão profissional".

Finalidade: Desenvolver habilidades e competências com vistas à inserção no mundo de trabalho para o empoderamento socioprofissional do egresso.

Produto: Egressos atendidos

Público-alvo: Egressos do Sistema Prisional

Meta física: 500 pessoas atendidas

Meta financeira: R\$200.000,00

Unidade de medida: pessoas

Regionalização: Multiterritorial

Proposta 179:

O grupo de trabalho constituído por 12 pessoas representantes da sociedade civil, reconhece a importância do trabalho da Política de Prevenção Social à Criminalidade para a segurança pública em Minas Gerais e, diante disso, reitera a necessidade de que o valor de R\$ 32.197.530,00 (trinta e dois milhões, cento e noventa e sete mil quinhentos e trinta reais) seja disponibilizado à Secretaria de Estado de Segurança Pública no ano de 2018, a fim de que os atendimentos e atividades nas Unidades de Prevenção à Criminalidade — UPC's — sejam garantidos. Tal montante, refere-se às atividades básicas e ordinárias dos 4 (quatro) Programas que compõem a Política de Prevenção Social à Criminalidade: Fica Vivo!, Programa Mediação de Conflitos, Central de Acompanhamento de Pessoas e Medidas Alternativas e Programas de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional.

A sociedade civil aqui representante ressalta a necessidade de que dentro do orçamento seja garantido o aporte financeiro para a execução das Políticas de Prevenção Social à Criminalidade.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 167:

A ação proposta é justificada pela importância de estimular a crítica e a reflexão dos jovens residentes nos aglomerados e regiões periféricas com altos índices de criminalidade violenta quanto ao feminicídio, ao juvenicídio e ao racismo em linguagens que lhes são acessíveis – a arte, a cultura, o esporte e o lazer.

Proposta 171:

Necessidade de formar agentes mediadores multiplicadores da cultura de paz e dos princípios metodológicos do Programa Mediação de Conflitos, na perspectiva da segurança pública cidadã.

Proposta 173:

Com fins de desnaturalizar a violência doméstica, se faz necessária a intervenção junto aos agressores com vistas à descontinuidade sistêmica desta violência.

Proposta 176:

Promover ações que facilitam o emprego e o auto-emprego é importante devido ao estigma dos egressos do sistema prisional e à necessidade de geração de renda para resgatar e ressignificar o trabalho enquanto valor essencial. É imprescindível para a execução desta ação que sejam contratados egressos para atuação profissional nas unidades de prevenção à criminalidade.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 212/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 110 – Polícia Ostensiva –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Gabriella Boechat Mattos, Arnaldo Gomes de Oliveira Filho, Daniella Rodrigues Caldas Leite (Polícia Civil de Minas Gerais), Isabella Barbosa Anghinetti, Felipe Lopes Vieira Vasconcelos, Jacqueline Alves Alaminho (Centro de Referência de Assistência Social).

Proposta 170:

Alteração das metas física e financeira na ação 4066 denominada Prevenção e Proteção Escolar.

Meta física: 200 mil alunos/ano (2018, 2019, 2020 e 2021).

Meta financeira: ampliar para R\$ 1.000.000,00 (2018, 2019, 2020 e 2021)

Territorialização: multiterritorial

Proposta 172:

Alteração da meta financeira da ação 4271 denominada "policiamento ostensivo geral"

Meta financeira: acréscimo de R\$ 25.153.680,00 em 2018 para ampliação do Projeto Segurança Comunitária (bases móveis)

Territórios: Metropolitano

Proposta 175:

Alteração de territorialização, metas físicas e financeiras da ação 1026 – Modernização do sistema de Comunicação Operacional na PMMG.

- Para 2018:

Acrescentar os territórios Baixo e Médio Jequitinhonha, Norte e Mucuri, com meta financeira de R\$20.000.000,00, dividida igualmente entre eles, no ano de 2018.

Acrescentar os territórios Sudoeste e Sul, com meta financeira de R\$17.000.000,00, dividida igualmente entre eles, no ano de 2018.

- Para 2019:

Acrescentar os territórios Triângulo Norte e Sul, com meta financeira de R\$14.000.000,00, dividida igualmente entre eles, no ano de 2019.

- Para 2020:

Acrescentar o território Zona da Mata, com meta financeira de R\$10.000.000,00, no ano de 2020.

- Para 2021:

Acrescentar o território Noroeste, com meta financeira de R\$8.000.000,00, no ano de 2021.

Metas físicas a definir.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 170:

A sugestão visa ampliar a meta física e financeira do Programa Educacional de Resistência às Drogas – Proerd – para 200 mil alunos/ano e incrementar os recursos didáticos disponibilizados para os alunos das escolas públicas de todo o Estado.

Proposta 172:

A sugestão visa ampliar o Projeto Segurança Comunitária, por meio, inclusive, pela implantação de 80 bases móveis para RMBH. O objetivo é reduzir os índices de criminalidade e aumentar a sensação de segurança da população.

Proposta 175:

A sugestão visa ampliar a meta física para as regiões fronteiriças do Estado, de modo a bloquear a ação de criminosos oriundos de outros entes federados. A proposta visa, ainda, atender as exigências da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel – acerca da necessidade de digitalização da rede de rádio da Polícia Militar de Minas Gerais.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 213/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 80 – Promoção de Defesa Civil –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Felipe Lopes Vieira Vasconcelos, Jaqueline Ferreira Freitas, Daniella Rodrigues Caldas Leite (Polícia Civil de Minas Gerais), Isabella Barbosa Anghinetti, Gabriella Boechat Mattos.

Proposta 177:

Alteração da meta financeira na Ação 2093 denominada Reforma e Ampliação de Unidades Prediais do CBMMG

Meta financeira: acrescentar R\$1.750.000,00 em cada ano (2018, 2019, 2020 e 2021).

Proposta 181:

Alterar a metas financeira da ação 4473 denominada "combate a sinistros, prevenção, proteção e defesa civil"

Meta financeira: acrescentar R\$ 2.200.000,00 em cada ano (2018, 2019, 2020 e 2021).

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 177:

A sugestão visa reformar uma fração do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais localizada em Belo Horizonte, na região de Venda Nova.

Proposta 181:

A sugestão visa aumentar o investimento em viaturas de combate a incêndio e, assim, possibilitar a abertura de mais três unidades do Corpo de Bombeiros Militar Minas Gerais em atendimento a três cidades.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 214/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 204 – Rompimento da Trajetória Infracional dos Adolescentes do Estado –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Rômulo Francisco de Souza Assis (Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo do Estado de Minas Gerais), Israel Júnio Belo de Oliveira Andrade (Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo do Estado de Minas Gerais), Tiago Wylker Alves Barroso (Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo da Secretaria de Estado de Segurança Pública), Alex Batista Gomes (Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo do Estado de Minas Gerais), Rodrigo dos Santos França (Associação Profissionalizante do Menor), Sandra Regina Ferreira Barbosa (Conselho Estadual de Assistência Social), Fernanda Silva de Souza (Conselho Estadual de Assistência Social), Luiza Machado de Oliveira Menezes, Regina Helena Cunha Mendes (Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Cedca).

Proposta 180:

Alteração das metas física e financeira da ação 4582 denominada "Execução dos eixos definidos pelo sistema nacional de atendimento socioeducativo".

Meta financeira: acrescentar R\$2.500.000,00 em 2018 com o objetivo de contratar cursos de profissionalização; comprar materiais para execução de oficinas de orientação profissional, de cultura e de lazer; comprar materiais para apoio pedagógico e para atender e humanizar o atendimento às famílias, inclusive nas visitas.

Meta física: 40 adolescentes atendidos.

Proposta 182:

Alteração nas metas física e financeira da ação 4583 denominada "Atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade" para acrescentar R\$12.000.000,00 (meta financeira) e 447 adolescentes (meta física) para os anos 2018, 2019, 2020 e 2021.

Proposta 187:

Alteração de finalidade e meta financeira da ação 4595 denominada "Atendimento ao adolescente em cumprimento de internação, internação provisória ou internação sanção".

Finalidade: prestar atendimento ao adolescente durante trajetória no sistema socioeducativo, nas unidades de internação, internação provisória, ou centro de internação-sanção, garantindo acesso à escolarização, profissionalização, cultura, esporte, lazer e acompanhamento à família, visando à inserção na sociedade e prevenção à reentrada do adolescente na trajetória infracional, bem como garantir a manutenção do centro integrado de atendimento ao adolescente autor de ato infracional de Belo Horizonte (CIA-BH) e um quadro de servidores adequado à demanda, tanto em quantidade quanto em capacitação e fornecimento de equipamentos de segurança.

Meta financeira: aumentar para R\$341.968.000,00

Proposta 195:

Alteração de meta financeira da ação 1127 denominada "Execução das metas de expansão e modernização do sistema socioeducativo definidas no Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo e Plano Estratégico 2017-2019 da Sesp do Estado de Minas Gerais" para R\$24.480.000,00 para os anos 2018, 2019, 2020 e 2021.

Proposta 211:

Alteração nas metas física e financeira da ação 4596 denominada "Estruturação da política de atendimento às medidas em meio aberto".

Meta física: 176 para 2018 e 322 para 2019.

Meta financeira: R\$4.224.000,00 para 2018 e R\$7.728.000,00 para 2019.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 180:

Aumentar os recursos a fim de promover os direitos de adolescentes cumprindo medida socioeducativa, conforme previstos pela legislação em vigor, pois a Ação 4582 é a que, dentro do PPAG, caracteriza o objetivo do sistema socioeducativo de fato, conforme apresentação feita pelo representante do Executivo, a partir de três eixos: profissionalização, esporte e cultura e atendimento à família.

Proposta 182:

A sugestão visa alterar a meta física e financeira para atender as 12 novas casas para cumprimento de medidas de semiliberdade que serão implantadas em 2018, as quais não possuem recursos destinadas a sua manutenção.

Proposta 187:

Quadro de servidores em déficit e sem equipamentos de segurança adequados ao desempenho de suas atribuições, comprometendo a efetividade da aplicação das medidas socioeducativas e a qualidade da realização dos atividades dos servidores do sistema. A sugestão visa a aquisição de (novos) equipamentos de proteção individual e para o atendimento em geral, criando melhores condições de trabalho, segurança e saúde do servidor e do adolescente atendido, e, também, novas contratações para a composição do quadro de servidores o qual, segundo relatório da Seplag, necessita de 750 agentes socioeducativos a mais.

Proposta 195:

Assegurar recurso para ampliação de 17 casas de semiliberdade para as regiões não atendidas pela política socioeducativa em consonância com o plano decenal do sistema socioeducativo.

Proposta 211:

Será realizada emenda visando alcançar o total de 176 municípios cofinanciados em 2018 e 322 em 2019. Tais metas físicas demandam recursos financeiros da ordem de T\$4.224.000,00 em 2018 e R\$7.728.000,00 em 2019.

Considerando:

1. A reforma administrativa advinda da lei estadual nº 22.257, datada de 27 de julho de 2016, que institui o Programa de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto como responsabilidade da Sedese e não mais da Seds.

2. A Sedese passa a ter atribuição legal de apoio técnico e financeiro aos municípios que tem a obrigação de ofertar o Programa de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. A política estadual estabelece com os municípios formas de colaboração, assessoria técnica e suplementação financeira, desta forma, o município, em conjunto com o Estado, vai ofertar a proteção social e atendimento socioeducativo.

3. A política foi deliberada conjuntamente entre os Conselhos Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Cedca-MG – e Conselho Estadual de Assistência Social – Ceas – por meio de resolução conjunta.

4. O Ceas, como controle social, deliberou pela manutenção dos recursos que foram pactuados na Comissão Intergestora Bipartite – CIB – para estruturação da Política de Atendimento às Medidas em Meio Aberto.

OBS: anexa, a Resolução nº 611/2017, do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – Ceas-MG.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 215/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 205 – Gestão Integrada de Segurança Pública –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Tiago Wylker Alves Barroso (Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo da Secretaria de Estado de Segurança Pública), Rômulo Francisco de Souza Assis (Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo do Estado de Minas Gerais), Israel Júnio Belo de Oliveira Andrade (Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo do Estado de Minas Gerais), Flávia Augusto Gomes (Polícia Militar de Minas Gerais), Carlos Eduardo Lopes (Polícia Militar de Minas Gerais), Scheilla Cardoso Pereira de Andrade, Felipe Lopes Vieira Vasconcelos, Daniella Rodrigues Caldas Leite (Polícia Civil de Minas Gerais), Isabella Barbosa Anghinetti, Arnaldo Gomes de Oliveira Filho, Junior José da Silva.

Proposta 214: Proposta 214:

Incluir nova ação ao Programa 205.

Unidade Responsável: Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Finalidade: Otimizar o atendimento e proporcionar segurança ao usuário do transporte público.

Produto: Desenvolvimento de um aplicativo, focado nos usuários do transporte público geral, capaz de acionar a estrutura de segurança pública do Estado, com visualização de todos os usuários, sem a identificação do solicitante.

Público-alvo: Usuários do transporte público.

Meta física: 1

Meta financeira: R\$2.000.000,00

Proposta 215:

Incluir nova ação denominada "Modernização do aparato tecnológico e de comunicação do Sistema Socioeducativo".

Finalidade: Implementação de sistema de rádio comunicação para otimização dos procedimentos de segurança interna, escoltas e trânsito externo com adolescente e comunicação entre instituições do sistema de segurança pública no sistema socioeducativo.

Unidade de medida: Sistema

Produto: sistema implantado.

Público alvo: unidades de internação e internação provisória do sistema socioeducativo.

Unidade responsável: Secretaria de Estado de Segurança Pública

Meta física: 14 multiterritorial e 10 metropolitano, em 2018

Meta financeira: R\$2.400.000,00 para multiterritorial e R\$1.700.000,00 para metropolitano, em 2018

Proposta 216:

Inclusão de nova ação ao Programa 205 denominada "Formação e capacitação dos profissionais do sistema socioeducativo".

Finalidade: capacitação continuada profissional para os agentes do sistema socioeducativo no nível operacional, incluindo gerenciamento de crise, psicologia e pedagogia na atuação e defesa pessoal (contenção, algemação, escolta, acompanhamento).

Produto: pessoa capacitada e treinada

Unidade de medida: pessoa

Público alvo: profissionais do sistema socioeducativo

Meta física: 300, em 2018

Meta financeira: R\$900.000,00

Proposta 224:

Alterar a ação 4618 (4618 – Integração e promoção da qualidade operacional do sistema de segurança pública) com finalidade de ser realizada a manutenção das unidades prediais integradas realizando a corretiva e preventiva, tendo em vista que as 30 unidades estão em estado crítico de conservação como rachaduras, mofo, infiltração, problemas em elevadores, iluminação, hidráulica, instalações sanitárias, ar-condicionado, entre outros.

Meta Física: 30

Meta Financeira: R\$6.000.000,00

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 214:

Melhorar a segurança do transporte público em geral.

Proposta 215:

A falta de rádios HTs e de um sistema de comunicação nas unidades do sistema socioeducativo.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 216/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 130 – Promoção e Difusão Cultural –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Nassim Pereira Guerra (Grupo Teatral Amador Sol), Jaqueline Ferreira Freitas, Júnia Torres, Juliana de Conte Macedo (Associação Cultural Pequeno Príncipe), Natalice Vieira da Silva (Mãos de Minas), Monica Rodrigues Teixeira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Jacqueline Alves Alamino (Centro de Referência de Assistência Social), José Geraldo de Almeida (Secretaria Municipal de Cultura), Adyr Assis D Assumpção Júnior, Gilmar de Souza Oliveira (Escola Família Agrícola Paulo Freire), Rozana Soares dos Santos (Instituto Cultural Valemiais), Vilmar Oliveira de Jesus (Instituto Cultural Valemiais).

Proposta 234: Criação de ação

Finalidade: promover o conhecimento cultural e educativo de Minas Gerais entre os alunos da rede pública por meio do projeto "Telejornalismo nas Escolas".

Produto: Conteúdo audiovisual produzido

Público-alvo: população mineira

Unidade de medida: audiovisual produzido

Meta física: 52

Meta financeira: R\$200.000,00

Território: Caparaó

Proposta 235: Ação 4390

Meta física: alterar para 1

Meta financeira: alterar para R\$4.241.520,00

Finalidade: alterar para "Adequar a produção e transmissão televisiva da programação para as necessidades do novo sinal digital e inserir uma janela de libras em toda a programação da Rede Minas, atendendo ao público com deficiência auditiva".

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 234: Profissionais e estagiários orientarão os alunos que após o desenvolvimento do projeto produzirão conteúdos audiovisuais, que serão transmitidos na TV Minas e suas afiliadas/retransmissoras. O projeto-piloto deverá ser desenvolvido no Caparaó, por possuir recursos estruturais e humanos propícios.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 217/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 701 – Apoio à Administração Pública –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Conrado Ramos Rezende (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), Diva Moreira (Instituto Pauline Reichstul), Carolina Abreu Albuquerque, Warley Fabiano Santos, Fabio Proença de Carvalho (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), Liliâne Maria Barbosa da Silva Resende (Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais).

Proposta 245:

1 – Alterar o objetivo do Programa 701 para:

Desenvolver ações administrativas e financeiras e de qualificação permanente visando a garantir recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais necessários à execução das políticas públicas a cargo do Estado de Minas Gerais, em articulação com os demais órgãos e entidades afins.

2 – Acrescentar objetivo de desenvolvimento sustentável:

- Educação de qualidade
- Redução das desigualdades
- Boa saúde e bem estar
- Fome zero

Proposta 246:

Ação 2086

Alterar a finalidade da ação 2086, do programa 701 para:

Dar condições ao conselho para acompanhar e controlar a repartição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundeb e do programa de alimentação escolar, respeitando os planos de trabalho de cada conselho, bem como incentivar e qualificar a atuação dos conselhos municipais de alimentação escolar e do Fundeb.

Proposta 247:

Ação Nova

Criar uma ação nova no Programa 701: Apoio à Administração Pública

Ação... – Divulgação das ações do Consfundeb e Cae

IAG: Ações de acompanhamento intensivo

Unidade responsável: 1261 – Secretaria de Estado de Educação

Finalidade: dar publicidade a todos os trabalhos e ações do Consfundeb e do Cae através da criação dos respectivos sítios eletrônicos.

Produto: Criação de sítio eletrônico

Unidade de medida: unidade

Público-alvo: sociedade civil

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 218/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 208 – Infraestrutura do Sistema Prisional –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Marco Antônio da Silva Reis, Jaqueline Ferreira Freitas, Marília Jardim de Sousa, Luiza Machado de Oliveira Menezes, Cibelle Almeida Viana (Câmara Municipal de Carlos Chagas), Orislinda Maria Taranto Goulart, Sandra Regina Ferreira Barbosa (Conselho Estadual de Assistência Social), Rodrigo dos Santos França (Associação Profissionalizante do Menor).

Texto: Alterar finalidade da ação 4129: Garantir a manutenção das vagas disponibilizadas pelas Apacs e fomentar a criação de novos centros de reintegração social no Estado de Minas Gerais, com novas vagas contemplando, inclusive, unidades exclusivas para mulheres, especialmente nas cidades-polo, possibilitando um percentual maior de recuperandos sendo atendidos pela metodologia de custódias alternativas, e, assim, uma humanização mais eficaz e menos onerosa para o Estado. Ampliar o atendimento humanizado ao preso, investindo em ações de natureza social, voltadas para a ressocialização por meio do trabalho e escolarização.

Alterar meta física para 3.958 vagas (400 a mais do que as previstas, sendo todas destinadas a mulheres).

Alterar meta financeira para R\$R\$39.815.373,00 (R\$520.000,00 a mais do que a prevista, destinados às 400 vagas para mulheres incluídas na alteração da meta física).

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: As unidades de recuperação de custodiados nas APAC's custam muito menos que nos presídios, além de ofertarem a eles a ressocialização com oportunidades diversas de desenvolvimento de habilidades que possam, oportunamente, gerar trabalho e renda para que encontrem oportunidades no mercado de trabalho e não voltem à prática delituosa. Faltam muitas vagas para mulheres no método Apac, e faz-se necessário ampliá-las.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 219/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 35 – Identidade Turística de Minas Gerais – da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Eduardo Henrique de Oliveira (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Hebe Lúcia Alves Alamino, Geraldo Luís Andrade (Câmara Municipal de Viçosa).

Texto: Inclusão dos Parques Estaduais do Norte de Minas que já estejam abertos para visitação turística

Alteração da meta financeira para 350.0000

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: O atual programa inclui apenas o parque do Rio Preto da Região Norte. Esta proposta inclui neste grupo os parques que já estão abertos à visitação turística, a exemplo do Parque Estadual da Serra do Cabral e Lapa Grande, mas abrindo espaço também para outras unidades que não estejam nas listadas.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 220/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 34 – Turismo Como Fator de Sustentabilidade Regional –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Geraldo Luís Andrade (Câmara Municipal de Viçosa), Eduardo Henrique de Oliveira (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Idalino Firmino dos Santos (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), Vicente de Nazareth Pinto Junior (Universidade Federal de Minas Gerais), Hebe Lúcia Alves Alamino, Francis Maurice Hubert Mouton, Adélia Dias Viana (Movimento Pró Escola Família Agrícola no Vale do Jequinhonha), Niuton Teotonio Lopes (Escola Família Agrícola Puris de Araponga), Nilva Vieira da Paz (Escola Família Agrícola da Região do Rio São Francisco).

Proposta 298:

Na Ação 4123:

Inclusão de +3 MF em multiterritorial e + 300.000 Mfin

+ 1 MF em Caparaó e + 100.000 Mfin (Circuito Serras de Minas)

+ 1 MF em Central e + 100.000 Mfin (Região de Felixlândia)

+ 1 MF em Norte e + 100.000 Mfin (Circuito Velho Chico)

Proposta 299

Na Ação 1011: Aquisição e distribuição de um kit tecnológico, composto de aparelhagem eletrônica e de T.I para os circuitos turísticos do Estado; bem como de material de divulgação e promoção dos circuitos, como: folder, banner, mapa, guia, etc.

Acréscimo de 49 na Meta Física, multiterrotorial, e de 490.000 na Meta Financeira

Proposta 300

Na Ação 4092: Alterar finalidade: "... política pública do Turismo, inclusive por meio"

Alterar público-alvo: "gestores públicos e privados do turismo, membros de Conselho Municipal de Turismo, gestores de circuitos turísticos e cadeia produtiva do turismo".

Meta física: 6

Financeira: 260.000

Proposta 301

Na Ação 4094: Realização de três encontros de presidentes e gestores, sendo um no território norte, um no território metropolitano e um no triângulo sul. Inclusão de mais 1 meta física nesses territórios, com respectiva inclusão de 40.000 de meta financeira.

Proposta 302

Na Ação 4094: Realização de 5 salões regionais de turismo nos territórios Metropolitano, Triângulo Norte, Norte, Mata e Sul.

Meta física territorial – acréscimo de 5

Meta financeira – acréscimo de R\$500.000

Proposta 303

O grupo recomenda que seja encaminhado à Seda, Setur e Seplag requerimento solicitando que as respectivas secretarias envidem esforços para promover a sucessão rural e manutenção dos jovens no campo por meio de articulação de políticas de educação no campo, turismo agroecológico, agricultura familiar e agroecologia, com vistas à promoção da consciência ecológica, geração de renda e bem estar nas propriedades das famílias de estudantes e egressos das escolas família agrícola – EFA – que estão representados pela Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa.

Proposta 304

Envio de pedido de providências à Setur, para que apoie a ação de criação da Federação Nacional das Regiões Turísticas pela Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 298: É imprescindível a sinalização turística e identificação dos pontos, proporcionado o aumento de sua visitação, assim como sua própria divulgação. Acompanho a estratégia da Setur de estruturação de alguns circuitos turísticos, propõe a destinação de investimento para sinalização dos pontos nos Circuitos Turísticos Serras de Minas (Caparaó), Lago Três Marias (Central) e Velho Chico (Norte), assim como outros 3 territórios em que os circuitos se encontrem em etapa de estruturação, conforme designado pela Setur.

Proposta 299: Os circuitos turísticos carecem de estrutura tecnológica para a execução e realização de suas ações no âmbito do seu território e em ações de promoção e divulgação de seus atrativos.

Proposta 300: Qualificação para o turismo dos agentes públicos e privados que compõem o conselho municipal do turismo e gestores municipais de turismo.

Proposta 301: Os encontros já são realizados anualmente, mas essa proposta busca a continuidade da ação.

Proposta 302: Os salões serão compostos dos Circuitos Turísticos de cada região e devem priorizar as ações de promoção e participação dos receptivos turísticos locais, artesanato e culinária regional e expressões culturais regionais. O salão metropolitano englobará todos os circuitos do estado.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 221/2017

Encaminha sugestão de alteração do Programa 164 – Expansão, Consolidação e Internacionalização das Instituições de Ensino e Pesquisa –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2018.

Proponentes: Polyana Teixeira Jardim (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Marília Jardim de Sousa, Danilo Marinho Lamêgo Borges (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Alcidir Mazutti Franco (União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária), Juliana de Souza Matias (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Mariana Correa Jardim (Universidade do Estado de Minas Gerais), Layza Gabrielle Silva Ferreira (Universidade do Estado de Minas Gerais), Hebe Lúcia Alves Alamino.

Texto: Inclusão de nova ação

Nome: Minas sem Fronteiras

Finalidade: Realizar ações de capacitação, extensão e acompanhamento das organizações do terceiro setor das áreas rurais de Minas Gerais

Produto: Projetos Aprovados

Público: Organização do terceiro setor da área rural

Unidade de medida: Projeto

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Iniciativa Popular

Justificação: Necessidade de realização de ações de extensão tecnológica, produtiva, social e econômica, junto aos empreendimentos do terceiro setor, pois as organizações possuem potencial de crescimento, mas necessitam de ações contínuas de acompanhamento das Universidades, principalmente nas áreas rurais. As ações do Minas sem Fronteiras ampliarão a promoção do desenvolvimento social e econômico nas diversas regiões do Estado, fortalecendo o desenvolvimento sustentável, principalmente nas regiões menos desenvolvidas.

– À Comissão de Participação Popular.

OFÍCIOS

Da Sra. Beatriz da Silva Cerqueira, coordenadora-geral do Sind-UTE/MG, solicitando a rápida aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 71/2017, o acolhimento de três propostas de emendas apresentadas pelo sindicato ao referido projeto e a aprovação das emendas oriundas dessas propostas. (– À Comissão de Educação.)

Do Sr. Gustavo Gastão Corgosinho Cardoso, diretor-geral da Arsae-MG, encaminhando cópia de convites anteriormente enviados pela Arsae-MG a esta Casa com vistas à participação dos parlamentares nas audiências realizadas por essa agência reguladora para debater a revisão tarifária da Copasa-MG. (– Às Comissões de Minas e Energia e de Defesa do Consumidor.)

Do Sr. Herberth Percope Seabra, gerente regional da Caixa Econômica Federal, informando o repasse de recursos financeiros destinados ao programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, relativos a contrato firmado entre essa instituição financeira e a Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, em 31/10/2011. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Herberth Percope Seabra, gerente regional da Caixa Econômica Federal, informando o repasse de recursos financeiros destinados ao programa Ação Fomento ao Setor Agropecuário, relativos a contrato firmado entre essa instituição financeira e a Secretaria de Agricultura, em 31/8/2016, que tem por objeto a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Herberth Percope Seabra, gerente regional da Caixa Econômica Federal, informando o repasse de recursos financeiros destinados ao programa Ação Fomento ao Setor Agropecuário, relativos a contrato firmado entre essa instituição financeira e a Secretaria de Agricultura, em 9/12/2016, que tem por objeto a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Adriana Branco Cerqueira, secretária de Assuntos Institucionais e Comunicação Social de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.695/2016, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais.

Do Sr. Aldimar Rodrigues Filho, superintendente regional da Codevasf, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.149/2017, da Comissão de Minas e Energia.

Do Sr. Antônio Gilberto R. de Castro, diretor da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.154/2017, do deputado Bosco.

Do Sr. Antonio Thomaz Lessa Garcia Júnior, chefe de gabinete da Secretaria-Geral da Presidência da República, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 8.923 e 8.929/2017, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Caio Barros Cordeiro, diretor técnico-legislativo em exercício da Prefeitura de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.583/2017, do deputado Anselmo José Domingos.

Do Sr. Caio Barros Cordeiro, diretor técnico-legislativo em exercício da Prefeitura de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.594/2017, do deputado Anselmo José Domingos.

Da Sra. Elizabeth Gomes de Moura, diretora de Transporte Público da BHTrans, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.567/2017, da Comissão da Pessoa com Deficiência.

Do Sr. Fábio Ramalho, 1º-Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.106/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes.

Do Sr. Frederico Delfino, diretor de Operação Sul da Copasa-MG, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 8.262 a 8.265, 8.267, 8.269 e 8.278/2017, da Comissão de Transporte.

Do Sr. Leandro Borges da Cruz, gerente do Distrito Regional de Ubá da Copasa-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.847/2017, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Lígia Maria Alves Pereira, coordenadora da Mesa de Diálogo Conflitos Urbanos e Rurais da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento em Comissão nº 9.839/2017, do deputado Cristiano Silveira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Luiz Gustavo Braz Lage, diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Copasa-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.457/2017, do deputado Elismar Prado.

Da Sra. Macaé Maria Evaristo dos Santos, secretária de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.089/2016, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Marcell Braga Leitão, oficial da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Barbacena, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.494/2017, do deputado Noraldino Júnior.

Do Sr. Marco Antônio Soares da Cunha Castello Branco, presidente da Codemig, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.154/2017, do deputado Bosco.

Do Sr. Rômulo de Carvalho Ferraz, procurador-geral de justiça Adjunto Institucional, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.715/2017, da Comissão de Segurança Pública.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 4.780/2017

Estabelece parâmetros de indenização aos servidores civis e militares, ativos, inativos e pensionistas do Estado de Minas Gerais, por eventual descumprimento do prazo de pagamento dos vencimentos e proventos, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a calcular indenização com base nos parâmetros fixados para os depósitos de poupança de que tratam os incisos I e II do art. 12 da Lei Federal nº 8.177, de 1º de março de 1991, em caso de eventual descumprimento do prazo de até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido para o pagamento dos vencimentos e proventos dos servidores civis e militares, ativos, inativos e pensionistas do Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único – A indenização de que trata o "caput" deste artigo será calculada exclusivamente sobre a parcela dos vencimentos e proventos não adimplida no prazo referido no "caput" deste artigo.

Art. 2º – A indenização será paga por intermédio da folha de pagamento de pessoal do mês subsequente àquele em que ocorrer o atraso do pagamento dos vencimentos e proventos dos servidores civis e militares, ativos, inativos e pensionistas do Estado de Minas Gerais.

§ 1º – A indenização relativa as parcelas não adimplidas no prazo referido no "caput" do art. 1º a contar de 15 de janeiro de 2016 será paga no mês subsequente ao da publicação desta Lei Complementar.

Art. 3º – As despesas decorrentes da aplicação do disposto nesta Lei Complementar correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º – Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de novembro de 2017.

Deputado Sargento Rodrigues, Presidente da Comissão de Segurança Pública (PDT).

Justificação: O Projeto de Lei Complementar ora proposto é medida compensatória aos prejuízos assumidos pelos servidores públicos, desde o início do parcelamento do pagamento dos vencimentos e proventos pelo atual governo do Estado de Minas Gerais.

Em que pese a presente proposição apenas estabelecer parâmetros para respectiva indenização, cediço que essa prática também propiciará a adequação do fluxo de caixa do próprio Estado, além de assegurar aos servidores e pensionistas o justo ressarcimento.

Assim, pelas razões que justificam a presente proposição, conto com o apoio dos pares em sua aprovação.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.781/2017

Dispõe sobre regras para ação de grupo de intervenção perante qualquer aparelho do sistema prisional do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica obrigatório o registro de áudio e vídeo das ações de intervenção, em qualquer aparelho do sistema prisional, no âmbito do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º – Caberá ao grupo interventor designar uma equipe especial para o cumprimento desta Lei:

I – os responsáveis pelos registros de áudio e vídeo poderão requerer do aparelho prisional o material obtido pelos equipamentos fixos;

II – os materiais colhidos por meio não oficial terão a mesma validade dos oficiais, desde que comprovada a veracidade das informações prestadas;

III – a equipe descrita no caput deste artigo deverá preparar um relatório escrito em até 48 horas, bem como encaminhar o material de áudio e vídeo na íntegra para análise do Ministério Público, Poder Legislativo, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil;

IV – o descumprimento do caput deste artigo acarretará o afastamento imediato dos membros da equipe especial, podendo, ao final, resultar em exoneração, bem como sua responsabilização nos termos da Lei Penal vigente.

Art. 3º – A diretoria do aparelho prisional deverá informar sobre a operação ao Ministério Público, Poder Legislativo, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil, com antecedência mínima de 24 horas:

§ 1º – A operação será condicionada à presença de ao menos 1 (um) representante dos órgãos citados no caput deste artigo.

§ 2º – Os flagrantes de eventuais ilegalidades e ou irregularidades cometidas pelos agentes deverão ser reduzidos a termo, restringindo-se imediatamente a liberdade do infrator nos termos do artigo 5º LXI da Constituição Federal.

§ 3º – O descumprimento do caput deste artigo acarretará em penalidade à ser definida pelo Poder Executivo, bem como sua responsabilização nos termos da Lei Penal vigente.

Art. 4º – O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, a partir de sua publicação.

Art. 5º – As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentária próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de novembro de 2017.

Deputado Missionário Marcio Santiago (PR)

Justificação: O presente Projeto de Lei tem por objetivo garantir a legitimidade das ações de intervenção por parte do Poder Público dentro do sistema carcerário, em observância ao preceitos fundamentais, garantindo que o preso não sofrerá qualquer tipo de violência, conforme prescrito na Carta Magna.

Nos termos do artigo 24, I, CF/88 os Estados possuem legitimidade concorrente para legislar em matéria que envolva o sistema penitenciário. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º XLIX, assegura aos presos o respeito à integridade física e moral. No mesmo sentido, a Lei de Execuções Penais em seu art. 40, impõe a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios.

Por determinação constitucional, a inobservância ao dever de cuidado e proteção que cause a morte de detento em estabelecimento penitenciário, gera responsabilidade civil do Estado, conforme tem amplamente reconhecido o STF, a exemplo do Recurso Extraordinário (RE) 841526.

Logo, a relação interna no sistema prisional deve ser vista com respeito aos direitos humanos, garantindo a integridade de todos os cidadãos participantes, devendo ser objeto de acompanhamento da sociedade civil em parceria com o poder público. É certo que a população dos presídios e Centros de Detenção Provisória vem aumentando cada vez mais, competindo ao Estado dar a devida atenção.

A referida proposição é, desta forma, um mecanismo protetivo de acompanhamento e controle das ações de intervenção, com vistas à proteção da integridade física e moral de todos os envolvidos, tais como policiais, agentes penitenciários, servidores que compõem o quadro administrativo e presos.

A aprovação do presente Projeto de Lei, bem como a sua implementação por parte do Poder Executivo, será um avanço na garantia da dignidade da pessoa humana, dos direitos fundamentais e da democracia, sendo certo que o Estado deve tratar sua população carcerária com dignidade, justiça e respeito.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Segurança Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.783/2017

Autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Inconfidentes o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a fazer reverter ao Município de Inconfidentes o imóvel com área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), situado naquele município, registrado sob o nº 1.2776, a fls. 1 do Livro 2, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ouro Fino.

Sala das Reuniões, 7 de novembro de 2017.

Deputado Inácio Franco – PV

3º-Vice-Presidente

Justificação: A proposição tem por objetivo autorizar a fazer reverter ao Município de Inconfidentes o imóvel com área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), situado nesse município, registrado sob o nº 1.2776, a fls. 1 do Livro 2, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ouro Fino.

Esse bem foi doado ao Estado pelo Município de Inconfidentes em 1981 para que nele fosse construído uma Unidade Básica de Saúde – UBS, e desde então, abriga a UBS " Mário Pistelli " sob a forma de cessão de uso.

Cabe informar que o imóvel necessita de melhorias urgentes bem como de ampliação para que os serviços públicos de saúde sejam ofertados à população com mais qualidade.

Ademais, vale ressaltar que, com a reversão prevista na proposição em epígrafe, o imóvel estará apenas passando da esfera estadual para a esfera municipal, ou seja, permanece na condição de bem público, não havendo redução do patrimônio público.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres pares na aprovação deste projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.784/2017

Declara de utilidade pública a Associação Itacarambiense Mananciais de Bençãos, com sede no Município de Itacarambi.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Itacarambiense Mananciais de Bençãos, com sede no Município de Itacarambi.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de novembro de 2017.

Deputado Paulo Guedes, Presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (PT).

Justificação: A Associação Itacarambiense Mananciais de Bençãos, fundada em 30/11/2008 Mo município de Itacarambi, é uma entidade civil sem fins lucrativos e de caráter filantrópico. A entidade tem como finalidade atuar na área de assistência social promovendo ações como: combate à fome e à pobreza, integração de pessoas no mercado de trabalho através de qualificação profissional, proteção da saúde da família, promoção da cultura, do esporte e do lazer, entre outras atividades.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 9.323/2017, do deputado Gil Pereira, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento do Sr. Anderson Fonseca Braga, prefeito de Buritizeiro. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 9.324/2017, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral, à Corregedoria-Geral e à Ouvidoria da Polícia Militar e ao Ministério Público do Estado pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 22ª Reunião Extraordinária, realizada em 7/11/2017, para que sejam apuradas as graves denúncias apresentadas nessa reunião, relacionadas à atuação do Sgt. PM Moraes, do Cb. PM Andrade e do Sd. PM De Paula, no Município de Itatiaiuçu, e, verificada a veracidade dos fatos, sejam tomadas as providências cabíveis.

Nº 9.325/2017, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer sejam encaminhados à Fundação Renova pedido de informações, acompanhado das notas taquigráficas da 21ª Reunião Extraordinária, realizada em 6/11/2017, que teve por finalidade debater com a população atingida as ações adotadas para reparar os danos socioambientais causados pela mineradora Samarco em virtude do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, sobre os procedimentos que vêm sendo adotados nos cadastros de atingidos, especificamente em Paracatu e Barra Longa, para a autorização de construção de novas casas, e em Governador Valadares e nas comunidades da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para a concessão de benefícios relativos ao impacto do rompimento da Barragem de Fundão em atividades pesqueiras na região.

Nº 9.326/2017, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e à Procuradoria-Geral de Justiça pedido de providências com vistas a que sejam concedidos novos licenciamentos para exploração mineral no Estado apenas após concluída a tramitação do Projeto de Lei nº 3.676/2016. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 9.327/2017, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp – e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja dada atenção especial e urgente à Universidade Estadual de Minas Gerais, em João Monlevade, que vem sofrendo com o aumento da violência em seu câmpus, com a ocorrência, inclusive, de crimes violentos. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.329/2017, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Delegacia de Polícia da Comarca de Tarumirim, na pessoa do delegado plantonista Leonardo Passos Pinaffo, pelos excelentes serviços prestados no combate à criminalidade e na elucidação do crime de lesão corporal praticado contra o idoso José Martins da Costa. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.330/2017, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Rogério Lopes Guimarães Araújo, escrivão na Delegacia de Polícia da Comarca de Tarumirim, pelos excelentes serviços prestados no combate à criminalidade e na elucidação do crime de lesão corporal praticado contra o idoso José Martins da Costa. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.331/2017, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Delegacia de Polícia da Comarca de Tarumirim, na pessoa do investigador Arthur Cunha Carvalho Dias, pelos excelentes serviços prestados no combate à criminalidade e na elucidação do crime de lesão corporal praticado contra o idoso José Martins da Costa. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.332/2017, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Delegacia de Polícia da Comarca de Tarumirim, na pessoa do delegado Mateus Oliveira de Andrade, pelos excelentes serviços prestados no combate à criminalidade e na elucidação do crime de lesão corporal praticado contra o idoso José Martins da Costa. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.334/2017, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Delegacia de Polícia da Comarca de Tarumirim, na pessoa do investigador Job Camargo Júnior, pelos excelentes serviços prestados no combate à criminalidade e na elucidação do crime de lesão corporal praticado contra o idoso José Martins da Costa. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.335/2017, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Delegacia de Polícia da Comarca de Tarumirim, na pessoa do investigador Fábio Firmo dos Santos, pelos excelentes serviços prestados no combate à criminalidade e na elucidação do crime de lesão corporal praticado contra o idoso José Martins da Costa. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.336/2017, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Delegacia de Polícia da Comarca de Tarumirim, na pessoa do escrivão de polícia Evandro de Souza Oliveira, pelos excelentes serviços prestados no combate à criminalidade e na elucidação do crime de lesão corporal praticado contra o idoso José Martins da Costa. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.341/2017, do deputado Anselmo José Domingos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para liberação de recursos para o asfaltamento das vias urbanas no Município de Arapuá. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 9.342/2017, do deputado Anselmo José Domingos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para o asfaltamento das vias urbanas do Município de Bom Despacho. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 9.343/2017, do deputado Anselmo José Domingos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para o asfaltamento das vias urbanas do Município de Santa Maria de Itabira. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 9.344/2017, do deputado Anselmo José Domingos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para o asfaltamento das vias urbanas do Município de Conselheiro Pena. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 9.345/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja conferido ao Bispo Abner de Cássio Ferreira, líder do Ministério de Madureira, o título de Cidadão Honorário de Minas Gerais. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 9.346/2017, da Comissão de Cultura, em que requer seja formulado voto de congratulações com com a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e com toda a comunidade de Nova Serrana pela realização da 33ª edição da Festa de Reinado.

Nº 9.347/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 6º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 8/11/2017, em Governador Valadares, que resultou na apreensão de drogas, celulares e quantia em dinheiro e na detenção de três pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.348/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 35º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 9/11/2017, em Santa Luzia, que resultou na apreensão de armas de fogo; e seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.349/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 14º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 10/11/2017, em Ipatinga, que resultou na apreensão de drogas, quantia em dinheiro e na prisão de duas pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.350/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 24ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 10/11/2017, em Nanuque, que resultou na apreensão de um menor, além de armas de fogo, e na detenção de uma pessoa; e seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.351/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 46º e no 15º Batalhões de Polícia Militar e na 10ª Companhia de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 10/11/2017, em Cruzeiro da Fortaleza, que resultou na apreensão de 40kg de maconha e na detenção de duas pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.352/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 29º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 10/11/2017, em Andradas, que resultou na

apreensão de aproximadamente 7kg de maconha; e seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.353/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 42ª Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 9/11/2017, em Curvelo, que resultou na apreensão de três menores, além de drogas, quantia em dinheiro, balança de precisão e celulares, e na detenção de duas pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.354/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 34ª Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 12/11/2017, na Vila Sumaré, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de aproximadamente 400kg de maconha; e seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.355/2017, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a disponibilidade de dotação orçamentária para a execução do disposto no Projeto de Lei nº 4.048/2017, que institui as carreiras de técnico e de analista da Defensoria Pública e dá outras providências. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 9.356/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Cel. PM QOR Márcio dos Santos Cassavari pela seriedade e honestidade com que exerceu a direção do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM – desde 2015, quando assumiu a função, comprometido com o dever de garantir a segurança e a qualidade de vida da família militar mineira. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.357/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis que menciona pela atuação na ocorrência que resultou na prisão de líder de um grupo criminoso, acusado de ser autor de diversas explosões de caixas eletrônicos, tráfico de drogas, assassinato e tentativa de homicídio. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.358/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 14ª Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 13/11/2017, em Ipatinga, que resultou na apreensão de drogas, arma e veículo e na detenção de cinco pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.359/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 2ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 9/11/2017, em Salinas, que resultou na apreensão de 64kg de maconha e na detenção de quatro pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.361/2017, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com o grupo Aquecendo Vidas e a Prefeitura Municipal de Araxá pela realização do VI Encontro Estadual de Adoção de Minas Gerais. (– À Comissão do Trabalho.)

REQUERIMENTOS ORDINÁRIOS

Nº 3.074/2017, do deputado Vanderlei Miranda e outros, em que requerem seja convocada reunião especial para homenagear a Igreja Batista da Lagoinha pelos 60 anos de sua fundação.

Nº 3.092/2017, do deputado Alencar da Silveira Jr., em que requer seja desarquivado o Projeto de Lei nº 3.496/2006.

Nº 3.093/2017, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Mesa da Assembleia pedido de providências para que seja concluída ainda neste ano a tramitação dos Projetos de Lei nºs 3.312, 3.676 e 3.677/2016. (– À Mesa da Assembleia.)

Proposições Não Recebidas

– A presidência, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 4.782/2017

Dispõe sobre a obrigatoriedade do registro do grupo sanguíneo e fator RH nos uniformes de todos os alunos matriculados nas escolas das redes pública e privada do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Todos os alunos matriculados nas redes pública estadual e privada deverão portar, em seus respectivos uniformes, identificação do seu grupo sanguíneo e fator RH.

Parágrafo único – O disposto no caput deste artigo aplica-se ao alunado do ensino fundamental e médio.

Art. 2º – As identificações deverão ser afixadas na parte dianteira superior direita da peça do uniforme, tais como: blusão, camisa, camiseta, agasalho e outros correlatos.

§ 1º – As informações poderão ser pintadas, bordadas ou afixadas de outra forma, desde que permanente e duradoura.

§ 2º – Ficará a cargo das escolas privadas a definição da melhor opção que lhes convier dentre as citadas no § 1º deste artigo.

§ 3º – A definição da opção padronizada, a ser adotada pelas escolas da rede pública estadual, ficará sob responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação.

Art. 3º – Caberá à Secretaria Estadual de Educação decidir a forma adequada para o cumprimento desta Lei.

Art. 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de novembro de 2017.

Deputado Missionário Marcio Santiago (PR)

Justificação: A iniciativa desta propositura visa proteger crianças e adolescentes matriculados nas escolas das redes pública estadual e privada do Estado de Minas Gerais, na hipótese de acidentes. Não saber o grupo sanguíneo e o fator RH de uma pessoa pode retardar seu atendimento a ponto de colocá-la sob risco de morte. Não se observa qualquer inconveniência em sua utilização, não caracteriza qualquer forma de agressão ao direito privado. A adoção desta medida facilitará a assistência aos alunos em caso de ocorrência de emergência, contribuindo para que os diversos profissionais da área de saúde, a qualquer momento, possam desempenhar de forma eficaz suas atividades de socorro.

Desta forma, conto com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

REQUERIMENTOS

Nº 9.328/2017, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja formulado voto de congratulações com o 3º-Sgt. PM Leonardo Pacífico dos Reis, o 3º-Sgt. PM Alexandre Aparecido Celestino, o Cb. PM Paulo Ricardo Veiga e o Cb. PM Maik Luiz da

Silva pelos atos de coragem e humanidade no desempenho de suas funções ao salvarem um homem que se encontrava em uma casa em chamas no Município de Santos Dumont.

Nº 9.333/2017, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Delegacia de Polícia da Comarca de Tarumirim, na pessoa do escrivão de polícia Rogério Lopes Guimarães Araújo, pelos excelentes serviços prestados no combate à criminalidade e na elucidação do crime de lesão corporal praticado contra o idoso José Martins da Costa.

– A presidência, nos termos do inciso IV do art. 173, c/c o inciso I do art. 284, do Regimento Interno, deixa de receber as seguintes proposições:

REQUERIMENTOS

Nº 9.337/2017, do deputado Anselmo José Domingos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para o asfaltamento das vias urbanas do Município de Botumirim.

Nº 9.338/2017, do deputado Anselmo José Domingos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para o asfaltamento das vias urbanas do Município de Pitangui.

Nº 9.339/2017, do deputado Anselmo José Domingos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para o asfaltamento das vias urbanas do Município de São Joaquim de Bicas.

Nº 9.340/2017, do deputado Anselmo José Domingos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para o asfaltamento das vias urbanas do Município de Ibirité.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações da Comissão de Administração Pública e dos deputados Gil Pereira, Gustavo Santana e Adalclever Lopes.

Questão de Ordem

O deputado Doutor Jean Freire – Muito obrigado Sr. Presidente e caros colegas, peço licença para solicitar 1 minuto de silêncio pela morte de um grande companheiro e amigo: Pe. Felice Bontempi, que nos deixou no último dia 9. Se me permitem, gostaria de fazer um breve histórico do Pe. Felice Bontempi. Ele é um padre italiano, da comunidade de Bréscia, no Norte da Itália, que veio para o Brasil na década de 1980 e trabalhou em muitas comunidades, como na cidade de Comercinho, Padre Paraíso, Itaobim e Pedra Azul. Além disso, construiu muitas obras sociais, entre elas o hospital onde trabalhei como porteiro e médico. Graças a ele tive a oportunidade de ser porteiro desse hospital e médico. Ele teve muita importância na formação profissional e política de muitos jovens do Vale do Jequitinhonha. Peço licença aos companheiros para que façamos 1 minuto de silêncio em homenagem a ele.

Homenagem Póstuma

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Perfeitamente. Concederemos 1 minuto de silêncio.

– Procede-se à homenagem póstuma.

Oradores Inscritos

– Os deputados Sargento Rodrigues, Paulo Guedes e Arlen Santiago proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****Abertura de Inscrições**

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, determina a anexação do Projeto de Lei nº 3.313/2016, do deputado Inácio Franco, ao Projeto de Lei nº 1.568/2015, do deputado Rogério Correia, por guardarem semelhança entre si.

Mesa da Assembleia, 14 de novembro de 2017.

Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente, no exercício da presidência.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, no uso de suas atribuições, torna sem efeito, por falta de pressupostos regimentais, o recebimento, na 90ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada em 31/10/2017, do Requerimento nº 9.243/2017, bem como sua distribuição à Comissão de Segurança Pública, uma vez que o referido requerimento não foi apreciado pela Comissão de Meio Ambiente, não podendo esta, portanto, figurar como autora da proposição.

Mesa da Assembleia, 14 de novembro de 2017.

Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente, no exercício da presidência.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 9.324 e 9.325/2017, da Comissão de Direitos Humanos, e 9.346/2017, da Comissão de Cultura. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pela Comissão

de Administração Pública – aprovação, na 23ª Reunião Extraordinária, em 13/11/2017, do Requerimento nº 9.259/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva;

e pelo deputado Adalclever Lopes – informando sua ausência do País no período de 13 a 15 de novembro, por motivo de viagem oficial à Colômbia para tratar de assunto de interesse do Estado (Ciente. Publique-se.)

Despacho de Requerimentos

– A seguir, o presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário nº 3.074/2017, do deputado Vanderlei Miranda e outros, em que solicitam a convocação de reunião especial para homenagear a Igreja Batista da Lagoinha pelos 60 anos de sua fundação; e, nos termos do inciso XXXII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário nº 3.092/2017, do deputado Alencar da Silveira Jr., em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.496/2006.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de quinta-feira, dia 16, às 19 horas, nos termos do edital de convocação, e para ordinária, na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA EM 16/11/2017

Presidência do Deputado Rogério Correia

Sumário: Comparecimento – Falta de quórum.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Rogério Correia – Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Carlos Henrique – Coronel Piccinini – Cristiano Silveira – Douglas Melo – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Ione Pinheiro – Ivair Nogueira – João Leite – João Vítor Xavier – Vanderlei Miranda.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Rogério Correia) – Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para as especiais de logo mais, às 19 horas, e de amanhã, dia 17, às 8h30min e às 14 horas, nos termos dos editais de convocação.

ATA DA 33ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/11/2017

Presidência do Deputado João Leite

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Deputado Arlen Santiago – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Carlos Augusto dos Passos Martins – Palavras do Deputado Arlen Santiago – Palavras do Presidente – Apresentação Musical – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Arlen Santiago – João Leite.

Abertura

O presidente (deputado João Leite) – Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear a Associação Sindical dos Trabalhadores em Hospitais de Minas Gerais – Asthemg – pelos 23 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Carlos Augusto dos Passos Martins, presidente da Associação Sindical dos Trabalhadores em Hospitais de Minas Gerais – Asthemg; Dr. Nilton, vereador, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Antônio Sérvulo, diretor de residência médica do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais; a Exma. Sra. Mônica Abreu, membro da Asthemg e ativista dos direitos humanos; e o Exmo. Sr. deputado Arlen Santiago, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor – Gostaríamos de registrar a presença, nesta solenidade, do Sr. Edmar Branco, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte, e da Sra. Marília Maia Coutinho Preihsner, membro do Ipsemg Forte e do Conselho de Mães, em cuja pessoa estendemos nossas saudações a todas as mulheres presentes neste encontro.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos todos para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo projeto Aglomerô.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Agora assistiremos ao vídeo sobre a Asthemg.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Deputado Arlen Santiago

Cumprimento o Exmo. Sr. Presidente, deputado João Leite, parlamentar em que a gente tenta se espelhar pelo grande trabalho feito em prol do povo mineiro, não só como esportista, mas principalmente como uma pessoa justa e que sempre devotou muito da sua vida à questão dos direitos humanos – falaremos um pouco sobre isso nesta noite. O deputado João Leite aqui representa o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o nosso grande amigo, deputado Adalclever Lopes, que realmente tem dinamizado esta Assembleia e feito com que cada vez mais ela possa ser a casa do cidadão de Minas Gerais. Caro amigo Carlos Augusto dos Passos Martins, presidente da Associação Sindical dos Trabalhadores em Hospitais de Minas Gerais – Asthemg –, uma pessoa que devota a sua vida a mobilizar os companheiros para que possam dar dignidade aos funcionários e também às pessoas que precisam de saúde em nosso Estado; caro amigo, companheiro médico e vereador, Dr. Nilton, representando aqui a Câmara Municipal de Belo Horizonte; caro diretor de Residência Médica do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais, Antônio Sérvulo Cotta Júnior, que trabalha no Hospital Júlia Kubitschek que, como eu, se formou na Unimontes; minha amiga Mônica Abreu, membro da Asthemg, ativista dos direitos humanos, uma pessoa que realmente faz a diferença devotando a sua vida à luta pelas pessoas com hanseníase, pelos funcionários da Asthemg e principalmente pelas pessoas mais necessitadas. Foi um prazer conhecê-la quando fui presidente da Comissão de Saúde e aprender muito com a sua devoção aos mais necessitados.

Cumprimento também o vereador de Belo Horizonte, Edmar Branco. Quero lembrar algumas pessoas nas nossas andanças, principalmente neste último ano, em que visitamos alguns hospitais bastante sucateados, com muitos problemas, não de hoje, mas que vêm piorando. Lembro a primeira audiência, em que o Marcelino Jonas dos Santos, do Alberto Cavalcanti, estava preocupado porque a direção da Fhemig não se dava conta de que um senhor que estava no CTI poderia se queimar porque o sol entrava pela janela, e não se podia colocar uma pintura para amenizar essa situação. Lembro-me muito da fala do Marcelino e de ele nos acompanhar no hospital.

Lembro-me também do conselho de mães, que, junto à Asthemg, não deixou fechar, no Hospital João Paulo II, o Centro Geral de Pediatria. Deputado João Leite, eles me empolgaram tanto que fomos fazer um piquete na frente do hospital. O governo que se dizia democrático simplesmente queria fechar a urgência da pediatria. Pela luta de um grupo de mães, pela Asthemg e pelo conselho de mães, vimos que eles não deram conta de fazer isso, apesar de terceirizarem o atendimento médico em vez de realizar concursos, como sempre foi falado pelo pessoal que está hoje à frente do governo de Minas.

Também vimos, Marília Maia, a sua luta defendendo o Ipsemg e a Fhemig. Conheci um lado de Minas Gerais na Comissão de Saúde, porque vocês me mostraram: foi a questão da hanseníase em Minas Gerais. Visitei várias colônias, vi o sofrimento das pessoas, pessoas que nasceram em colônia de hanseníase. A cada dia, vemos a tentativa dos governos, principalmente deste, de negar essa questão do sofrimento das colônias. Vimos a luta e uma grande perseguição. Aqui, quando se fala em perseguição, a gente se lembra da Michele Regina Aparecida de Paula Rocha, da colônia de Três Corações, que me recebeu tão bem quando fui visitar as pessoas com hanseníase, que estavam tendo os seus direitos privados. Talvez até por causa disso, o ex-presidente da Fhemig, Dr. Jorge Nahas, acabou dando um jeito de botar a Michele para fora da colônia, pois ela reivindicava.

Parece que estamos em um país onde a democracia não pode existir, e a Michele não podia reivindicar. O Ministério Público e o Judiciário acabaram não dando apoio à Michele. A Mônica, várias batalhadoras e vários batalhadores não desistiram, não jogaram a toalha. Eu mesmo achei que tínhamos perdido aquela luta, mas, olhem, a Michele está lá na colônia. Vocês venceram mais essa defendendo quem precisava.

Tive o primeiro contato também em Ubá. Quem me mostrou as coisas lá foi o Zé Eduardo da Silva, representante dos moradores das Colônias Padre Damião, São Francisco de Assis, Santa Fé e Santa Izabel. Vimos, por exemplo, que as crianças hansenianas que nasceram lá e tinham de tomar remédio contra a doença estavam sendo privadas de tomar o leite, que foi tirado por este governo. Descobri também que havia a questão da alimentação dos hansenianos e de seus familiares. As etapas crua e cozida da comida, João Leite, também passaram a ser negadas pelo governo. Vimos abusos de vulneráveis, e o presidente achando tudo bom, tudo ótimo, tudo tranquilo. Mas a Asthemg não se calou.

Eu e vários amigos que estavam no Hospital Júlia Kubitschek com o Carlinhos e a imprensa vimos que não queriam, de jeito nenhum, que o tomógrafo, usado no tratamento de tuberculose e câncer de pulmão, funcionasse. Fomos batendo, com a imprensa e a Asthemg, até que o tomógrafo veio a funcionar – mais uma conquista da Asthemg. Ela não deixou as crianças ficarem sem atendimento, não deixou os hansenianos ficarem sem o leite, não deixou o tomógrafo ficar paralisado, e o Jorge Nahas economizar. Vimos também a Asthemg mostrar ao ex-presidente da Fhemig a comida que se estava distribuindo às pessoas: água e fubá. Então fomos aprendendo bastante.

No ano passado, poderia ter feito uma homenagem a alguma entidade, mas não fiz, pois achei que não era tempo de homenagear ninguém. Neste ano, pensei em quem iríamos homenagear e me lembrei da turma que me recebeu tão bem em Ubá, em Três Corações e em Barbacena, onde o tomógrafo do hospital da Fhemig ficava paralisado porque havia a recusa de contratar um técnico para ficar no pronto-socorro à noite para atender as pessoas que sofressem algum acidente ou tivessem algum infortúnio.

Depois fui conhecer o hospital tão famoso, que hoje é da Fhemig, um hospital considerado hospício, o Hospital da Fhemig de Barbacena, onde vi cenas impressionantes envolvendo pessoas que nasceram dentro do hospital, não conhecem os seus parentes e às vezes não têm condições de ter uma vida digna. Lá nos foi mostrado pela turma da Asthemg que a comida era transportada no mesmo carro em que se transportavam os lençóis sujos usados pelas pessoas. E qual era a saída sugerida por este governo? Vamos fechar o hospício, e 450 funcionários do governo que estão lá trabalhando, cuidando de 150 pessoas, seriam só um detalhe para ele. Mas a Asthemg venceu mais essa e não deixou que isso acontecesse.

São muitas as histórias. Eu poderia contar muitas delas. Começaram a fazer uma fala depreciativa, dizendo que Arlen Santiago, na presidência da Comissão de Saúde, dava muito espaço para o pessoal da Asthemg. E não dava. Acho que a Asthemg

merecia que eu tivesse lhe dado, nesses dois anos, muito mais espaço. Quanto à Asthemg, que sempre foi duríssima com o meu governador Aécio e com o meu governador Anastasia, eu achava que ela, em vez de ser um braço sindical para defender os funcionários e as pessoas que precisavam de saúde, era um braço para fazer política partidária. No entanto, não importa qual seja o governo, ela sempre defende os funcionários, defende os hansenianos e defende principalmente a população mais carente de Minas Gerais.

Fizeram de tudo para denegrir a imagem da única associação que realmente defende a saúde aqui em Minas Gerais. Algumas outras que a defendiam num determinado governo achavam que estava tudo bem. Achavam salário atrasado de funcionário uma coisa ótima. Achavam que não ter aumento ou reposição da inflação era a mesma coisa. A Asthemg não, ela sempre está lá reivindicando, contando as coisas, falando para mim, por exemplo, que dos dois tomógrafos do João XXIII, um estava quebrado. Disseram que o outro, no melhor pronto-socorro do Brasil, não pelo que os governos fazem, mas principalmente por causa daquilo que os funcionários realizam, quebrou no carnaval. Esse grande pronto-socorro ficou sem poder atender adequadamente as pessoas.

Meus caros amigos da Asthemg, minha filha mais nova, que é advogada, foi atropelada na Avenida do Contorno. Caiu, bateu a face e quebrou a mandíbula toda. Seus dentinhos caíram no chão. Eu não estava em Belo Horizonte. Diferentemente do que uma parte da imprensa fala, ou seja, que deputado só trabalha às terças, quartas e quintas, visitamos as bases nas sextas, nos sábados e nos domingos, cuidamos das pessoas em outras cidades que nos tratam bem. Eu não podia estar aqui naquele momento. Minha esposa pegou minha filha e a levou para o Mater Dei, que desesperou. Disseram que não tinham como recebê-la, que ela tinha de ir para o João XXIII. Ela seguiu para lá e foi muito bem acolhida por vocês, funcionários da Fhemig, que cuidaram da minha filha, que salvaram a vida dela. Vocês fizeram as coisas rapidamente.

A mãe do Carlinho está aqui. Não sabemos o que ela veio fazer aqui. Provavelmente veio ver que seu filho, com seus amigos, lutam muito pelo povo de Minas Gerais. Indaguei: homenagear quem? Quem está merecendo ser homenageado? A única homenagem que eu podia fazer era à Asthemg. Fico muito satisfeito por V. Exa. ter atendido a meu pedido e presidir esta reunião.

Na minha fala, queria fazer uma pergunta, cuja resposta, embora pareça óbvia, não é a realidade de nossos dias. Para que são constituídas e para que servem as entidades representativas de categorias ou setores? Para servir à defesa da categoria e dos que trabalham no setor. A resposta é óbvia, e a pergunta parece sem sentido. Óbvia ela é; sem sentido, não. Tanto não é que, como principal razão para render a minha homenagem à Associação Sindical dos Trabalhadores em Hospitais de Minas Gerais – Asthemg –, cito o fato de ela ser uma entidade que luta por uma categoria e que tem a visão democrática de juntar a luta em defesa de melhorias para os profissionais da área à preocupação de assegurar que os benefícios que busca sejam estendidos aos usuários da saúde pública, que defendem incessantemente o nosso SUS.

Durante os meus dois anos na presidência da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, tive a oportunidade de relacionar-me diretamente com Carlos Augusto dos Passos Martins, que está aqui hoje, com a sua mãe; José Eduardo da Silva, representante das colônias de hanseníase; Mônica Abreu, ativista dos direitos humanos; e mais uma quantidade enorme de pessoas que lutam por mais democracia, por um país mais justo e uma Minas Gerais melhor. Está difícil lutar por uma Minas Gerais melhor, porque normalmente não se está querendo ouvir a Asthemg. Sempre há um tal de limite prudencial. Podem contratar mais pessoas para a Cemig com salários de R\$18.000,00 ou R\$25.000,00, e para a Copasa, com salário de mais R\$25.000,00, mas não podem repor a inflação para os que ali aguentam firmes nos plantões. Pode haver dinheiro à vontade – R\$100.000.000,00 – para fazer propaganda de estradas que não existem. O dinheiro da propaganda está lá, mas a estrada não está.

Lembro também de uma situação interessante: acabou o contrato que garantia o recolhimento do lixo dos hospitais de Belo Horizonte, no valor “x”. Qual foi a solução que o ex-presidente da Asthemg deu? “Não. Ponha no lixo hospitalar”. E este custava 10 vezes mais. E era da Fhemig, 10 vezes mais. Ouvimos tanto, Mônica, falar das maldades que a direção da Fhemig fazia com os

funcionários e com a população de Minas Gerais que até começamos a querer esquecer o nome “Fhemig”. E a Fhemig é tão importante e boa para nós.

Vocês, Mônica e demais amigos, tornaram-se parceiros imprescindíveis da Comissão de Saúde, ajudando-nos na pauta dos temas a serem abordados, sempre com a preocupação de cumprir os ideais dessa entidade, criada em 1994 com o propósito de defender os direitos dos trabalhadores e de melhorar o atendimento ao público usuário.

No trabalho realizado por vocês, destaco a isenção político-partidária no desenvolvimento de suas atividades. Ao contrário da maioria das entidades representativas do setor público, principalmente da saúde, a Asthemg se mostrou plural, sem aparelhamentos partidários. As suas lutas, às quais a Comissão de Saúde se juntou, sempre foram transparentes e objetivas, como devem ser as lutas de todas as entidades.

Ressalto que não sou contra os dirigentes classistas terem as suas convicções políticas. Seria uma incoerência da minha parte, pois foi exatamente o desejo de defender os meus ideais que me levou à atividade parlamentar e ao meu quinto mandato.

Respeito as convicções e o ativismo político dos dirigentes sindicais, mas repudio o fato de esse ativismo ser imposto às entidades. E a Asthemg nunca impôs ativismo político aos seus filiados. Entidades precisam ser plurais, pois assim devem ser as bases da categoria. E foi esse comportamento imparcial que encontrei na direção da associação, no trato dos interesses de seus membros, de seus parceiros e dos sofridos usuários do serviço público de saúde.

Dois anos de parceria intensa com a Asthemg, que chegou a ser chamada, pejorativamente, pela turma que apoia incondicionalmente um governo que prometeu muito e que não cumpriu as coisas mínimas que prometeu... Eles falavam: “A Asthemg está mudando de nome, é Arlemg”. Acho que isso não era pejorativo. Porque, nesses dois anos em que presidi a Comissão de Saúde, essa Asthemg foi um braço forte para falar em nome da população mais carente o tempo todo aqui. Se não conseguimos atingir tudo aquilo que buscávamos, temos a consciência dos avanços obtidos em várias das reivindicações, seja na relação trabalhista, seja em relação à satisfação dos usuários. Lutamos o bom combate.

Tivemos grandes embates em memoráveis reuniões e audiências públicas da comissão, sem descambar para o subterrâneo da política. Fomos rigorosos na defesa de nossos objetivos sem perder a capacidade do diálogo. Esta é, talvez, a maior virtude da atual diretoria da entidade. Na vida e na política brigam as ideias, não os homens. Mas a Asthemg, pelos seus filiados, sem dúvida é uma entidade que não foge à luta. E a luta, às vezes, parece pequena, mas por ela morrem grandes homens e grandes mulheres. Parabéns, Asthemg, pelo trabalho que vocês têm feito.

Não poderia finalizar sem deixar de agradecer a todos vocês, em especial ao Carlos Augusto, ao José Eduardo e à Mônica, pela parceria construída com a Comissão de Saúde no período em que a presidi. A seriedade e a imparcialidade com que agiram e que certamente é marca da entidade e de seus representados permitem-nos acreditar que o País tem jeito. É preciso, porém, que os bons e honestos de propósito assumam a luta pela melhoria dos serviços públicos.

A Asthemg completa 23 anos, e podem ter certeza de que, dentro da minha vida, na continuidade dela, na hora em que passar esse vendaval deste desgoverno que está aí, qualquer outro governo que se instale no Palácio da Liberdade terá aqui, deputado João Leite, uma pessoa contundente em defender a Asthemg e em estar junto com a população de Minas Gerais, que a Asthemg defende.

Parabéns, Asthemg, pelos seus 23 anos.

Entregas de Placa

O locutor – Neste instante o deputado João Leite, representando o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Adalclever Lopes, junto com o deputado Arlen Santiago fará a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem ao presidente da Asthemg, Sr. Carlos Augusto dos Passos Martins. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres:

“Em 1994, nascia a Associação Sindical dos Trabalhadores em Hospitais de Minas Gerais – Asthemg –, entidade voltada à defesa dos trabalhadores da rede hospitalar pública de nosso estado e à busca de melhores condições de atendimento à população. Desde então, a organização vem batalhando diariamente pelos direitos de seus associados, realizando ações que resultaram em conquistas para a categoria e para todos os usuários do Sistema Estadual de Saúde. Por sua seriedade e compromisso na luta por um serviço hospitalar de mais qualidade para todos os mineiros, a Asthemg, no seu aniversário de 23 anos, recebe justa homenagem da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais”.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Carlos Augusto dos Passos Martins

Primeiramente, agradeço a todos que estão presentes – deputados, representantes de outras entidades, trabalhadores da Fhemig, familiares – por terem vindo acompanhar esta homenagem prestada à Asthemg.

Agradeço ao deputado Arlen pelo reconhecimento ao trabalho que é legítimo, esse valor; por estarem reconhecendo o que é justo. Para nós, é um grande orgulho quando um deputado e uma entidade como Assembleia Legislativa reconhecem todo esse esforço, tudo que construímos nestes 23 anos. É claro que não trabalhamos nem construímos pensando nisso, mas não deixa de nos orgulhar.

Fico meio constrangido de estar aqui agora recebendo esta homenagem, Arlen. Isso me constrange porque a Asthemg, na verdade, desde a sua criação, aliás, antes da sua criação, sempre foi um grupo de pessoas. Então, fico constrangido em vir aqui receber esta homenagem porque gostaria que todos esses que construíram a Asthemg estivessem aqui na frente, estivessem recebendo uma placa. E foram muitos os que fizeram esse processo. Muitos, tantos os amigos quantos os inimigos, sempre questionaram o porquê dessa força nossa, desse movimento, de uma associação ter esse poder, como o Arlen escreveu aqui, de obter tanta conquista, de ter capacidade de sobreviver a tantas adversidades como já passamos. É exatamente porque nunca fomos um sindicato, uma associação ou uma pessoa.

Antes de criar a Asthemg, começamos com um grupo de 12 pessoas, funcionários do João XXIII. O nome da nossa organização era Núcleo Vanguarda. Por que Vanguarda? Porque 12 pessoas resolveram se juntar e dar um basta em tudo que estava acontecendo lá dentro, dar um basta em toda aquela situação de desrespeito com os pacientes, com a qualidade da saúde, com os trabalhadores. Dar um basta, na época, na prática peleguista do sindicato que nos representava. Nós não nos submetemos a isso. Tivemos a coragem, a ousadia de formar um grupo de 12 pessoas e ir para a luta. Desde então, tem sido a nossa prática, e até hoje. Temos essa capacidade de conquista, essa capacidade de luta porque sempre fomos um grupo, um grupo que tinha em comum os ideais, os objetivos. Um grupo que sempre foi coerente na forma de fazer a luta, um grupo que sempre desconsiderou qualquer vaidade pessoal, qualquer interesse. Era um lutando pelo outro e por outros também. Quando lutávamos pelos pacientes, como mostrado no vídeo, não esperávamos nenhum reconhecimento deles. Quando lutávamos pelos contratos administrativos, que era maioria na Fhemig, para ter os direitos básicos, como férias e licença médica – eles nem eram filiados à Asthemg, nem reconhecidos como trabalhadores –, a gente não estava preocupado com o reconhecimento deles, mas em garantir os seus direitos.

Chegamos aqui, hoje, depois de 23 anos, nessa situação de ser homenageados pela Assembleia Legislativa, onde a gente tanto veio, incansavelmente, pedir apoio ou, às vezes, até brigar com os deputados para ter algumas conquistas; estar aqui, e não nas galerias, gritando, vaiando, mas sendo homenageados nos causa orgulho.

Não quero citar nomes, porque foram muitos, foram incansáveis companheiros que passaram pela nossa vida, lá na Fhemig, alguns até já se foram. Mas foram incansáveis. A Asthemg nunca foi só um, sempre foi uma organização de quadros. A cada quadro que ia, outros vinham para o lugar. A cada grupo que acabava de conquistar alguma coisa, outros se formavam por nova conquista. É isso que nos fez garantir a nossa capacidade. Não foi dinheiro, não foi estrutura, não foi nada.

Nas primeiras greves que realizamos, em 1994, o nosso QG era na porta do João, com um telefone orelhão. Os contatos eram pelo orelhão. A gente dava o número para o governo ligar para o orelhão, alguém atender, para passar recado de reuniões. Nós nos reuníamos escondidos, dentro de alguns hospitais, em algumas salas, porque não tínhamos nenhuma estrutura. E assim fizemos, sem nenhum grande problema, porque tínhamos essa unidade, essa solidariedade dos trabalhadores. Os trabalhadores eram solidários a tudo que fazíamos e garantiam essa base de sustentação. Quando começamos a crescer, fomos lá e registramos, usamos este lema: “Asthemg, a força pela base”. A nossa força estava ali.

Hoje, depois destes 23 anos, depois de todas essas contribuições que tivemos de pessoas – foram várias – para que a gente chegasse aqui, hoje, como uma referência estadual, que não imaginávamos que teríamos – até então, só queríamos resolver problemas da Fhemig ou dos trabalhadores da Fhemig –, nos envolvemos em qualquer luta social, nos envolvemos em qualquer luta política que tenha como meta buscar os direitos dos trabalhadores ou o respeito dos usuários de saúde.

Hoje, somos uma referência para os servidores estaduais, porque nos ampliamos. A Asthemg, hoje, está na coordenação intersindical. A Asthemg, hoje, faz parte dos movimentos do funcionalismo, como um participante determinante nos movimentos. A Asthemg, hoje, independentemente de governo ou de partido, tem reconhecimento, mesmo daqueles que não gostam da gente, mesmo daqueles que tentam nos derrotar.

Há o reconhecimento que somos de luta, o reconhecimento que lutamos pela coisa certa, e que, em nenhum momento, houve condições de desabonar nossas lutas e práticas.

Hoje, depois destes 23 anos, a Asthemg é um orgulho para todos os trabalhadores da Fhemig, para todas as pessoas que ajudaram nesse processo de construção; mesmo para aquelas que não eram da Fhemig, como a Mônica, que veio ajudar a construir a Asthemg – ela sendo da secretaria abraçou nossa causa, reconhecendo que era justa; mesmo para os usuários, que foram vários, que engrossaram fileiras com a gente, como as mães do Sepae, como as mães do CGP, como algumas comunidades de bairros que, em determinadas bandeiras que levantávamos, se juntaram a nós; o pessoal das colônias, que também se juntou à nossa causa, independentemente de estarmos levantando a bandeira deles ou dos trabalhadores.

É um orgulho chegarmos hoje, depois destes 23 anos, aonde chegamos, da forma como chegamos, com toda a dificuldade, mas chegamos. Hoje nos apresentamos como uma entidade que evoluiu e passamos a ser chamados de Asthemg Sindpros. Vamos continuar eternamente com o nome da associação Asthemg, mas agora temos também o registro sindical, pelo menos, para fazer os inimigos pararem de nos questionar na Justiça, porque na questão política era inquestionável, na representatividade era inquestionável, no nosso poder de mobilização era inquestionável, mas estavam nos incomodando na Justiça, então resolvemos isso também. Hoje estarmos nessa fase é muito importante.

Quero terminar dizendo o seguinte: se muitos construíram a Asthemg para chegar a essa fase a que chegamos, com essa dimensão que temos, agora muitos – aliás, alguns que estão aqui – terão de continuar isso, terão de continuar com essa luta, terão de continuar mantendo toda essa referência que a Asthemg conseguiu. Hoje a maioria do quadro da Fhemig é de novatos, de pessoas que chegaram em 2009, quando a Asthemg já estava constituída. Mas, mesmo eles sendo novatos, viram nossa importância em pouco tempo. Mesmo com pouco tempo, e mesmo sendo nós adversários, eles conseguiram ver, na prática, a nossa diferença, e estão acreditando na gente, estão apostando na gente. Eles agora têm a missão – digo que com a mesma importância que tivemos em 1994 – de manter o que foi construído, de manter, daqui para frente, toda uma imagem, todo o respeito que conquistamos. E pelo que tenho visto, vários desses novatos estão dispostos a isso e estão correspondendo, demonstrando que, mesmo não tendo a mesma experiência que temos, eles têm a mesma disposição, a mesma garra, a mesma coragem de lutar por todos. E é só isso que nos basta para sermos Asthemg.

Agradeço a todos por terem vindo e espero que se sintam homenageados como estou sendo.

O presidente – Antes de proferir o discurso que o deputado Adalclever Lopes deixou nesta homenagem à Asthemg, passo a palavra ao deputado Arlen Santiago, que quer fazer uma conclusão.

Palavras do Deputado Arlen Santiago

Obrigado, deputado João Leite. A Terezinha chamou a atenção para um fato muito importante. Temos uma peça que é a que organiza o gasto do Estado, e agora, no final de novembro e em dezembro, teremos de discutir o orçamento do governo do Estado. Quero copiar a Terezinha e conclamar todos a ocupar a Assembleia, porque eu e o deputado João Leite vamos apresentar uma emenda que dá direito à reposição salarial para os funcionários da Fhemig.

Precisamos de vocês para que possamos convencer a Assembleia de que isso é justo. Vamos apresentar a emenda, mas precisamos que ela seja aprovada, e, para isso, vocês precisam estar em nossa companhia, para que possamos lutar pelo que a Terezinha disse e que é extremamente justo. Faz quantos anos que não acontece reposição?

Essa questão do limite prudencial é muito fácil e muito simples, mas, se o prefeito de Capitão Enéas perde a eleição, ele vem para a Cemig, assim como o secretário de Manga, que também vem para a Cemig. O cabo eleitoral de São João da Ponte vem para a Copasa, e aí não tem limite prudencial, mas para a reposição dos funcionários da Fhemig, existe limite prudencial. Os concursados da Secretaria de Estado de Saúde também não estão tomando posse por causa do limite prudencial. Então, vamos fazer essa guerra muito bem lembrada pela Terezinha. Obrigado, Terezinha.

Palavras do Presidente

Parabéns ao deputado Arlen Santiago pela iniciativa. Creio que todos nós, e o Arlen Santiago deve ter vivido isso também, mas a maioria de nós depende historicamente do nosso pessoal da saúde. Ninguém esquece a primeira fratura. Quando sofri uma fratura, fui engessado no João XXIII. Também não me esqueço da minha primeira queimadura, quando fui atendido pelo Hospital da Previdência, porque sou filho de servidores públicos e sei como o nosso pessoal é importante.

Sempre que passamos pelo João XXIII e pelos nossos outros hospitais, temos que fazer reverência. A minha filha engoliu uma moeda e foi atendida no João XXIII. Tomei muitos gols, e um deles foi esse, quando eu estava cuidando dela. Minha mulher diz que eu estava descuidando dela. Eu deixei passar aquele gol porque ela engoliu uma moeda.

Sr. Presidente da Associação Sindical dos Trabalhadores em Hospitais de Minas Gerais – Asthemg –, Carlos Augusto dos Passos Martins, parabéns por esta homenagem que o senhor recebe na presença de sua mãe. Imagino que está sendo uma grande emoção para ela ver o filho brilhando junto a todas as companheiras e companheiros que fazem essa história tão bonita e aqui reconhecida pelo Exmo. Sr. membro da Mesa da Assembleia Legislativa e liderança nesta Casa deputado Arlen Santiago, que presidiu a Comissão de Saúde da Assembleia por um longo período. Posteriormente, o deputado Arlen Santiago foi convocado pelos outros deputados para compor a Mesa da Assembleia Legislativa e ajudar esta Casa.

Gostaria de falar a todos da minha admiração pelo trabalho realizado pelo deputado Arlen Santiago à frente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa. Foi, sem dúvida, algo emocionante para todos ver o vigor dele, que não descansava, passava o tempo todo preocupado com o usuário do SUS e com os servidores. Por várias vezes, elogiei o deputado Arlen Santiago, da tribuna da Assembleia.

A gente até imagina que as coisas podiam estar piores, mas acho que, se não fosse ele, estaria pior ainda porque o tempo todo ele cobrava do governo que reconhecesse as necessidades. Não há saúde sem o servidor da saúde. É impossível ter saúde sem o servidor. E o Arlen fez esse grande esforço viajando todo este estado, indo à Brasília, em um tempo muito difícil, e deixando uma marca, um legado no trabalho realizado por ele. Esperamos que os que o estão sucedendo consigam o mesmo sucesso e tenham a mesma disposição para representar bem a Assembleia Legislativa, o povo mineiro e apoiar aqueles que são tão fundamentais para a nossa população, que são os nossos servidores da saúde.

Cumprimento também o Exmo. Sr. vereador Dr. Nilton, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte, também alguém ligado à área de saúde. Juntamente com ele, o nosso vereador Edmar Branco, que acompanha desde o início com atenção esta reunião solene de reconhecimento do trabalho tão espetacular da nossa Asthemg; o diretor de Residência Médica do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais, Antônio Sérvulo Cotta Júnior; a Sra. Mônica Abreu, membro da Asthemg e ativista dos direitos humanos; as senhoras e os senhores; e as servidoras e os servidores do povo de Minas Gerais.

Passo a fazer a leitura do pronunciamento do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Adalclever Lopes, na reunião especial para homenagear a Associação Sindical dos Trabalhadores em Hospitais de Minas Gerais – Asthemg – nos 23 anos de sua fundação. (- Lê:)

“Os trabalhadores e os usuários do serviço público de saúde em Minas Gerais encontraram na Asthemg uma organização que efetivamente luta pelos direitos dos servidores e por melhores condições de atendimento à população. Desde 1994, a Associação Sindical dos Trabalhadores em Hospitais de Minas Gerais tem sido de grande importância para a saúde, que é serviço essencial e de interesse público. A valorização não só dos trabalhadores de hospitais, como também do usuário de seus serviços é um compromisso da associação, demonstrado em sua atuação firme que resultou em diversas conquistas. A todo o seu pessoal atuando hoje e também a todos os que por ali passaram ao longo destes primeiros 23 anos, dedicamos a sincera homenagem do Parlamento mineiro. Muito obrigado.”

Apenas queria acrescentar um sentimento. Deputado Arlen, hoje tive acesso a uma pesquisa sobre os maiores interesses da população de Minas Gerais. O que me chamou muito a atenção e não é normal – o deputado Arlen tem mais afinidade com os números que eu –, pois não me lembro de uma pesquisa apresentar como prioridade no Estado de Minas Gerais obras... Essa ampla pesquisa apresenta que a população de Minas Gerais está precisando de mais obras; em segundo lugar vem segurança pública; em terceiro lugar vem sistema prisional; em quarto lugar vem violência no trânsito; e lá no final vem saúde.

Queria lembrar algo que minha mãe sempre fala comigo. Minha família toda ficou grande desse jeito porque ela é imbatível na cozinha e faz muitos pratos deliciosos. Minha mãe dizia que o segredo dela era cozinhar devagarzinho, no fogo brando, em banho-maria. “Vai devagar que vai cozinhando tudo.” Eu sempre conversava com ela. Por ser aposentada, ela reclama muito, viu Marília? Minha mãe reclama e diz: “O que você está fazendo lá? Por que você não muda isso?”. Eu tento explicar para ela e lhe digo sempre: mãe, porque a política não é como a sua cozinha.

Na política, mãe, o fogo tem de estar alto. Se o fogo estiver brando demais, no banho-maria, fica todo o mundo quietinho. Agora, se fizerem como o deputado Arlen Santiago disse aqui, se na discussão do orçamento do Estado vier essa Terezinha barulhenta e colocar fogo neste troço aqui, a situação mudará. Se ela vier aqui e perguntar: “Cadê o aumento? Cadê a questão salarial? Meu remédio aumenta e meu salário não é repostado”, enfim, se aumentar o fogo, o povo começará a pular. Se o povo não fizer nada, vai ficar desse jeito. Eles estão achando que o Estado está precisando é de obras. Olhem a situação da saúde no Estado de Minas Gerais. Olhem a dificuldade que é buscar uma vaga nos hospitais. Perguntem aos vereadores de Belo Horizonte, ao deputado Arlen Santiago, a vocês, que estão na ponta, como se faz para conseguir uma vaga. Por quê? São pessoas que não têm voz. A Asthemg é a voz dessas pessoas.

A Mônica fica nos cobrando: “Vocês não vão falar nada da tribuna?”. Vamos falar, sim, vamos mostrar as perseguições, mas precisamos mostrar o que está acontecendo na saúde do Estado. Acho que muitas pessoas têm plano de saúde e não estão preocupadas. No entanto, a maioria da população tem só o SUS, tem vocês e tem aquelas pessoas que deram a vida trabalhando, e hoje elas estão aposentadas e não podem ser esquecidas. Talvez seja aquela que atendeu à filha do deputado Arlen Santiago no João XXIII ou a que atendeu a minha filha, que engoliu uma moeda, que esteja aposentada agora, mas serviu a população por tanto tempo.

Então, junto-me ao deputado Arlen Santiago para chamar, além da Terezinha, todos vocês, para aumentarmos o fogo. Está muito baixo esse fogo. O governo vai ficar tranquilo. A população acha que vai precisar de obras; acha que, no caso de acidente de

trânsito, o problema foi que o carro bateu, mas não foi. O problema vai chegar ao João XXIII, que vai atender ao que sofreu o acidente. A população acha que o problema do acidente é segurança pública, mas não é. Quantos servidores e servidoras vão se empenhar para que haja a recuperação daquela ou daquele acidentado?

Portanto, é um convite, vamos dizer, uma convocação, para enchermos essas galerias e cobrarmos o direito da população de Minas Gerais. Muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor – Convidamos os presentes a apreciar mais uma apresentação do Projeto Aglomerô, que apresentará algumas músicas. As músicas escolhidas têm muito a ver com as falas do deputado João Leite, do deputado Arlen Santiago e do presidente Carlos Augusto: *Isto aqui, é o que é?*, de Ary Barroso; *E vamos à luta*, de Gonzaguinha.

– Procede-se à apresentação musical.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 14, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 14/11/2017.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE O VETO TOTAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.484 NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/8/2017

Às 16h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cássio Soares, Durval Ângelo, João Leite, Sargento Rodrigues e André Quintão (substituindo o deputado Tadeu Martins Leite, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela manutenção do Veto nº 23.484/2017. Registra-se o voto contrário dos deputados João Leite e Sargento Rodrigues. A presidência recebe correspondência encaminhada pelo Sr. Carlos Rodrigues Alves ao relator da matéria. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2017.

Tadeu Martins Leite, presidente.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/10/2017

Às 15h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Roberto Andrade, Braulio Braz e Bosco (substituindo o deputado Fábio Avelar Oliveira, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado João Leite. Havendo número regimental, o presidente, deputado Roberto Andrade, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar, receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.328/2017, dos deputados Roberto Andrade e João Leite, em que requerem seja realizado debate público sobre o tema: "A renovação das concessões ferroviárias: o que Minas tem a dizer?";

nº 10.330/2017, do deputado Braulio Braz, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Agropecuária e Agroindústria, no Município de Muriaé, para debater a aplicação da Lei nº 22.111, de 11/5/2016, que institui o Polo de Excelência em Piscicultura Ornamental na região da Zona da Mata.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2017.

Roberto Andrade, presidente – Fábio Avelar Oliveira – Tadeu Martins Leite.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/10/2017

Às 16h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Ulysses Gomes, Gustavo Corrêa e Arnaldo Silva, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Ulysses Gomes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 4.344/2017, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.942/2015, 3.868/2016, 4.043, 4.212 e 4.403/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 9.653/2017. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.843/2017, do deputado João Leite, em que requer seja encaminhada à Presidência da Câmara dos Deputados pedido de providências para dar celeridade à tramitação do Projeto de Lei nº 2.889/2008, que dispõe sobre a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Profissionais de Artes Marciais, considerando a relevância e a necessidade dos citados conselhos para a consolidação e o fortalecimento da profissão e seu exercício no País;

nº 10.496/2017, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja realizada audiência pública para comemorar o Dia do Conselheiro Tutelar;

nº 10.497/2017, do deputado Anselmo José Domingos, em que requer seja realizada audiência pública para debater a construção de um estádio de futebol pelo Clube Atlético Mineiro;

nº 10.498/2017, do deputado Gustavo Corrêa, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja concedida condecoração ao atleta Thiago Vinhal por seu desempenho no Mundial de Ironman, realizado em Kona, no Havaí.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2017.

Ulysses Gomes, presidente – Carlos Pimenta – Fábio Avelar Oliveira.

**ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/11/2017**

Às 9h45min, comparece na Sala das Comissões o deputado Sargento Rodrigues, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que considera aprovada, e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, ouvir os convocados, Maj. PM Renato Salgado Cintra Gil, Comandante da 6ª Companhia do 1º Batalhão de Polícia Militar, e o Ten.-Cel. PM Eduardo Felisberto Alves, Comandante do 1º Batalhão de Polícia Militar, sobre as irregularidades verificadas durante visita à Companhia em 24/10/2017, tais como escala de trabalho irregular, ambiente insalubre e desvio de função, entre outras. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Paula Maria Nasser Cury, chefe da Subsecretaria de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (12/10/2017 – 24; 20/10/2017 – 4; 21/10/2017 – 2). A matéria constante na 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia) deixa de ser apreciada por falta de quórum. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento o Sr. Michael André Santos, diretor de assuntos institucionais do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais – CSCS –, representando o Cb. BM Álvaro Rodrigues Coelho, presidente. São ouvidos também as Sras. Rosemary Lúcia Barbosa, agente penitenciária, e Maria Tereza dos Santos, presidente da Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade, e os Srs. Ronan Rodrigues, presidente da União Mineira dos Agentes de Segurança Prisional do Estado de Minas Gerais Unimasp-MG, e Ademar Falcão, agente penitenciário. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, hoje, às 15h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de novembro de 2017.

Sargento Rodrigues, presidente.

**ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/11/2017**

Às 16h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bosco, Antonio Lerin e Leonídio Bouças, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão.

É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 10.687/2017, dos deputados Bosco, Antonio Lerin e Leonídio Bouças, em que requerem seja ouvido o Sr. Alexandre José Borjaili, presidente do Sindicato do Comércio Varejista Transportador e Revendedor de GLP do Estado de Minas Gerais – Sirtgas – e da Associação Brasileira dos Revendedores de GLP – Asmirg-BR.

A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, a requerimento dos deputados Bosco, Antônio Lerin e Leonídio Bouças destina esta fase da reunião para ouvir o Sr. Alexandre José Borjaili, presidente do Sindicato do Comércio Varejista Transportador e Revendedor de GLP do Estado de Minas Gerais – Sirtgas – e da Associação Brasileira dos Revendedores de GLP – Asmirg-BR. Na sequência, a presidência recebe manifesto do Sirtgas contra o aumento do GLP. Cumprida a finalidade da reunião, a

presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2017.

João Vítor Xavier, presidente – Bosco – Antonio Carlos Arantes.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/11/2017

Às 10h6min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Felipe Attiê, Ivair Nogueira, Tito Torres e Isauro Calais (substituindo o deputado Ulysses Gomes, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do §1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo*, em 2/11/2017: ofícios do Sr. Heberth Percopo Seabra, gerente de filial da CEF (3). Em seguida comunica que foram prorrogados até o dia 28/11/2017 os prazos para o recebimento de emendas aos Projetos de Lei nºs 4.665 e 4.666/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 10.627/2017. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 10.695/2017, do deputado Isauro Calais, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a disponibilidade de dotação orçamentária para a execução do disposto no Projeto de Lei nº 4.048/2017, que institui as carreiras de técnico e de analista da Defensoria Pública e dá outras providências. É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o seguinte requerimento:

nº 10.696/2017, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 4.048/2017.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2017.

Cássio Soares, presidente – Ivair Nogueira – Ulysses Gomes – João Leite – Doutor Jean Freire.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/11/2017

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Arnaldo Silva, Cristiano Silveira, Sargento Rodrigues e Roberto Andrade (substituindo o deputado Agostinho Patrus Filho, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Rogério Correia, Isauro Calais e Tadeu Martins Leite. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Benice Nery Maia, prefeita de Itapagipe (2/11/2017), e do Sr. Herbert José Almeida Carneiro, presidente do Tribunal de Justiça (28/10/2017). O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.284/2016, no 2º turno, do qual avocou a relatoria. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 3.284/2016, no 2º Turno é retirado da pauta, atendendo-se a

requerimento do deputado Roberto Andrade, aprovado pela comissão. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado João Magalhães, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 9/2015, no 1º Turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado Sargento Rodrigues. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.616/2017 com a Emenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado João Magalhães). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.661/2017, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja encaminhado ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG – pedido de providências para a doação, ao Município de Mantena, de imóvel urbano com área total de 10.515,86m², com todas as benfeitorias;

nº 10.673/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 6.814/2017;

nº 10.705/2017, do deputado Tadeu Martins Leite, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico e ao presidente da Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – pedido de informações sobre a contratação de bolsistas, funcionários e servidores que atuam na rede e-TEC, nas Universidades Abertas Integradas – Uaitecs – e Minas Digital, especificando-se o número, a lotação e a localização de bolsistas, funcionários e servidores dos programas, os valores das bolsas disponibilizadas, o detalhamento do processo seletivo para a contratação de bolsistas, a quantidade de bolsas ofertadas e o prazo de duração dos contratos vigentes, a discriminação dos convênios firmados entre a Fapemig e a Cedestes e outros convênios e parcerias para o desenvolvimento das ações destes programas, a discriminação de requisitos mínimos, escolaridade, experiência exigidos para o exercício de cada função, os critérios de seleção e de desempate nos processos seletivos, a composição das comissões de seleção para todos os editais publicados, as Uaitecs que estão em funcionamento e o cronograma de instalação de novas unidades.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de novembro de 2017.

João Magalhães, presidente – Dirceu Ribeiro – Tadeu Martins Leite – Durval Ângelo.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/11/2017

Às 14h41min, comparece na Sala das Comissões o deputado Cristiano Silveira, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que considera aprovada e a subscreve. Em seguida, presidente suspende a reunião para entendimentos. Reabertos os trabalhos, registra-se a presença da deputada Celise Laviola e do deputado Cristiano Silveira, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os deputados Dalmo Ribeiro Silva e Rogério Correia. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação envolvendo o desmonte das universidades e dos institutos federais, por ocasião do lançamento da Frente Parlamentar em Apoio aos Institutos Federais e às Universidades Federais. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A matéria constante da pauta deixa de ser apreciada por ausência de quórum. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Luana Kathleen Paiva Ramalho, presidente da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais; Ana Clara Rocha Franco, diretora de Mulheres, representando a Sra. Marianna Dias, presidente da União Nacional dos Estudantes – São Paulo (SP); Ângela Maria Carrato Diniz, diretora de Comunicação e Política do Sindicato dos Professores das

Universidades Federal de Belo Horizonte, Montes Claros e Ouro Preto – Apubh – e Rejane Nascentes, diretora do Câmpus Rio Paranaíba, da Universidade Federal de Viçosa; e os Srs. Reginaldo Lopes, deputado federal, coordenador da Frente Parlamentar em Defesa dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia-Brasília (DF), Marcelo Bregagnolli, reitor do Instituto Federal Sul de Minas, representando o Sr. Francisco Roberto Brandão Ferreira, reitor do Instituto Federal do Maranhão e presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Brasília (DF), Paulo Márcio de Faria e Silva, reitor da Universidade Federal de Alfenas, representando o Sr. Emmanuel Zagury Tourinho, reitor da Universidade Federal do Pará e presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, Brasília (DF), José Ricardo Martins da Silva, reitor do Instituto Federal do Norte de Minas, Jayme Arturo Ramires, reitor da UFMG, Cláudio Eduardo Rodrigues, vice-reitor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Marcelo Pereira de Andrade, vice-reitor da Universidade Federal de São João del-Rei, Leandro Antônio da Conceição, pró-reitor de Administração e Planejamento do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG –, Leonardo Monteiro, deputado federal, Dagoberto Alves de Almeida, reitor da Universidade Federal de Itajubá – Unifei –, Leandro Evangelista, representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino – Sindifes –, José Palheta Júnior, coordenador geral da Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico – Fenet –, e Luiz Paulo Souza Basílio, coordenador geral da Fenet. A presidência concede a palavra ao deputado Cristiano Silveira, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de novembro de 2017.

Celise Laviola, presidente.

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/11/2017

Às 14h44min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Durval Ângelo e Geraldo Pimenta (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a preservação dos direitos humanos no ambiente escolar, tendo em vista a importância da escola democrática e a mordaza que atualmente se tenta impor a professores com a finalidade de eliminar o pensamento crítico nas instituições de ensino. Suspende-se a reunião. Às 14h54min são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados Geraldo Pimenta (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do BMM) e Rogério Correia. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. O presidente, deputado Geraldo Pimenta, convida a tomar assento à mesa as Sras. Beatriz da Silva Cerqueira, presidente da Central Única dos Trabalhadores – Cut-MG –, Valéria Peres Morato Gonçalves, presidente do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais – Sinpro Minas –, e Ana Júlia Guedes Bonifácio, diretora de Cultura da UNE; e os Srs. Gilson Reis, vereador em Belo Horizonte, e Wladimir Coelho, assessor de Políticas Educacionais da Secretaria de Estado de Educação. A presidência concede a palavra ao deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2017.

Durval Ângelo, presidente.

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/11/2017

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Dirceu Ribeiro, Tadeu Martins Leite e Durval Ângelo (substituindo o deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 9/2015 (relator: deputado João Magalhães); e dos Projetos de Lei nºs 2.882/2015 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Durval Ângelo, em virtude de redistribuição); e 3.677/2016 na forma do Substitutivo nº 1 ((relator: deputado João Magalhães). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 9.259/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 10.733/2017, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater o programa de desinvestimento do Grupo Cemig, em especial a proposta de alienação da Cemig Telecomunicações S.A. – CemigTelecom. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2017.

Sargento Rodrigues, presidente – Cabo Júlio.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 8h30min do dia 17 de novembro de 2017, destinada à realização do Encontro Internacional Descriminalização das Drogas.

Palácio da Inconfidência, 16 de novembro de 2017.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 14 horas do dia 17 de novembro de 2017, destinada à realização do Encontro Internacional Descriminalização das Drogas.

Palácio da Inconfidência, 16 de novembro de 2017.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Visita da Comissão Extraordinária das Mulheres**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Geisa Teixeira, Celise Laviola e Rosângela Reis e o deputado Tadeu Martins Leite, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 17/11/2017, às 13 horas, em Belo Horizonte, com a finalidade de visitar a exposição "Sentidos do Nascer", em exibição no Parque das Mangabeiras entre os dias 22 de setembro a 17 de dezembro de 2017.

Sala das Comissões, 16 de novembro de 2017.

Marília Campos, presidente.

**COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE****COMUNICAÇÕES**

– O presidente despachou, em 14/11/2017, as seguintes comunicações:

Do deputado Gil Pereira em que notifica o falecimento do Sr. Anderson Fonseca Braga, prefeito de Buritizeiro, ocorrido em 9/11/2017. (– Ciente. Oficie-se.)

Do deputado Gustavo Santana em que notifica o falecimento do Sr. Filomeno Afonso Figueiredo, ex-prefeito do Município de Guaraciama, ocorrido em 12/11/2017, em Bocaiuva. (– Ciente. Oficie-se.)

**CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO****CORRESPONDÊNCIA**

– O 1º-secretário despachou, em 16/11/2017, a seguinte correspondência:

OFÍCIO

Da Sra. Marina Sélos Ferreira, procuradora da República, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.488/2016, da Comissão de Direitos Humanos.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 16/11/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Alfredo Ramos Neto, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, c/c art. 132 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, acrescido pelo art. 48 da Emenda à Constituição nº 84, de 22/12/2010, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 14/11/2017, a servidora Marília Faria Alves, CPF nº 189.565.726/15, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Bibliotecário, padrão VL-62, classe II, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, nos termos das Leis nºs 8.443, de 6/10/1983, 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, das Leis Complementares nºs 64, de 25/3/2002, e 100, de 5/11/2007, da Deliberação da Mesa nº 2.420, de 3/6/2008, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 16/11/2017, a servidora Patrícia Constantino Barbosa, CPF nº 456.371.056/34, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-56, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 79/2017

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 180/2017

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que foi revogado o Lote 2 do pregão eletrônico em epígrafe.

Belo Horizonte, 16 de novembro de 2017.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90/2017

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 163/2017

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 1º/12/2017, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de materiais e equipamentos de copa e cozinha.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 16 de novembro de 2017.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.



ERRATAS

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/10/2017

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 11/11/2017, na pág. 11, exclua-se o seguinte:

“nº 10.507/2017, do deputado Missionário Marcio Santiago, em que requer seja formulada manifestação de aplauso ao Senado Federal pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2016, que cria as Polícias Penais Federal, Estadual e Distrital, acrescentando os agentes penitenciários no rol de direitos inerentes à carreira policial;”.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.677/2016

Comissão de Administração Pública

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 14/11/2017, na pág. 38, na “Conclusão”, onde se lê:

“Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.677/2016, na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.”, leia-se:

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.677/2016, na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, ficam prejudicadas as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça.”.

No Substitutivo nº 1, antes do art. 1º, acrescente-se a seguinte fórmula de promulgação:

“A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:”.

No mesmo Substitutivo nº 1, na pág. 42, no art. 16, onde se lê:

“Art. 16 – O § 2º do art. 55 da Lei nº 6.763, de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:”, leia-se:

“Art. 16 – Os incisos I e II do § 2º do art. 55 da Lei nº 6.763, de 1975, passam a vigorar com a seguinte redação:”.

Ainda no Substitutivo nº 1, na pág. 50, no art. 48, onde se lê:

“Art. 48 – O *caput* do art. 14, o art. 17 e o art. 20 da Lei nº 19.976, de 2011”, leia-se:

“Art. 48 – O *caput* do art. 14, o art. 17, o art. 19 e o art. 20 da Lei nº 19.976, de 2011”.